

Revista NERA

n. 45
DOSSIÊ



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

UMA INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRIA LATINA E CARIBE

Silvia Aparecida de Souza Fernandes, Janaína Francisca de Souza Vinha e Estevan Leopoldo de Freitas Coca

RESIDÊNCIA AGRÁRIA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA E METODOLÓGICA

Janaína Francisca de Souza Campos Vinha, Noêmia Ramos Vieira e Djacira Maria de Oliveira Araújo

TERRA E EDUCAÇÃO EM DISPUTA: UM ESTUDO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS DA FIBRIA/VERACEL PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Maria Nalva de Araújo Bogo

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E DE VIDA PARA O CAMPO

Eloísa Aparecida Cerino Rosa Lima e Silvia Aparecida de Sousa Fernandes

ESTRATÉGIAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL DO COOPERATIVISMO AGRÁRIO PARANAENSE: O CASO DA COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA

Raoni Fernandes Azerêdo e Pedro Ivan Christoffoli

BRASIL E COLÔMBIA: DESENVOLVIMENTO, SAÚDE E PRÁTICAS ESPACIAIS

Julián Medina-Naranjo e Ana Lúcia Jesus de Almeida

2018



Revista NERA nº. 45

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Janaína Francisca de Souza Campos Vinha
Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2018**

Revista NERA (RNERA) nº. 45

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

ORGANIZADORAS DO DOSSIÊ

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Janaína Francisca de Souza Campos Vinha
Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Maçano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Franciele Aparecida Valadão
Hellen Mesquita
Leandro Ribeiro Nieves
Lucas Pauli

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Maçano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emília de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)

Michele Lindner – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2013 – ano 16, nº. 23
1999 – interrompida	2014 – ano 17, nº. 24
2000 – ano 3, nº. 3	2014 – ano 17, nº. 25
2001 – interrompida	2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
2002 – interrompida	2015 – ano 18, nº 27
2003 – interrompida	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 4	2015 – ano 18, nº 29
2004 – ano 7, nº. 5	2016 – ano 19, nº 30
2005 – ano 8, nº. 6	2016 – ano 19, nº31
2005 – ano 8, nº. 7	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 8	2016 – ano 19, nº33
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº35
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 12	2017 – ano 20, nº37
2008 – ano 11, nº. 13	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 14	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 15	2017 – ano 20, nº 40
2010 – ano 13, nº. 16	2018 – ano 21, nº 41
2010 – ano 13, nº. 17	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 18	2018 – ano 21, nº 43
2011 – ano 14, nº. 19	2018 – ano 21, nº 44
2012 – ano 15, nº. 20	
2012 – ano 15, Dossiê	Quadrimestral
2012 – ano 15, nº. 21	ISSN 1806-6755
2013 – ano 16, nº. 22	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	UMA INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRIA LATINA E CARIBE
8	AN INTRODUCTION TO THE SPECIAL ISSUE ON TERRITORIAL DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN UNA INTRODUCCIÓN AL DOSSIER SOBRE DESARROLLO TERRITORIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE Silvia Aparecida de Souza Fernandes, Janaína Francisca de Souza Vinha e Estevan Leopoldo de Freitas Coca
	RESIDÊNCIA AGRÁRIA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA E METODOLÓGICA
12	AGRARIAN RESIDENCE: A PROPOSAL EDUCATIONAL AND METHODOLOGY RESIDENCIA AGRARIA: UNA PROPUESTA PEDAGÓGICA Y METODOLÓGICA Janaína Francisca de Souza Campos Vinha, Noêmia Ramos Vieira e Djacira Maria de Oliveira Araújo
	TERRA E EDUCAÇÃO EM DISPUTA: UM ESTUDO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS DA FIBRIA/VERACEL PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL DA BAHIA
32	LAND AND EDUCATION IN DISPUTE: A STUDY OF THE EDUCATION ACTIONS OF FIBRIA/VERACEL PAPER E CELLULOSE IN THE EXTREME SOUTH OF BAHIA TIERRA Y EDUCACIÓN EN DISPUTA: UN ESTUDIO DE LAS ACCIONES EDUCATIVAS DE FIBRIA/VERACEL PAPEL Y CELULOSA EN EL EXTREMO SUR DE BAHÍA Maria Nalva de Araújo Bogo
	EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E DE VIDA PARA O CAMPO
50	RURAL EDUCATION: MUCH MORE THAN EDUCATION, DEVELOPMENT AND LIFE PROJECT FOR THE COUNTRYSIDE EDUCACIÓN DEL CAMPO: MUCHO MÁS QUE EDUCACIÓN, PROYECTO DE DESARROLLO Y DE VIDA PARA EL CAMPO Eloísa Aparecida Cerino Rosa Lima e Silvia Aparecida de Sousa Fernandes
	ESTRATÉGIAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL DO COOPERATIVISMO AGRÁRIO PARANAENSE: O CASO DA COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA
72	

STRATEGIES OF CAPITAL ACCUMULATION OF THE PARANAENSE
AGRARIAN COOPERATIVISM: THE CASO OF COAMO AGROINDUSTRIAL
COOPERATIVE

ESTRATEGIAS DE ACUMULACIÓN DE CAPITAL DEL COOPERATIVISMO
AGRARIO PARANAENSE: EL CASO DE LA COAMO AGROINDUSTRIAL
COOPERATIVA

Raoni Fernandes Azerêdo e Pedro Ivan Christoffoli

**CIÊNCIA, TERRA E PODER: USO E APROPRIAÇÃO DAS TERRAS
PÚBLICAS NO SUDOESTE PAULISTA**

94

SCIENCE, LAND AND POWER: USE AND TERRITORIAL APPROPRIATION
OF THE PUBLIC LAND AT THE SOUTHWEST PAULISTA

CIENCIA, TIERRA Y PODER: USO Y APROPIACIÓN DE LAS TIERRAS
PÚBLICAS EN EL SUROESTE PAULISTA

Fernanda Aparecida Matheus e Carlos Alberto Feliciano

**BRASIL E COLÔMBIA: DESENVOLVIMENTO, SAÚDE E PRÁTICAS
ESPACIAIS**

122

BRAZIL AND COLOMBIA: DEVELOPMENT, HEALTH AND SPACE PRACTICES

BRASIL Y COLOMBIA: DESARROLLO, SALUD Y PRÁCTICAS ESPACIALES

Julián Medina-Naranjo e Ana Lúcia Jesus de Almeida

COMPÊNDIO DE AUTORES

147

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

174

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Uma introdução ao dossiê sobre desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe

Silvia Aparecida de Souza Fernandes

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Marília, São Paulo, Brasil
E-mail: silvia-sousa@uol.com.br

Janaína Francisca de Souza Campos Vinha

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – Uberaba, Minas Gerais, Brasil
E-mail: janadageo.unesp@yahoo.com.br

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (Unifal) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil
E-mail: estevanleopoldo@yahoo.com.br

O conceito de desenvolvimento territorial é o mote para a organização deste número especial da Revista Nera. O dossiê contempla contribuições de pesquisadores, docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), com sede no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Unesp, que iniciou as atividades em 2013, na área de Geografia, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Constitui-se no primeiro mestrado acadêmico voltado ao estudo do desenvolvimento territorial de comunidades camponesas, tradicionais e indígenas e ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. As pesquisas realizadas no TerritoriAL visam a contribuir com a construção do conhecimento e a elaboração de políticas públicas que possibilitem à proposição de um desenvolvimento territorial que contribua para a permanência de comunidades e movimentos em seus territórios.

Discutir o campesinato, os conflitos e disputas territoriais, as políticas de educação do campo, sustentabilidade e meio ambiente, saúde e cultura são temáticas que integram as três linhas de pesquisa do TerritoriAL. Procurou-se na organização deste dossiê contemplar essa diversidade de temáticas e, ao mesmo tempo, contribuir qualitativamente para essas discussões no âmbito acadêmico, fruto das pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação.

Os artigos aqui reunidos debatem temáticas que contribuem para a reflexão teórica, estudos de experiências de conquista e permanência no território por meio da educação do campo, de tecnologias de produção, modelos de desenvolvimento e resistência à expansão capitalista no campo. Para reunir essa diversidade temática,

os trabalhos foram agrupados em dois eixos: “Educação do Campo” e “Desenvolvimento e Acesso à Terra.”

Os três primeiros artigos compõem o eixo Educação do Campo e versam sobre as experiências de educação do campo no Brasil, considerando as políticas públicas, o currículo e as práticas pedagógicas em escolas/universidades do campo.

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Noemia Ramos Vieira e Djacira Maria de Oliveira Araújo inauguram este dossiê propondo uma reflexão sobre a o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e as possibilidades formativas do Projeto Residência Agrária, realizado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL). Analisam a proposta pedagógica e metodológica de Educação do Campo desenvolvida no projeto Residência Agrária, as atividades de extensão e as práticas formativas, com foco no processo de construção do conhecimento promovido pelos educandos e educandas.

Maria Nalva Araújo Bogo no artigo “Terra e Educação em disputa: um estudo das ações educacionais da FIBRIA /Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia” analisa os projetos educacionais desenvolvidos pela empresa florestal Fibria/Veracel no extremo sul da Bahia. Por meio de análise documental, a autora identifica e analisa como a empresa atua na construção de uma pedagogia da hegemonia junto às comunidades atendidas, contrariando os pressupostos da educação do campo. A Veracel/Fibria atua em várias frentes educacionais, tanto escolares quanto não escolares, com a implementação de infraestrutura, programa de capacitação de pessoal e programa de apoio às redes estaduais e municipais. Essas ações apresentam a empresa como parceira das comunidades, porém, reforçam a dominação, contrariando os pressupostos do Movimento por uma Educação do Campo.

No artigo “Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo”, Eloísa Aparecida Cerino Rosa Lima e Silvia Aparecida de Sousa Fernandes analisam o protagonismo de docentes, educandos e comunidade na construção da proposta pedagógica da escola Escola Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes, município de Mirassol Do Oeste-MT. Por meio de pesquisa documental e análise de entrevistas semiestruturadas obtidas em pesquisa de campo, as autoras discutem os princípios da escola *do* campo e argumentam que essas escolas, quando localizadas *no* campo, ajudam a construir e valorizar a

identidade camponesa, os saberes populares e possibilitam a formação escolar e de crianças, jovens e adultos.

Os três artigos subsequentes compõem o eixo “Desenvolvimento e Acesso à Terra” e analisam o processo de privatização de terras públicas, o cooperativismo e a concepção de desenvolvimento e saúde em comunidades tradicionais e camponesas no Brasil e Colômbia.

No artigo “Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista”, de Fernanda Aparecida Matheus e Carlos Alberto Feliciano, os autores analisam o processo de privatização de terras públicas como estratégia do latifúndio e do agronegócio para a concentração fundiária no Brasil, considerando o estudo de caso da Fazenda Pirituba, no Sudoeste do Estado de São Paulo. São investigados os projetos de desenvolvimento em disputa na sociedade contemporânea e o papel que cumprem na produção científica e na função social da terra. Após extensa análise documental, revisão bibliográfica e pesquisa de campo participativa, concluem que a produção científica tem sido, muitas vezes, utilizada como elemento de legitimação e de promoção de um modelo de desenvolvimento vinculado aos interesses do latifúndio/agronegócio, desconsiderando as demandas e necessidades dos movimentos socioterritoriais.

Raoni Fernandes Azerêdo e Pedro Ivan Christoffoli tratam das estratégias de acumulação de capital no agronegócio por meio da organização e ações de uma cooperativa agrícola do estado do Paraná, no artigo “Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa”. As estratégias de acumulação implicam na territorialização da cooperativa por meio da instalação de infraestruturas para armazenamento de grãos, escoamento e associação com grandes e médios produtores para produção de *commodities*. Os autores discorrem sobre a trajetória desta cooperativa e analisam as contradições do processo de territorialização da mesma, considerada hoje a maior cooperativa da América Latina.

Julian Medina-Naranjo e Ana Lucia de Jesus Almeida autores do artigo “Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais” analisam os serviços de saúde oferecidos pelos governos da Colômbia e do Brasil em comunidades camponesa e indígena. Apontam similitudes e diferenças na concepção de saúde nos locais de estudo, em que a cultura tradicional e camponesa são constantemente modificadas por ação de projetos de desenvolvimento empreendidos pelo grande

capital nos setores de mineração, extrativismo vegetal e monocultivos. A saúde é discutida a partir de uma concepção ampla que considera o cuidado com a natureza, o acesso aos recursos hídricos e cuidados com a alimentação como dimensões do ser saudável. Por meio das falas dos camponeses e indígenas, analisam o tipo de oferta de serviço de saúde e concluem que em comunidades com alto nível de vulnerabilidade a garantia de acesso à terra como um território de luta, em que possam construir e reconstruir as práticas espaciais tradicionais pode garantir a saúde e o bem-estar das comunidades.

Esperamos que o conjunto de artigos aqui reunidos contribua para a reflexão acadêmica e o fortalecimento das discussões sobre a questão agrária no Brasil e na América Latina.

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes
Janaína Francisca de Souza Campos Vinha
Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica

Janáina Francisca de Souza Campos Vinha

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

e-mail: janadageo.unesp@yahoo.com.br

Noemia Ramos Vieira

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências

e-mail: noemiaramosvieira9@gmail.com

Djacira Maria de Oliveira Araújo

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

e-mail: djaciraaraujo@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho debate a proposta pedagógica e metodológica ancorada no projeto de Educação do Campo esculpido no Residência Agrária. O objetivo é destacar as atividades de extensão e as práticas formativas, com foco no processo de construção do conhecimento promovido pelos educandos e educandas no Ensino Superior, os quais participaram de uma organização democrática e coletiva de extensão e pesquisa que buscou valorizar os saberes e conhecimentos do campesinato. O levantamento bibliográfico, a pesquisa de campo e a aplicação de questionários foram os principais procedimentos metodológicos empregados. O Residência desenvolveu um trabalho de extensão que estudou as áreas de reforma agrária a partir do diagnóstico e da execução de planos e ações territoriais, estas diretamente vinculadas às práticas, vivências e realidades construídas pelo e para o campesinato.

Palavras-chave: Residência Agrária; Educação do Campo; Campesinato; Atividades de extensão; Práticas formativas.

Agrarian Residence: a proposal educational and methodology

Abstract

This work discusses the pedagogical and methodological proposal anchored in the Rural Education project carved out of the Agrarian Residence. The objective is to highlight the extension activities and the formative practices, focusing on the process of knowledge construction promoted by students and educators in Higher Education, who participated in a democratic and collective organization of extension and research that sought to value the knowledge and knowledge of the peasantry. The bibliographic survey, the field research and the application of questionnaires were the main methodological procedures employed. The Residency developed an extension work that studied the areas of agrarian reform based on the diagnosis and execution of territorial plans and actions, which are directly linked to the practices, experiences and realities built by and for the peasantry.

Keywords: Agrarian Residence; Rural Education; Peasantry; Extension activities; Training practices.

Residencia Agraria: una propuesta pedagógica y metodológica

Resumen

Este trabajo debate la propuesta pedagógica y metodológica anclada en el proyecto de Educación del Campo esculpido en la Residencia Agraria. El objetivo es destacar las actividades de extensión y las prácticas formativas, con foco en el proceso de construcción del conocimiento promovido por los educandos y educandas en la Enseñanza Superior, los cuales participaron de una organización democrática y colectiva de extensión e investigación que buscó valorar los saberes y conocimientos del campesinado. El levantamiento bibliográfico, la investigación de campo y la aplicación de cuestionarios fueron los principales procedimientos metodológicos empleados. La Residencia desarrolló un trabajo de extensión que estudió las áreas de reforma agraria a partir del diagnóstico y de la ejecución de planes y acciones territoriales, éstas directamente vinculadas a las prácticas, vivencias y realidades construidas por el y para el campesinado.

Palabras-clave: Residencia Agraria; Educación del Campo; campesinado; Actividades de extensión; Prácticas formativas.

Introdução

O presente trabalho apresenta as principais reflexões e elementos que integraram a proposta pedagógica e metodológica de Educação do Campo desenvolvida junto ao projeto Residência Agrária no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (*TerritoriAL*). São discutidas as atividades de extensão e as práticas formativas, com foco no processo de construção do conhecimento promovido pelos educandos e educandas, os quais participaram de uma gestão coletiva de pesquisa que valorizou o saber camponês como prática constitutiva na Universidade.

É nesse contexto que a proposta pedagógica e metodológica deve ser concebida, entendida no interior de um processo que se iniciou ainda no final da década de 1990, momento em que o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Contudo, mesmo antes de ser tomado como política de Estado, com a instituição do Pronera, a luta dos movimentos sociais do campo já estava em curso, a qual procurou oferecer e qualificar as condições de educação para os assentados e assentadas da reforma agrária, rumo ao desenvolvimento de múltiplas dimensões, sujeitos, territórios e escalas.

Os cursos de Residência Agrária constituem-se como uma das formas de promover a educação do campo no Brasil. São resultado da parceria firmada em 2012 entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do Pronera, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Residência objetivou desenvolver ações junto às comunidades camponesas, envolvendo inúmeros sujeitos na luta pela transformação dos seus territórios, fortalecendo identidades e atuando como política que busca a emancipação humana.

As universidades, por sua vez, se integraram a esses esforços. O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL)¹, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), participou desse movimento, com a aprovação do projeto no Residência Agrária.

O Residência foi contemplado pela Chamada CNPq/INCRA 26/2012, aprovadas 36 propostas em 18 estados brasileiros. O projeto denominado *Desenvolvimento territorial e educação do campo em Territórios da Cidadania e assentamentos de reforma agrária nas cinco macrorregiões*, foi desenvolvido no período de 2013 a 2015 com educandos e educandas do TerritoriAL. O objetivo principal foi estudar e promover o desenvolvimento dos Territórios da Cidadania, prioritariamente dos projetos de assentamentos de reforma agrária. O projeto abrangeu três subprojetos: 1) *Soberania alimentar, mercado, renda e resistência*; 2) *Educação do Campo, produção familiar e gênero*; 3) *Produção, Educação do Campo, alimentação e saúde*.

Tendo em vista esse panorama, para discutir a proposta pedagógica e metodológica de educação do campo e o projeto de Residência Agrária, o levantamento bibliográfico, a pesquisa de campo e a aplicação de questionários fechados e abertos foram os principais procedimentos metodológicos empregados.

Além dessa introdução e das considerações finais, o presente trabalho foi organizado em duas partes. A primeira apresenta as bases teóricas que a proposta pedagógica da Educação do Campo está alicerçada; a segunda debate a proposta metodológica do Residência Agrária, evidenciando como o projeto foi esboçado para atender educandos e educandas do Ensino Superior que cursaram o mestrado em Geografia no TerritoriAL. Discutiram-se as atividades de extensão e as práticas formativas que valorizam o saber camponês. Foram evidenciados os trabalhos de extensão que estudaram as áreas de reforma agrária, os diagnósticos, os planos e ações territoriais desenvolvidas pelos próprios educandos e educandas.

Proposta pedagógica do Residência Agrária: por uma Educação do Campo

No ano de 1998, a partir da mobilização dos movimentos sociais do campo, em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgiu o Pronera. A partir de parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão, secretarias municipais e

¹ O TerritoriAL iniciou suas atividades no ano de 2013, período em que foi firmado um convênio entre Unesp, Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Via Campesina e Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). O objetivo do Programa é formar camponeses, quilombolas, indígenas, populações tradicionais e mesmo aqueles que lutam junto ao desenvolvimento dessas comunidades.

estaduais de educação e também movimentos sociais e sindicais, o Pronera surgiu com a proposta de alfabetizar e elevar o grau de escolaridade de jovens e adultos beneficiados pelos projetos de assentamentos da reforma agrária. Entre suas inúmeras ações, estão os cursos de Residência Agrária, cujo objetivo é promover a educação, em nível de pós-graduação, que contribua para formação de profissionais de assistência técnica preparados para desencadear processos que contribuam com a transformação das condições de vida no campo - em especial naqueles territórios contemplados pela reforma agrária.

É neste contexto que se desenvolveu o Residência Agrária no TerritoriAL, cujo objetivo foi oferecer aos assentados uma formação de pós-graduação articulada com a proposição de projetos capazes de gerar capacitação e extensão tecnológica em diferentes linhas de pesquisa/trabalho. O projeto se desenvolveu em escala nacional a medida em que envolveu diferentes assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e do Programa de Territórios da Cidadania.

Dentre as especialidades deste projeto, tem-se o fato de que, entre os demais projetos de Residência Agrária assistidos pelo Pronera, este foi o primeiro realizado em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*. Assim, as reflexões impressas aqui incitam o debate de ações pioneiras que tangem a natureza pedagógica-metodológica, guiado pelos princípios da Educação do Campo. É sobre essa questão que a próxima parte do texto busca discutir, refletindo sobre os pressupostos teóricos que o projeto foi fundamentado. Debater a natureza teórico-metodológica da Educação do Campo remete, primeiramente, pensar sobre as relações entre educação, trabalho e formação do indivíduo.

Alguns princípios da Educação do Campo

O desenvolvimento histórico do gênero humano mostra que, na medida em que o homem foi se desenvolvendo culturalmente para libertar-se dos limites biológicos da espécie, grandes conquistas foram sendo atingidas na direção de uma maior autonomia do indivíduo como controlador do seu destino (DUARTE, 1993). Saviani (2007), ao refletir sobre as relações entre a educação e trabalho afirma que, ao transformar a natureza, através do trabalho, para garantir as suas condições de existência, o ser humano foi construindo as possibilidades concretas de sua humanização, ou seja, de se fazer homem. Por meio do trabalho, o homem se diferencia da natureza, mas não rompe com ela. Sobre a sua universalidade natural, o homem produz a sua particularidade através do trabalho. O homem apresenta-se, então, como um ser que é determinado por sua historicidade. O que significa que a existência humana pressupõe um constante conhecer e transformar a realidade para continuar existindo num processo dialético de desenvolvimento. O adaptar-se de forma passiva à realidade posta não constitui um mecanismo inerente ao ser humano

e nem coerente com o vir a ser da humanidade. A ação objetiva do homem sobre a natureza é algo que faz parte da sua essência (VIEIRA, 2000).

Para Aranha (1993), o trabalho humano é uma ação dirigida por finalidades conscientes, uma resposta aos desafios que a natureza impõe na luta pela sobrevivência humana.

Ao reproduzir técnicas que outros homens já usam e ao inventar outras novas, a ação humana se torna fonte de ideias e ao mesmo tempo uma experiência propriamente dita [...] o trabalho, ao mesmo tempo que transforma a natureza, adaptando-a as necessidades humanas, altera o próprio homem desenvolvendo suas faculdades. Isso significa que, pelo trabalho, *o homem se auto reproduz* (ARANHA, 1993, p. 5).

Tendo em vista que a essência do homem é o trabalho, ou seja, o ato de agir sobre a natureza, e que este ato resulta de um processo histórico de aprendizagem e de construção do conhecimento, concluiu-se que todo homem necessita aprender a ser homem para produzir sua própria existência. A formação do homem é um processo educativo, a qual implica no desenvolvimento de formas e conteúdos, cuja validade é estabelecida pela experiência (SAVIANI, 2007).

Para Saviani (2007), a origem da Educação coincide com a origem do homem. Trabalho e educação possuem uma relação de identidade e são inseparáveis. É com base nessa relação educação/trabalho que se têm construído os princípios da educação dos jovens e das crianças do campo.

Tendo em vista que o público envolvido no projeto são trabalhadoras e trabalhadores do campo, buscou-se desenvolver as atividades de formação destes sujeitos a partir das suas *práxis*, da sua cultura e da sua vivência no campo. As ações da equipe foram fundamentadas pelos princípios da Educação do Campo.

A Educação do Campo é um projeto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado do ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. É um projeto que dialoga com uma concepção pedagógica crítica, vinculada a objetivos políticos de emancipação e de luta por justiça e igualdade social. Uma educação que vincula a formação humana e uma concepção própria de campo (CALDART, 2018).

Para Souza (2008), trata-se de uma concepção pedagógica que se contrapõe à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, uma concepção que

[...] valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2018, p. 2089).

A Educação do Campo procura romper com o modelo de Educação Rural instaurado no país há décadas. Esta última está ligada à uma concepção de campo que procurou reproduzir a lógica da agricultura capitalista. Padronizar, inferiorizar, estereotipar e segregar as identidades e culturas camponesas são alguns dos componentes da Educação Rural. A Educação Rural apoia-se em uma visão tradicional do espaço rural, atuando como instrumento de reprodução, expansão e consolidação de uma estrutura agrária fundada na agricultura capitalista, extremamente concentrada, excludente e conservadora.

A Educação do Campo emergiu das demandas dos movimentos sociais do campo, de forma mais expressiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), por uma educação pública que fosse gestada do ponto de vista dos camponeses, que considerasse seus interesses sociais, políticos e culturais. A Educação do Campo constitui-se num projeto de educação de emancipatória e libertadora que concebe o campo como espaço de produção material e simbólica dos povos do campo. Traz em sua concepção os processos de luta, enfretamento e resistência. Propõe incorporar as demandas trazidas pelos movimentos sociais e sindicais, exigindo a valorização das especificidades do meio rural e dos diversos sujeitos que constroem esse espaço. A Educação do Campo é um novo paradigma que vem sendo construído pelos povos do campo que rompe sistematicamente com o paradigma da Educação Rural (FERNANDES; MOLINA, 2004).

Alguns dos princípios pedagógicos norteadores da Educação do Campo dizem respeito aos princípios da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e da Pedagogia da Alternância. A educação é um dos elementos fundamentais do processo de humanização, conscientização e de construção de outra realidade. Considera-se que a realidade vivida pelos camponeses constitui alicerce de outra realidade possível, conferindo à Educação do Campo um caráter emancipatório, em que os camponeses são os sujeitos dessa transformação. A formação humana é concebida a partir de uma relação dialética entre a práxis e o conhecimento com o qual os sujeitos terão contato durante o seu processo de formação. Trata-se de pensar o processo educativo para além dos muros da escola, o que ajuda a entender que sua construção acontece em interação entre a escola, a família, a comunidade e os movimentos sociais (FREIRE, 1987).

A alternância abriga grande importância na articulação entre a *práxis* do trabalhador do campo e os momentos de atividade escolar, momento em que se focaliza o conhecimento acumulado e se considera as experiências concretas dos educandos. Além das disciplinas escolares básicas, a educação engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE 2008).

Segundo Caldart (2002), os formuladores da Educação do Campo devem ser os próprios sujeitos do campo que, através de políticas públicas, podem desenvolvê-las de modo a reafirmar seus modos de vida, relações, identidades e territórios. Nas atividades de extensão e práticas formativas do Residência Agrária, essa foi uma das concepções centrais que guiaram a proposta, já que as ações previstas foram regidas pelos princípios pedagógicos da Educação do Campo e do Pronera, pautados na valorização do saber camponês e do seu contexto histórico, social, político, cultural, econômico e ambiental. Como será discutido na próxima seção, os Territórios da Cidadania, as áreas estudadas da Reforma Agrária, o diagnóstico dos territórios camponeses e as ações e os planos territoriais foram construídos pelos próprios educandos e educandas, estando diretamente vinculados às suas práticas, vivências e realidades, condições inerentes da Educação do Campo.

O mesmo valeu para os procedimentos metodológicos de análise empregados, também elaborado pelos educandos e considerado exercício pedagógico que subsidiou suas pesquisas e ações nas áreas de reforma agrária. Cabe lembrar que, como dito, o projeto de Educação do Campo e o Pronera nasceram das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária, e nada mais coerente do que ter o próprio campesinato atuando como sujeito no processo constitutivo de conhecimento e transformação da sua realidade social. “O desenvolvimento territorial dos povos do campo e da floresta só será sustentável se tiver esses grupos sociais como protagonistas do processo. E para que isso ocorra é necessária a realização de um projeto de educação que contemple todos os níveis de ensino” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 9).

A universidade ainda é um espaço privilegiado de produção e socialização do conhecimento e do saber, a qual deve-se abrir às experiências que vem sendo construídas pelos movimentos camponeses que reorientam a concepção de conhecimento. Dentre outras questões, a função social da universidade deve propiciar estudos que contribuam na construção de um projeto de desenvolvimento para o campo que valorize e reconheça o campesinato em toda a sua diversidade e complexidade, no qual há que se tomar em conta a situação e as demandas camponesas na busca de constituir novas sociabilidades e condições de vida.

O projeto de Residência Agrária é uma política pública que expressa a conquista dos movimentos sociais em parcerias com o INCRA e as universidades públicas do Brasil, implantado como um Programa do MDA instituído no Plano Plurianual – PPA 2004-2007, que se abre para a implementação e desenvolvimento de demandas que partem da lógica camponesa.

A Residência Agrária é uma proposta por meio da qual se oferecem as condições de estágio de vivência e especialização para estudantes graduados que tenham interface com os projetos de desenvolvimento dos assentamentos e com seus processos educativos que os beneficiários realizam nestas áreas (HACKBART; SANTOS, 2009, p. 8).

Os cursos de Residência Agrária traduzem-se como meio de promoção da Educação do Campo no Brasil e de democratização e abertura das universidades públicas brasileiras. Como dito, são resultado da parceria entre o Pronera, o MDA e o CNPq, e tem o intuito de desenvolver ações junto às comunidades camponesas no fortalecimento de suas identidades e territórios. Por meio dessa parceria, tornou-se possível o financiamento das atividades de extensão e práticas formativas no campo para os educandos e educandas do Programa de mestrado. Ao mesmo tempo, é também o resultado das experiências formativas da ENFF e dos movimentos camponeses brasileiros e latino-americanos, os quais tem sido os principais demandantes e propositores de políticas de escolarização e implantação do Ensino Superior no campo. O intuito é que a Educação do Campo seja um instrumento de desenvolvimento do território rural, e que suas práticas também estejam em diálogo com as experiências dos camponeses e trabalhadores do campo.

Freire (2001) argumenta a necessidade da formação de cidadãos mais conscientes das realidades em que vivem, construída e edificada a partir de uma educação questionadora, firmada no diálogo crítico e na consciência da condição existencial humana. O Residência Agrária se contrapõe, questiona e critica a lógica imposta historicamente pela agricultura patronal, se assentando numa lógica camponesa que organiza-se numa gestão coletiva com representação dos educandos e educandas e que tem o potencial de ressignificar a Universidade. Os educandos e educandas são sujeitos ativos do processo de construção do conhecimento ao escolher, elaborar e desenvolver as práticas nos territórios e executar ações, respeitando suas origens e áreas de atuação, forjando novas experiências dentro da Universidade.

Ao reconhecer o saber produzido pelos povos do campo e das florestas, o conhecimento acadêmico-científico foi redimensionado, uma vez que as experiências, vivências e desafios que cada educando e educanda enfrentou foram concebidos e/ou transformados como problemáticas e objetos de estudo. Assim, o saber camponês foi capaz de ressignificar e transformar o conhecimento até então produzido na Universidade - instituição fundada no Brasil para atender os interesses da classe burguesa -, reformulando as questões científicas - agora preocupadas em compreender, refletir e estudar elementos atinentes ao campesinato e aos povos do campo.

Para demonstrar como a proposta pedagógica foi efetivada, será apresentada a seguir a proposta metodológica, evidenciando as atividades de extensão e as práticas formativas do Residência Agrária.

A proposta metodológica do Residência Agrária

A proposta metodológica combinou atividades de estudos e pesquisas nas áreas de assentamentos rurais da reforma agrária e na Universidade, regida pela Pedagogia da Alternância. Sua organização curricular, como o próprio nome remete, é construída em regime de alternância, organizada em dois tempos: Tempo Universidade e Tempo Comunidade, com etapas vivenciadas no próprio ambiente social e cultural dos educandos e educandas (Parecer CNE/CEB n. 1/2006).

A Pedagogia da Alternância tem como principal característica o envolvimento da comunidade e das famílias no processo educativo, como também tem a intencionalidade de proporcionar uma formação direcionada aos anseios, preocupações e realidades dos sujeitos do campo para que possam atuar onde vivem.

O Residência Agrária contou com a participação de duas turmas de educandos e educandas que ingressaram no Programa de Pós-Graduação em tempos distintos no período de 2013 a 2015, sendo necessário adequar o projeto à cada turma que ingressava. Para um melhor entendimento da proposta, faz-se necessário especificar como o Residência se materializou em cada uma das turmas. Em todas, o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade regeram o Residência, o qual teve como objetivo central o estudo e o desenvolvimento dos Territórios da Cidadania nos assentamentos de reforma agrária a partir de três subprojetos: 1) *Soberania alimentar, mercado, renda e resistência*; 2) *Educação do Campo, produção familiar e gênero*; 3) *Produção, Educação do Campo, alimentação e saúde*.

No Tempo Universidade foram cursadas disciplinas, realizados seminários e colóquios e construídas e debatidas a metodologia empregada no Residência Agrária. Em todos esses momentos foi respeitado o processo de construção do conhecimento camponês, numa relação dialógica com a Universidade, de forma que no Tempo Comunidade foram realizados os diagnósticos e os planos e ações territoriais junto às comunidades camponesas, os quais serão apresentados a seguir e foram denominados de atividades extensionistas e práticas formativas.

Turma José Carlos Mariátegui

A primeira turma foi composta por 39 educandos e educandas aprovados no processo seletivo de 2013. O início das atividades foi em 29 de agosto de 2013, com 36 bolsistas.

Para o alcance do objetivo supracitado, em ambas as turmas, foi empregada uma metodologia que agregou dados e análises quantitativas e qualitativas, preconizando a realização de trabalhos de campo que visaram o conhecimento das comunidades camponesas. Foram aplicados questionários estruturados, que mesclaram questões abertas e fechadas. O questionário abordou as seguintes temáticas: 1- Identificação geral: identificação da área e perfil das comunidades; 2 – Saúde; 3 – Educação; 4 – Produção e Renda; 5 – Cultura e Espaços de Lazer; 6 – Meio Ambiente. Cada comunidade investigada foi eleita pelos educandos e educandas, sendo aplicado um questionário por comunidade rural.

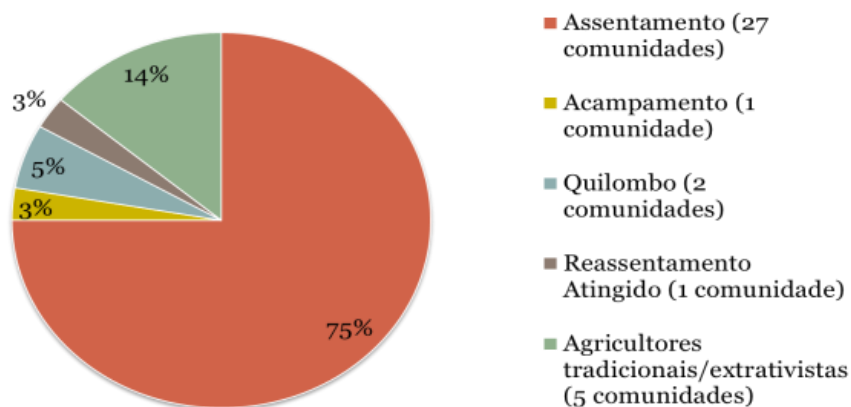
Como exposto, o questionário foi construído pelos próprios educandos e educandas que, integrados aos debates e discussões promovidos pelos coordenadores do projeto, serviram como referência para a turma seguinte - Manuela Sáenz. Este processo de construção, gestão, participação e organização coletiva do projeto foi de suma importância, uma vez que o conhecimento dos próprios educandos, advindos das comunidades, qualificaram significativamente o Residência.

Após a aplicação dos questionários, também efetuado pelos próprios educandos e educandas, deu-se início a sistematização e organização dos dados coletados, material que subsidiou o diagnóstico e os planos de ação territorial de todas as comunidades camponesas pesquisadas pela turma.

Durante a execução do projeto, dois diagnósticos foram efetuados por duas turmas distintas, e um conjunto de ações e planos territoriais foram propostos. O diagnóstico foi ferramenta elementar para a compreensão da realidade do campo, basilar para que as ações territoriais fossem formuladas pelos mestrandos. O diagnóstico e a ação territorial foram feitos pelos educandos e educandas durante o Tempo Comunidade.

O primeiro diagnóstico levantou e sistematizou informações e dados das comunidades camponesas integrantes, por amostra, em 12 estados brasileiros: Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Espírito Santo e São Paulo. O estudo alcançou todas as 5 macrorregiões brasileiras, sendo 27 assentamentos rurais, 1 acampamento, 2 áreas de quilombos, 1 assentamento construído por impactados por barragem e 5 comunidades tradicionais, totalizando 36 áreas pesquisadas. Todos integram os Territórios da Cidadania e foram selecionados pelos educandos e educandas a partir de sua atuação nas comunidades e/ou origem, sendo a maioria assentamentos rurais (Mapa 1 e Gráfico 1).

Gráfico 1: Percentual do tipo de comunidade rural pesquisada pela turma José Carlos Mariátegui



Fonte: Pesquisa do Residência Agrária (2014).

Mapa 1 – Número de questionários aplicados por Estado – Brasil (2014)



Fonte: Pesquisa do Residência Agrária (2014)

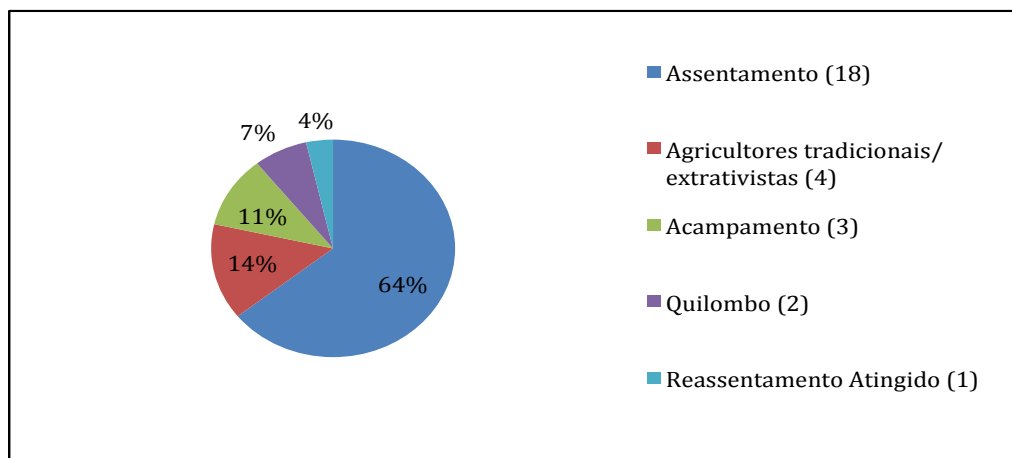
Os diagnósticos foram os instrumentos que subsidiaram a proposição de planos e ações territoriais para alguns dos problemas e fragilidades identificadas nas comunidades camponesas. As ações implementadas são consideradas o ponto principal do Residência Agrária, os quais serão apresentados detalhadamente na secção seguinte.

Turma Manuela Sáenz

A segunda turma ingressou em agosto de 2014 e contou com 28 educandos e educandas, sendo 19 bolsistas. O projeto envolveu bolsistas e não bolsistas, fazendo com que o Residência Agrária atuasse como centro nucleador das atividades do Tempo Comunidade de todos os mestrandos do TerritoriAL. A metodologia construída pela turma José Carlos Mariátegui também foi empregada como instrumento de pesquisa do Residência, já que se considerou que para uma análise rigorosa e de escala nacional sobre o desenvolvimento territorial camponês nos Territórios da Cidadania, a metodologia não poderia ser alterada para fins comparativos. No entanto, no intuito de acompanhar a especificidade de cada realidade das comunidades camponesas, algumas questões do questionário foram modificadas, como, por exemplo, àquelas tangentes ao gênero e às práticas agroecológicas, questões que necessitavam de alguns ajustes e readequações.

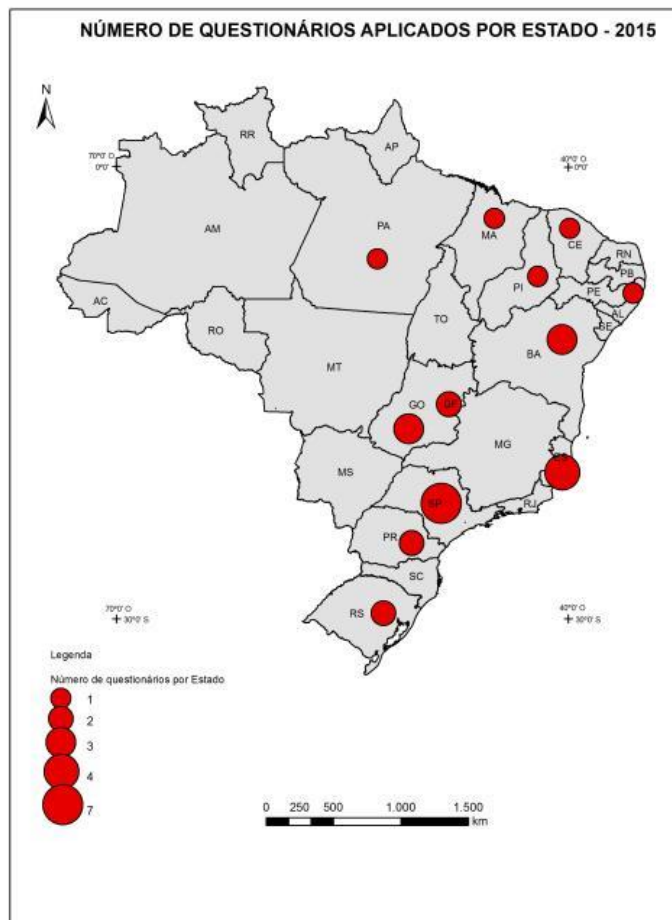
Pautada na mesma metodologia, todas as macrorregiões foram atingidas, conformando o total de 11 estados brasileiros e o Distrito Federal: Goiás, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Piauí, Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Espírito Santo e São Paulo. Foram 18 assentamentos rurais, 3 acampamentos, 1 assentamento construído por impactados por barragem e 6 comunidades tradicionais (Gráfico 2 e Mapa 2).

Gráfico 2: Percentual do tipo de comunidade rural pesquisada – turma Manuela Sáenz



Fonte: Pesquisa do Residência Agrária (2014)

Mapa 2 – Número de questionários aplicados por Estado – Brasil (2015)



Fonte: Pesquisa do Residência Agrária (2014)

Devido ao término do projeto em setembro de 2015, as ações territoriais deste diagnóstico não foram desenvolvidas integralmente. Sabe-se da importância da elaboração de ações em um projeto que se dedica à Residência Agrária, contudo, a equipe de coordenação compreendeu que, pedagogicamente, o processo de construção e aplicação dos diagnósticos foram de extrema importância para que futuras ações sejam implementadas.

Há de se considerar o engajamento e a organicidade dos mestrandos e mestrandas envolvidas. Integrantes de um processo de resistência e luta pelo acesso e permanência na terra, não limitaram suas ações ao Residência Agrária ou a qualquer outra pesquisa de cunho exploratória, mas continuaram desenvolvendo ações como parte de sua própria *práxis* camponesa que transcende os objetivos contidos no Residência. Foi dada sequência à implementação das ações territoriais nas comunidades pesquisadas, independentemente

do término do projeto, constitutivas da militância e do trabalho camponês inerente aos grupos que participaram do projeto.

A seguir, são apresentados os planos e as ações com vistas ao desenvolvimento territorial camponês propostos e desenvolvidos pelos educandos e educandas da turma José Carlos Mariátegui. Assim como a metodologia apresentada, tanto os planos quanto as ações territoriais ulteriores, conformam um conjunto que denominamos de atividades de extensão e práticas formativas.

Ações territoriais do Residência Agrária

Os diagnósticos obtidos, resultado da identificação e análise dos questionários, sinalizaram para inúmeros problemas e questões que inibem e/ou dificultam o desenvolvimento territorial camponês, mas considerando o elevado número de diagnósticos e ações e a diversidade das regiões geográficas e dos temas dos subprojetos, o presente texto delimitou algumas ações para compor a discussão proposta. Optou-se por apresentar cinco das inúmeras experiências realizadas pelos educandos e educandas no Residência, com foco para as questões de gênero, trabalho, juventude, abastecimento de água, recatamento, juventude, lazer e agroecologia.

Assentamento Pirituba II - Agrovila III, município de Itaberá (SP)

A proposta teve como objetivo provocar o debate sobre a questão de gênero e trabalho das mulheres do assentamento. Para isso, uma dos aportes metodológicos traçados foi a socialização das histórias de vida das participantes, enfatizando as mudanças ocorridas a partir da vida nos acampamentos e no assentamento. Foi possível, ainda, debater a produção agroecológica e estimular a troca de receitas tradicionais. As “prosas” abordaram temas como a sua participação na vida da comunidade e da cooperativa, educação, saúde, luta, políticas públicas, história do assentamento, histórias de vida, receitas tradicionais, entre outros. Nesses encontros discutiu-se também sobre a importância de dar visibilidade ao trabalho que estão realizando na cooperativa e no assentamento, como também para o conjunto do MST e de toda a sociedade.

Assim, coletivamente, levantaram-se alguns temas e foi feita a indicação de pessoas que poderiam falar sobre eles e montar um pré-roteiro para fazer um documentário. Foram dois dias de gravações no assentamento para o documentário, filmando o cotidiano - em especial das mulheres. A partir das conversas realizadas nas reuniões prévias, foi dada prioridade às filmagens na horta coletiva, na padaria, no Centro de Educação Infantil, na cozinha comunitária e na casa de mulheres mais velhas.

O principal resultado obtido foi a retomada do processo de organização das mulheres, mesmo que ainda de forma pontual e relativamente fragmentada. Os momentos de debate trouxeram à tona vários debates que precisam ser aprofundados e muitos dos quais ainda nem haviam se colocado como demandas coletivas - embora fossem preocupação de algumas mulheres, como a ausência de espaços e atividades de lazer para as mesmas ou mesmo questões de saúde que têm aparecido com frequência, em especial entre as mulheres mais jovens. Além disso, as conversas trouxeram um elemento forte de valorização das atividades que já realizam e em especial das conquistas obtidas a partir da luta concreta, como é o caso do Centro de Educação Infantil, reconhecido por toda a comunidade como uma grande vitória.

Assentamento Rodeio, município de Presidente Bernardes (SP)

O principal objetivo da proposta de trabalho foi retomar o debate sobre os sentidos da luta pela reforma agrária na região e discutir o papel específico da juventude no contexto da Reforma Agrária Popular. Procurou-se contribuir no apoio e fortalecimento da auto-organização dos jovens dentro da comunidade, visando a defesa dos territórios, a luta por políticas públicas e pela emancipação política desses sujeitos.

A ação centrou-se na realização de reuniões, oficinas e encontros com os jovens assentados, com intervalos de 15 dias em média, durante o período de julho e outubro de 2014. Estruturou-se a ação com duas reuniões de apresentação da proposta, discussão e reflexão nas turmas do EJA e do curso do PRONATEC, com maior presença dos jovens. Num primeiro momento foram feitos cursos de formação técnica do PRONATEC, com 30 jovens, aos sábados. Essa proposta também foi construída com lideranças do assentamento e membros da Associação dos Produtores Assentados da Rodeio (APAR).

A partir dessas reuniões foi possível definir com o coletivo que iriam ser construídas duas atividades: a intervenção na Romaria da Terra e da Água e a organização do Encontro Regional da Juventude. Foi necessária a realização de uma oficina para construção dos materiais e apresentação na romaria, e a divisão de tarefas para conseguir transporte, alimentação e a mobilização para o Encontro Regional.

Assentamento Morada Nova, município de Cansanção (BA)

A proposta de atividade veio ao encontro de uma dinâmica já vivenciada pela comunidade de Fundo de Pasto. Inicialmente, o objetivo da ação firmou o compromisso de trabalhar na recomposição de uma das áreas degradadas daquela comunidade.

A partir de um banco de sementes de plantas da Caatinga, em duas ocasiões foram enviadas sementes para que a comunidade produzisse mudas para o reflorestamento. Em virtude das condições climáticas (pouca chuva e altas temperaturas) e do baixo potencial de germinação de muitas espécies, mais de 50% das sementes plantadas não germinaram. Das sementes que germinaram, parte das mudas não resistiram e morreram antes completar o tamanho necessário.

Assim, por decisão coletiva e tendo em vista a grande possibilidade de insucesso, optou-se por realizar a atividade no final do 1º semestre ou início do 2º semestre de 2015, quando a transição entre estações amenizou o calor e permitiu que as mudas plantadas recebessem as chuvas de inverno que, embora muito inferiores às de verão, garantem um suprimento mais regular de água e mantem as temperaturas baixas - condições ambientais essas que aumentam as possibilidades de sucesso da recomposição da vegetação natural da área, a Caatinga, denominado no projeto de recatingamento.

Na atividade de recaatingamento proposta a comunidade Morada Nova produziu um número bem maior e variado de mudas de plantas da caatinga. A atividade foi realizada em mutirão, que acontece semanalmente e envolve a quase totalidade dos moradores dessa comunidade tradicional.

Assentamento Paus Preto, município de Sebastião (BA)

A ação centrou-se na discussão da estocagem de água para a produção de alimentos para consumo humano e animal. Para tanto, foi realizada uma oficina sobre cultivo, colheita e estocagem de mandioca e palma forrageira, e proposta a implantação de uma área coletiva para a produção de mudas de palma e para a distribuição aos assentados de manivas (caule da mandioca usado como semente) para alimentação humana e animal.

Para a implantação de uma área coletiva para a produção de mudas de palma, foram entregues, no dia 28 de outubro no assentamento, um caminhão com raquetes de palma para o plantio e 100 kg de sementes de sorgo forrageiro e 100 kg de milho destinados à produção de material para ensilagem e para palhadas. A entrega destes insumos foi possível porque as mudas de palma foram doadas; o sorgo e o milho foram adquiridos e o custo do transporte para deslocamento originou-se de doação da prefeitura municipal de Sebastião Laranjeiras. Para as famílias do assentamento não houve custos. Quanto à distribuição de manivas de mandioca, estas foram entregues no mês de novembro, tempo

em que foram colhidas de lavouras de agricultores do município e doadas aos moradores do assentamento.

Assentamento 14 de Agosto, município de Ariquemes (RO)

A proposta baseou-se na realização de encontros para estudos sobre a agroecologia, que tiveram o objetivo de aprofundar o tema e reconhecer os problemas que dificultam essa prática. Foram desenvolvidas atividades que pudessem contribuir para melhorias no espaço, tanto na produção como nos espaços de vivência coletiva.

Os estudos foram realizados com membros do grupo coletivo, com mulheres e homens jovens e adultos, bem como crianças e adolescentes. Foram realizados trabalhos de grupo, debates, leituras e vídeos. Durante os debates, concluiu-se que para avançar na produção agroecológica ainda há muito a ser feito, principalmente no que se refere aos problemas com o uso de agrotóxicos na produção de sementes.

A importância de produzir as próprias sementes crioulas torna-se uma tarefa imprescindível para os camponeses que se lançaram nesta empreitada pela agroecologia, levando em consideração que as sementes convencionais trazem uma série de princípios ativos que contaminam a produção.

Diante disso, uma das tarefas práticas foi construir uma casa de sementes crioulas para armazenamento das sementes produzidas na comunidade. A ideia foi utilizar material alternativo, como garrafas pet e barro, conhecido também por bioconstrução. Essa construção será realizada em mutirão.

Definiu-se também construir um espaço para depositar os resíduos sólidos e aproveitar melhor os resíduos orgânicos. Este barracão foi improvisado com o uso de palhas de coqueiro e tela, madeiras e telhas. Neste local, será depositado os resíduos sólidos, (plástico, papel, latas e outros). Para os resíduos orgânicos, foi construída uma composteira doméstica.

Outra necessidade foi construir uma fossa de evapotranspiração a base de reciclagem de pneus para escoamento da água da pia da cozinha, que acaba trazendo transtornos com retenção da água - principalmente no período chuvoso. Os pneus foram doados pela Prefeitura Municipal de Jaru.

Como o embelezamento dos espaços coletivos e residenciais para o MST é princípio, outra meta definida foi a organização do espaço da cozinha coletiva. Para isso, recorreu-se novamente à reciclagem de pneus para a construção da fossa de evapotranspiração para retenção da água da pia da cozinha.

Nas conversas informais, durante o Tempo Comunidade, um problema antigo foi retomado que atingia principalmente as mulheres adultas: a ausência de espaços de lazer. Geralmente os homens jogam bola mais de uma vez por semana, enquanto as mulheres vivem para o trabalho no grupo e em suas casas, sem nenhuma atividade de lazer. Uma solução para essa problemática se deu por meio da capoterapia. Trata-se de uma série de exercícios físicos que contribuem não só para o melhoramento do físico, mas principalmente aspectos psicológicos, chamados pela comunidade dos “problemas da alma”.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho consistiu em refletir e discutir os principais elementos que integraram a proposta pedagógica e metodológica de Educação do Campo junto ao Residência Agrária. Sob a lógica da Educação do Campo, o projeto atuou não apenas no estudo do campesinato pelo próprio campesinato, mas se propôs a promover práticas formativas e de extensão preocupadas com o desenvolvimento dos territórios camponeses, baseada por uma educação libertadora e comprometida com os problemas que afligem o campo brasileiro. O conhecimento acadêmico passou a ser construído pelo campesinato, ressignificando os papéis da Universidade por intermédio dos sujeitos do campo e da prática extensionista.

As atividades de extensão e as práticas formativas se deram em todo o processo de construção do conhecimento promovido pelos educandos e educandas. Através da Pedagogia da Alternância, no Tempo Universidade foram cursadas disciplinas, realizados seminários e colóquios e formuladas e debatidas a metodologia empregada no Residência Agrária. No Tempo Comunidade foram realizados os diagnósticos e os planos e ações territoriais junto às comunidades camponesas, com foco na descrição de cinco experiências que visaram promover o desenvolvimento territorial do campesinato. Essas experiências perpassaram as questões de gênero, trabalho, juventude, água, recatamento, lazer e agroecologia.

Amparado no interior de uma proposta que ainda vem sendo construída e redesenhada pelos movimentos sociais (Educação do Campo), o Residência Agrária é política que merece continuidade, uma vez que suas ações buscaram desenvolver os territórios camponeses, com grande potencial de discutir as bases constituintes da Universidade e do ensino no Brasil. As ações e planos territoriais aqui esboçados evidenciaram a importância desse projeto, atuando desde questões ambientais até as que retratam gênero e trabalho, todas partindo de realidades, práticas e vivências gestadas e vivenciadas pelo e para o campesinato.

Referências

ARANHA, M.G.A; PIRES. M.H. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna , 2003.

CALDART, R. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, J. E. (et al.) (Org.) **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2002. Coleção por uma educação do campo, v. 4.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 2018, p. 1-16.

DUARTE, N. **A Individualidade Para-si: contribuição a uma teoria histórico- social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 1993.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. . O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M.C; JESUS, S.M.S.A. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 1ed., Brasília: NEAD, 2004, v. 5, p. 53-89.

FREIRE P. **Pedagogia do oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra; 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HACKBART, Rolf; SANTOS, Clarice. Dez anos de PRONERA e o Programa Residência Agrária. In: MOLINA, Mônica e outros (Org.). **Educação do campo e formação profissional**: a experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: NEAD/MDA, 2009, 7-10.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação** vol. 12, núm.34, jan-abril, 2007. p 152-165. Associação Nacional de Pos-graduação e Pesquisa em educação do Brasil.

SOUZA, Maria Antônia. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, 2008, p. 1089-1111.

VIEIRA, N. R. **As questões das Geografias do Ensino Superior e do Ensino Fundamental a partir da formação continuada do professor e das categorias lugar, paisagem, território e região**: um estudo da Diretoria Regional de Ensino de Marília. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

Sobre os autores

Janaína Francisca de Souza Campos Vinha - Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Realizou estágio pós-doutoral na University of Manitoba, Canadá. Atualmente é professora na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8763-4465>

Noemia Ramos Vieira – Graduação e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências Marília (2000). Atualmente é professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. **OrcID:** 0000.0002-3565-4018

Djacira Maria de Oliveira Araújo - Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2001). Especialista em Estudos Latino-americanos pela UFJF (2005) e Mestrado em Educação pela UFBA (2011). Foi coordenadora pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-4479-001>

Como citar este artigo

VINHA, Janaina Francisca de Souza; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira Araújo. Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica. **Revista NERA**, vol. 21, n. 45, p. 12-31, dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Janaina Francisca de Souza Vinha** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo e terceiro autores **Noemia Ramos Vieira** e **Djacira Maria de Oliveira Araújo**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e os três autores, **Janaina Francisca de Souza Vinha**, **Noemia Ramos Vieira** e **Djacira Maria de Oliveira Araújo**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 11 de outubro de 2018.

Devolvido para a revisão em 30 de outubro de 2018.

Aceito para a publicação em 15 de novembro de 2018.

Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia

Maria Nalva de Araújo Bogo

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Teixeira de Freitas-BA
e-mail: nalvaraujo@hotmail.com

Resumo

Este artigo¹ procurou apreender os projetos educacionais do agronegócio na região extremo sul da Bahia desenvolvidos pela empresa florestal Fibria/Veracel, a fim de identificar em que medida suas ações visam à construção de uma pedagogia da hegemonia junto às comunidades atendidas, contrariando os pressupostos da educação do campo. O referencial teórico utilizado sustentou-se em Vendramini (2010), Martins e Neves (2012), Martins (2007, 2009), Jimenez (2007), Depieri (2013), Bezerra e Junqueira (2013), D'Agostini e Vendramini (2014), entre outros. Trata-se de uma pesquisa documental cuja coleta dos dados foi realizada mediante consulta aos projetos e relatórios de gestão disponibilizados nos veículos de divulgação da própria empresa. Os resultados indicam que a Fibria opera na região com uma unidade da Veracel. No tocante às ações educacionais, atua no extremo sul da Bahia desde a sua fundação em 2006, com construção e reforma de escolas, formação de profissionais que trabalham nas escolas (gestores, professores, merendeiras e vigias), projetos nas comunidades indígenas com a doação de *kit* escolares, formação de jovens indígenas empreendedores, construção de escolas e projetos de Educação Ambiental. Assim, age aparentemente como parceira das comunidades, conquista a confiança e mantém a dominação com êxito, contrariando os pressupostos do Movimento por uma Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do campo; lutas sociais; agronegócio; terra e educação; pedagogia da hegemonia..

Land and education in dispute: A study of the education actions of Fibria/Veracel paper e cellulose in the extreme south of Bahia

Abstract

This research analyzes the educational projects of agribusiness in the extreme south region of Bahia developed by Fibria/Veracel, a forestry company, identifying in which ways its actions seeks to build a pedagogy of hegemony with the communities served contradicting the assumptions of rural education. The Theoretical reference used was based on Vendramini (2010), Martins and Neves (2012); Martins (2007; 2009), Jimenez (2007), Depieri (2013), Bezerra and Junqueira (2013), D'Agostini and Vendramini (2014). It's about a documental research which data collection was made through consultation to projects, management reports by the company own media vehicles. Results show that, Fibria acts in the region with its Veracel Unit. In relation to educational actions, it acts on the region since its foundation in, with construction and reforming of schools, formation of professionals that work in its schools (managers, teachers, lunch ladies, watchmen), projects in the native communities with donation of school kits, formation of young native entrepreneurs, and projects of environmental; therefore, acts apparently as a partner to communities, gain their trust and keep the domination, contradicting the presuppositions of the movement for rural education.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPQ por meio de duas bolsistas de Iniciação Científica.

Keywords: Rural education; Social struggle; Agribusiness; Earth and Education; Pedagogy of hegemony.

Tierra y Educación en disputa: un estudio de las acciones educativas de Fibria/Veracel papel y celulosa en el extremo sur de Bahía

Resumen

Esta investigación buscó aprehender los proyectos educativos del agronegocio en la región del extremo sur de Bahía desarrollado por la empresa forestal FIBRIA/Veracel buscando identificar en qué medida sus acciones apuntan a la construcción de una pedagogía de la hegemonía junto a las comunidades atendidas contrariando los presupuestos de la educación del campo. El referencial teórico utilizado fue basado en Vendramini (2010), Martins Y Neves (2012), Martins (2007; 2009); Jimenez (2007), Depieri (2013), Bezerra Y Junqueira (2013) e D' Agostini Y Vendramini (2014). Se trata de una investigación documental cuya recolección de datos fue realizada mediante consulta a los proyectos, informes de gestión disponibles en los vehículos de divulgación de la propia empresa. Los resultados indican que, Fibria actúa en la región con una unidad de Veracel. Sus acciones educativas actúan en la región desde su fundación en 2006, con construcción y reformas de escuelas, formación de profesionales que actúan en las escuelas (gestores, profesores, merendeiras y vigilantes), proyectos en las comunidades indígenas con la donación de Kit escolar, formación de jóvenes indígenas emprendedores, construcción de escuelas y proyectos de educación ambiental; Así, actúa aparentemente como compañera de las comunidades, conquista la confianza y mantiene la dominación con éxito, contrariando así los presupuestos del movimiento por educación del campo.

Palabras-clave: Educación del Campo; Luchas sociales; Agronegocio; Tierra y Educación; Pedagogía de la hegemonía.

Introdução

Nas últimas décadas movimentos sociais, governo e instituições não governamentais têm-se ocupado da discussão sobre o estado de carência educacional das populações do meio rural no Brasil. Na direção dos movimentos sociais, a luta pela terra e pelas condições de vida no campo tem exigido que a batalha por educação entre em suas pautas. Para tanto, pressionam o Estado brasileiro para reivindicar políticas públicas de educação que atendam suas realidades e especificidades no contexto do campo, constituindo assim um movimento no Brasil denominado Educação do Campo. O governo, por sua vez, tem respondido com algumas políticas e ações. Nesse bojo também universidades e pesquisadores têm entrado no debate promovendo pesquisas, ensino e ações extensionistas. Toda essa mobilização nacional procura responder ao silêncio e à ausência de políticas de educação direcionadas aos povos do campo por parte do Estado e da sociedade brasileira por mais de cinco séculos.

Realizando uma trajetória sobre a educação para as populações rurais no Brasil, Calazans (1993) constata que as políticas de educação voltadas a esses grupos têm início somente a partir da década de 30 do século XX. A autora cita alguns projetos educacionais escolares e não escolares/extensionistas dirigidos pela política externa norte-americana, preparando os agricultores para a integração ao modelo de desenvolvimento rural. Tais iniciativas de extensão rural, desenvolvidas no período pós-guerra, se davam por meio de atividades educativas não escolares, tendo como meta transformar o homem do campo em um *farmer* norte-americano por meio do programa educativo de base. O objetivo principal expresso nos documentos seria o combate à carência, à subnutrição, às doenças, à ignorância e a outros fatores negativos que envergonhavam o país. Desse modo, expressava-se a visão do camponês como um ser pobre, carente, que deveria ser assistido e protegido, materializado na figura do Jeca Tatu (personagem de Monteiro Lobato) (ARAÚJO, 2016).

Tais programas e projetos dirigidos às populações rurais não levavam em conta o protagonismo do povo do campo, ao contrário, eram concebidos e realizados a partir de uma concepção dos grupos dominantes dirigida aos grupos dominados. Assim na década de 1990, quando os movimentos sociais passam a incorporar em suas pautas a questão da educação, eles querem também ser sujeitos do processo. Nesse sentido, este novo movimento que nasce dos trabalhadores do campo delimita uma concepção que se diferencia das ideias das elites até então implantadas no campo. Para tanto, os movimentos sociais constroem projetos de educação com teorias e princípios² delimitados a partir de uma noção de ser humano, sociedade, campo e educação.

De acordo com Caldart (2012), a característica central da Educação do Campo defendida pelos movimentos sociais é o fato de ela ter nascido colada nas lutas sociais pela terra, pelos direitos sociais dos trabalhadores, entre eles o direito à educação, rompendo com o terreno das barganhas e dos favorecimentos políticos. Dessa forma, a autora argumenta que só tem sentido a Educação do Campo se esta estiver sendo implementada junto com um projeto popular de desenvolvimento do campo e de sociedade. Organizado, o povo do campo está reescrevendo e redesenhando sua história nas políticas públicas de Educação do Campo. Por outro lado, tem enfrentado vários desafios, entre estes o enfrentamento do tipo de educação e escola que quer para formar os seus filhos.

No desenvolvimento desse movimento, “um novo ator” entre em cena, trata-se dos empresários que, motivados pelo Movimento Todos pela Educação³, desenvolvem também ações educativas dirigidas às populações no campo e na cidade. Nessa direção, alguns

² Ver coleção de cadernos de educação do campo (1, 2, 3, 4) publicados pelo Movimento por uma Educação Básica do Campo.

³ Para maiores informações do Movimento, consultar: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>.

autores, como Martins e Neves (2012), Martins (2007, 2009), Jimenez (2007), Depieri (2013), Bezerra e Junqueira (2013) e D'Agostini e Vendramini (2014), mostram que existe um movimento dos empresários com uma intenção clara de buscar dominar a consciência intelectual de jovens e crianças filhos de trabalhadores que fazem parte dos seus projetos educativos, alienando-os e inserindo-se nos seus pensamentos, fazendo-os acreditar no pacote de bondades do capital.

D'Agostini e Vendramini (2014) afirmam que muita pesquisa em Educação do Campo tem centrado seus objetos nas diferentes vertentes e dilemas enfrentados pelas comunidades camponesas, porém pouco se tem estudado sobre a atuação do empresariado na Educação do Campo e as suas contradições com os fundamentos e princípios da educação defendida pelos trabalhadores, organizados em movimentos sociais. As autoras salientam que:

Muito já foi dito e escrito sobre a educação do campo, seus avanços e recuos, suas conquistas históricas para a população do campo, seus limites no que diz respeito à propagação de "saberes" de uma realidade específica, sua vinculação com o aparato do Estado e a dependência das políticas públicas, entre outros temas e problemas. A perspectiva dos movimentos sociais no que diz respeito à educação do campo tem conquistado atenção, **porém pouco se refletiu sobre como o empresariado e o Estado têm se apropriado dessa bandeira de luta** (D'AGOSTINI; VENDRAMINI, 2014, p. 301, grifos nossos).

A partir do exposto, busca-se neste artigo socializar os resultados de uma pesquisa que consistiu em mapear as ações de educação das empresas de celulose na região extremo sul da Bahia, no intuito de compreender seus fundamentos, objetivos, analisando em que medida eles se distanciam ou não dos princípios da educação do campo defendidos pelos movimentos sociais. Sabe-se que a preocupação central dessas organizações é o crescimento econômico de seu patrimônio, por outro lado, constatamos em seus relatórios o investimento em ações educacionais aparentemente voltadas à melhoria da qualidade de vida dos moradores das comunidades, estando supostamente interessadas no desenvolvimento humano e sustentável. Essas constatações demonstram que a Educação do Campo, assim como a terra e o modelo de desenvolvimento, está em disputa. Os mesmos atores que se apropriam da terra e do território também buscam dominar o consciente intelectual dos sujeitos do campo.

Assim, buscou-se compreender, a partir da bibliografia existente e de algumas análises realizadas por pesquisadores acerca das ações do capital na educação, as estratégias dos empresários na educação dos trabalhadores. Para tanto, estudaram-se conceitos como pedagogia da hegemonia, pedagogia da competência, pedagogia do capital e outros.

Martins e Neves (2012) conceituam a pedagogia do capital como uma estratégia da classe burguesa a fim de dominar a classe trabalhadora, por meio do consentimento, para o desenvolvimento do seu projeto político monopolista. Para os autores, a pedagogia da hegemonia tem como principal objetivo a conformação moral e intelectual da população, fazendo-a entenderem que a economia deve crescer, e que é a forma correta de sobrevivência dela.

A pedagogia da hegemonia coloca tão somente o capitalismo como única solução, deixando toda humanidade alienada, induzindo-nos a não pensar que o socialismo pode ser uma solução, pois foi morto pelo capitalismo. Os autores alertam ainda que os empresários ocultam a verdade apropriando-se de riquezas socialmente produzidas, mostrando segurança no que fazem para mascarar a realidade.

Os empresários, além de apropriadores da riqueza socialmente produzida, assumem a função de educadores sociais, tornando-se parceiros privilegiados dos governos neoliberais.

Os governos, por sua vez, mercantilizam-se assumindo concepções e práticas empresariais para implementar políticas de educação, saúde, habitação e transporte, em outras visando a conformação da sociabilidade (MARTINS; NEVES, 2012, p. 543).

Nessa perspectiva, para manter a consciência alienada, as empresas não mostram seus verdadeiros objetivos, se colocam como condição fundamental para promover o desenvolvimento econômico. Nessa lógica do pensamento, Ramos (2012), analisando as pedagogias das competências, mostra que a classe burguesa quer convencer a classe trabalhadora de que o capitalismo é o único modo de produção capaz de manter o equilíbrio e a justiça social. Segundo a mesma autora, as classes burguesas querem que a classe trabalhadora aprenda somente o conhecimento básico para conviver em sociedade burguesa e ter com o que sobreviver, limitando-os de serem reconhecidos. A autora acrescenta que a pedagogia das competências pretende preparar o indivíduo para a adaptação permanente ao meio social instável da contemporaneidade; nesses termos, a pedagogia das competências pode ser compreendida como movimento específico da pedagogia do capital sob a hegemonia do neoliberalismo.

Analisando a atuação das empresas de cultivo de cana-de-açúcar, Roberta Traspadini (2011) revela que este setor tem assumido a educação formal das crianças no Centro-Sul do país, afirmando que em cem municípios da região, espalhados por São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás, encubam o processo de educação formal denominado Projeto Ágora. Acrescenta ainda a existência de um *kit* educativo que é apresentado em cinco concepções dirigidas à futura formação da geração de trabalhadores, se constituindo em mais uma estratégia de investimento da classe dominante a fim de dominar a classe trabalhadora.

Sobre a intencionalidade das empresas com o público-alvo, Traspadini (2010) adverte que hoje aproximadamente um terço da população da América Latina tem menos de 14 anos e daqui a 25 anos será o grupo que estará em plena idade produtiva, o que justifica a aposta, segundo a autora, uma vez que durante esse período de tempo,

[...] estas crianças já terão passado por um processo de formação ideológica, cultural e política que moldará em muitos sentidos sua forma de ver e atuar sobre o mundo. Supõe-se que, quanto mais cedo estas crianças forem educadas no projeto da classe dominante menor resistência estas terão, para assumir sua posição periférica na tomada de decisões em seus territórios. É com base nesta relação formal de educar/adestrar para a venda da força de trabalho, que o capital determina o que é importante que as crianças internalizem: as imagens, as brincadeiras, os princípios e valores do consumismo-individualismo e a concepção de que se destaque o “melhor” em cada ambiente de convívio social (TRASPADINI, 2010, p. 7).

Tanto Ramos (2012) quanto Traspadini (2010) mostram que os projetos educacionais das empresas (tanto no campo quanto na cidade) têm como objetivo alienar os trabalhadores de forma que eles não se sintam forçados a obedecer, mas que cumpram as regras das instituições de forma dócil, sem perceber que estão sendo manipulados. O estudo em questão buscou compreender as ações educativas das fabricantes de celulose (Fibria/Veracel) na região extremo sul da Bahia, tomando como referência os autores e ideias evidenciados na discussão acerca da construção de uma dominação burguesa pelos processos educacionais, o que caracterizam como pedagogia da hegemonia.

O trabalho combinou a pesquisa bibliográfica e um levantamento de dados em *sites* oficiais das empresas e fundações de apoio às ações educativas das referidas organizações estudadas. Para tanto, a pesquisa foi norteada por um roteiro em que se buscou atender aos seus objetivos.

Sobre a Fibria/Veracel

A Veracel é fruto da junção de duas grandes empresas do setor de celulose e papel em âmbito internacional: a brasileira Fibria e a sueco-finlandesa Stora Enso. Sua origem data de 1967, com a instalação da Aracruz Florestal, no estado do Espírito Santo, tendo esta unidade iniciado a operação da primeira unidade industrial da Aracruz.

Em 2009 a Aracruz foi incorporada ao grupo Votorantim, Papel e Celulose – VCP. Nasce com tal operação a Fibria, líder mundial em celulose de mercado. As atividades da referida empresa tiveram início no extremo sul da Bahia em 1991, quando adquiriu as primeiras terras, segundo informações disponibilizadas pela própria Fibria. A produção de celulose iniciou-se, efetivamente, em 2005, quando houve a incorporação da Veracel Celulose na Bahia, *joint venture* da Aracruz com a Stora Enso.

Conhecida como líder mundial na produção de celulose de eucalipto, a Fibria tem capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose, com fábricas localizadas em Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis (BA), por meio da Veracel em *joint venture* com a Stora Enso. Possui plantios florestais localizados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Bahia. Em seu *site*, a empresa informa que “em outubro de 2012, a companhia firmou aliança estratégica com a empresa canadense *Ensyn* para investir no segmento de combustíveis renováveis a partir de madeira e biomassa”.

Ainda conforme o *site*⁴ institucional, a Fibria busca aliar seus resultados produtivos e econômicos às oportunidades para contribuir com a qualidade de vida local e regional, a partir do apoio e do desenvolvimento de ações culturais, sociais e econômicas que beneficiam a região, assegurando que a preservação e a conservação do meio ambiente são itens que fazem parte de suas ações operacionais e da sua agenda de sustentabilidade. No entanto, informações sistematizadas pelo Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul/BA (CEPEDES) mostram que,

Em fevereiro de 1993, as ONGs CDDH – Teixeira de Freitas e CEPEDES, ao visitarem novas áreas adquiridas pela empresa, encontraram tratores de esteira ligados por correntões e grande quantidade de estacas de madeira, como braúna e outras madeiras de lei. As ONG'S Greenpeace e SOS Mata Atlântica foram acionadas e enviaram uma equipe que filmou o desmatamento em flagrante. Em entrevista, o chefe do escritório do IBAMA em Porto Seguro, Geraldo Machado Pereira, confirmou as denúncias [...] (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 19).

Na Bahia, a Fibria mantém 65 mil hectares de florestas nativas e 99 mil hectares de plantios de eucalipto manejados para o fornecimento de madeira para o complexo industrial do Espírito Santo e para a serraria da qual a companhia detém 1/3 da sociedade com a Weyerhaeuser. Segundo Souza e Overbeek, só existem reservas mantidas pela Veracel, para serem apresentadas como cartão-postal:

A estação de Vera Cruz, Reserva Patrimônio Natural, mantida pela Veracel Celulose é parte das propriedades compradas da Floresta Rio Doce, a Fazenda Americana, e esteve na mira do correntão. Só foi poupada graças às denúncias dos ambientalistas. Hoje é o cartão-postal da empresa Veracel, exibida para mostrar para o público seu compromisso com a preservação ambiental! (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 21)

A Fibria ainda assegura em seus documentos que se pauta em relações construtivas baseadas em laços de parceria e confiança, com compromisso e respeito. Garante ser movida pela energia vital, garra e paixão para viabilizar produtos essenciais para a qualidade de vida, saúde, educação e cultura. Ressalta ainda que busca o lucro

⁴ <https://ri.fibria.com.br/fibria/quem-somos>

reconhecido e admirado, que gere benefícios para todos a partir de recursos utilizados de forma sustentável.

Além das questões ambientais, há ainda outras denúncias contrárias à atuação da empresa na região extremo sul da Bahia com relação às comunidades tradicionais,

a Frente de Resistência e Luta Pataxó denunciou a empresa de estar realizando campanha de cooptação das lideranças indígenas com o objetivo de dividir a comunidade atingida por suas atividades: “Essa empresa vem agredindo nosso meio ambiente, cooptando nossas lideranças com distribuição e promessas de benefícios com o objetivo claro de nos dividir e continuar invadindo nosso território [...]” (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 21).

Ainda segundos autores:

Um morador, D.M.V, 32 anos, afirma que “os rios, os córregos e as nossas lagoas estão secando rapidamente depois do plantio de eucalipto e os que restam estão envenenados por causa do uso de veneno na plantação”. Trabalhadores rurais afirmam que já perderam animais, envenenados com a água dos lagos e córregos (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 38).

Ações de educação desenvolvidas pela empresa

Como enfatizado na introdução deste artigo, as empresas, tanto no campo quanto na cidade, têm desenvolvido ações educacionais como parte de suas responsabilidades sociais. Tais iniciativas têm sido realizadas por fundações e parcerias firmadas pelas companhias. Neste trabalho, investigaram-se as ações da Fibria/Veracel na região extremo sul da Bahia, que, num primeiro momento, foram catalogadas, conforme dados disponíveis em seus relatórios de responsabilidade socioambiental. No tocante à educação, a fabricante de celulose coloca-se no âmbito da responsabilidade social e compromisso com as comunidades. Desse modo, assim ela expõe sua visão de educação:

Valorizamos a educação formal, informal e laboral, pois a consideramos como o principal vetor de desenvolvimento do capital humano e inclusão social. Desta forma, apoiamos iniciativas de geração de emprego e renda das comunidades onde atuamos, e iniciativas de fomento à cultura local e tradicional como forma de afirmação da identidade da população local e de integração da empresa à região (VERACEL/FIBRIA, 2016 s/p).

De acordo com as publicações da Fibria/Veracel, a qualidade da educação na região sempre despertou o interesse da empresa desde a instalação de sua fábrica em 2006. Assim informa que tem buscado desenvolver e apoiar alternativas e projetos que contribuam com a qualidade da educação nos dez⁵ municípios onde tem operações.

⁵ Eunápolis, Porto Seguro, Belmonte, Guaratinga, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Santa cruz Cabralia, Ponto Central e Barrolândia.

O quadro a seguir mostra as ações desde 2005-2006, quando a companhia efetivamente iniciou suas atividades com a fábrica de celulose na região, especificamente no município de Eunápolis.

Quadro 01-Ações de educação desenvolvidas pela Fibria/Veracel – Bahia (2005-2013)

Projeto/programa	Ações	Ano de início	Abrangência	Parcerias
Escolas Parceiras (Apoio às Escolas Públicas Urbanas de Ensino Fundamental e Médio)	Desenvolvimento de gestores de instituições de ensino, desenvolvimento de professores e projetos de melhorias nas escolas.	2005/2006	Estudantes de escolas públicas dos municípios de Belmonte e Eunápolis Em 2007, a área de abrangência foi ampliada para sete novas comunidades: Belmonte, Guaratinga, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Ponto Central e Barrolândia.	Secretarias municipais de Educação dos municípios e uma consultoria educacional
	Desenvolvimento de equipes escolares, leitura e escrita para alunos (suprimento de deficiências e alfabetização), apoio às secretarias municipais de Educação em ações de melhoria da estrutura física e operacional das escolas.	Desde 2005	Escolas rurais dos municípios de Belmonte, Guaratinga, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Ponto Central e Barrolândia	Secretarias municipais de Educação dos municípios de Belmonte, Guaratinga, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Ponto Central
Programa de Educação Complementar (Educação Complementar Sementinha e Ser Criança)	Despertar crianças e adolescentes para a cidadania, com ênfase no relacionamento com a família e nos cuidados com a saúde básica.	2002/2006	Crianças de 7 a 14 anos	Prefeituras municipais de Eunápolis, Itagimirim, Itapebi e Santa Cruz Cabralia
Junior Achievement (Programas de educação econômico-prática e experiências que promovem a livre iniciativa e o empreendedorismo)	Despertar o espírito empreendedor nos jovens ainda na escola, estimular o desenvolvimento pessoal, proporcionar uma visão clara do mundo dos negócios e facilitar o acesso ao mercado de trabalho.	2006	Jovens do município de Porto Seguro	Escolas e voluntários da classe empresarial
Apoio à infraestrutura de escolas	Construção de escolas, creches, quadra poliesportiva.	2007	Comunidade do Distrito de Barrolândia	Secretaria Municipal de Educação de Belmonte
Implantação de bibliotecas e salas de informática	Aquisição do acervo; aquisição de mobiliário e de <i>software</i> de controle; treinamento de auxiliares de biblioteca e elaboração do seu regulamento interno; acompanhamento da organização e a entrada em funcionamento da biblioteca.	2008	Municípios de Eunápolis, Itagimirim, Mascote, Belmonte e Itapebi	Municípios envolvidos
Treinamento de funcionários da escola	Treinamento para merendeiras e vigias escolares.	2008	Profissionais de escolas dos municípios de Eunápolis e Belmonte	Municípios de Eunápolis e Belmonte Empresa VISEL– Escola de Vigias

Fonte: quadro construído com base em dados disponíveis nos relatórios (2006-2013) de sustentabilidade social da Veracel, associada à Fibria (2016).

- a) **Infraestrutura** – Observou-se que a empresa atua na melhoria de infraestrutura de escolas públicas e também na construção de escolas, salas de aula, bibliotecas, centros de inclusão digital, quadras poliesportivas, tanto nas cidades quanto nas comunidades rurais e aldeias indígenas. Além disso, cede seus espaços físicos a instituições públicas da região, tanto para a educação básica quanto para universidades públicas, e doa materiais de construção para a edificação de escolas etc.
- b) **Programa de capacitação de pessoal que atua nas escolas** – Constatou-se que a empresa desenvolveu programas de treinamento de professores, gestores, merendeiras, vigias em vários municípios onde atua, envolvendo profissionais das escolas rurais, escolas do meio urbano, áreas indígenas. Segundo dados da Veracel, mais de dez mil professores e gestores escolares nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro foram treinados.
- c) **Programa de Apoio às Redes Escolares Municipais Rurais** – Este programa é desenvolvido pela Veracel com o apoio de consultorias especializadas; segundo a empresa, trata-se de uma das ferramentas para se conquistar maior qualidade no ensino. É um programa cujas ações são dirigidas para os gestores, professores e alunos do ensino fundamental das escolas rurais dos municípios.

No referido Programa, realizam-se as seguintes ações: desenvolvimento de equipes escolares, leitura e escrita para alunos – suprimento de deficiências e alfabetização – e apoio às secretarias municipais de Educação em ações de melhoria da estrutura física e operacional das escolas. Tais iniciativas são concretizadas mediante parcerias com as secretarias municipais de Educação e contam com uma consultoria educacional e duas organizações não governamentais locais (não citadas no relatório). O programa foi implantado inicialmente em dez escolas municipais de Eunápolis e Porto Seguro, e em 2007 foi ampliado para os municípios de Belmonte, Guaratinga, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Ponto Central e Barrolândia.

- d) **Programa de Educação Ambiental da Veracel (PEAV)** – Trata-se de um programa que promove um conjunto de ações educativas na área ambiental destinadas aos colaboradores (leia-se empregados da empresa), suas famílias e às comunidades na área de influência da empresa; à capacitação de professores da rede pública, para que estes possam trabalhar aspectos relacionados ao meio ambiente na sala de aula. Inclui ainda doação de mudas para reflorestamento em comunidades devastadas, visitas à estação Veracel e relatório de sustentabilidade (2011). Segundo o relatório de 2011 da empresa,

O objetivo do PEAV é ensinar as crianças sobre o potencial natural da região, a importância de preservá-lo e o papel que cada uma pode desempenhar na disseminação de atitudes ambientais corretas e na construção de um planeta mais sustentável. O PEAV inclui ainda visitas à Estação Veracel, que, desde 2008, oferece uma experiência direta com a floresta, onde os participantes aprendem mais sobre a história da reserva, as estratégias utilizadas para sua conservação e são convidados a fazer uma reflexão sobre a necessidade da adoção de uma postura ambiental adequada no dia a dia (VERACEL, relatório sustentabilidade, 2011, p. 37) (grifos nossos).

Em 2013, o PEAV fez parceria com o projeto Lápis na Mão de incentivo à leitura, desenvolvido pela TV Santa Cruz (afiliada da TV Globo no sul da Bahia), com a finalidade de contribuir na mobilização e sensibilização de professores e alunos na região.

- e) **Apoio à educação escolar indígena** – Constatou-se também que a empresa tem atuado junto às comunidades indígenas em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Segundo dados contidos no relatório de 2012, a Veracel atua por meio do Território de Proteção. Neste item desenvolve e apoia projetos e programas voltados para a geração de trabalho e renda e o empreendedorismo juvenil em aldeias indígenas, beneficiando 1.606 jovens em 2012, por intermédio de eventos e oficinas que promoveram a Cultura Pataxó, em prol do etnodesenvolvimento (VERACEL, 2012).

O supracitado relatório acrescenta ainda que o programa com as aldeias indígenas consiste na parceria com as Escolas Indígenas, possibilitando a inclusão da educação ambiental em seus diversos níveis, além de contemplar todos os alunos matriculados na escola com *kit* escolar, garantindo assim maior nível de permanência desses alunos na escola (VERACEL, 2012). Por outro lado, constatamos que da parte dos indígenas organizados há denúncias contrárias à atuação da empresa na região extremo sul da Bahia,

a Frente de Resistência e Luta Pataxó denunciou a empresa de estar realizando campanha de cooptação das lideranças indígenas com o objetivo de dividir a comunidade atingida por suas atividades: “Essa empresa vem agredindo nosso meio ambiente, cooptando nossas lideranças com distribuição e promessas de benefícios com o objetivo claro de nos dividir e continuar invadindo nosso território” (VERACEL, relatório 2012).

No levantamento que realizamos verificamos ainda a influência da instituição nas universidades públicas da região, o prédio onde funciona o Campus XVIII da UNEB em Eunápolis pertence à Veracel e foi cedido em forma de comodato para o funcionamento do Campus. Mais recentemente (2013) a empresa também apoiou a instalação da Universidade Federal do Sul da Bahia, disponibilizando o espaço físico para funcionamento do campus de Porto Seguro, bem como o financiamento de projetos de pesquisa, como enfatiza seu relatório de 2013:

Em 2013, a empresa colocou à disposição da reitoria recém-criada e sua equipe docente, responsáveis por desenvolver o projeto educacional, recursos da ordem de R\$ 600 mil para a realização de estudos e projetos relativos à conectividade e comunicação que precederão a instalação da universidade. Entre as possibilidades de futuras parcerias com a nova instituição, está a realização de projetos de pesquisa em diversas áreas, com destaque para a estação Veracel, unidade de conservação de 6.063 hectares de Mata Atlântica, que poderá funcionar como um laboratório a céu aberto para a universidade (VERACEL, 2013, p. 55).

Como se pode perceber, os programas educacionais da Fibria/Veracel têm adentrado a educação pública da região nos últimos anos. A pesquisa realizada revela a existência de inúmeros projetos educativos em andamento nas escolas públicas, tanto do meio urbano quanto do meio rural, na região onde a empresa opera. Constatou-se que tais ações educativas funcionam com o controle das entidades privadas ou em parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) e Institutos Educacionais privados. Desse modo, a concepção de formação do ser humano e de sociedade segue os pressupostos do mundo empresarial.

Nos vários relatórios em que pesquisamos, a Companhia deixa explícito que o seu engajamento nas comunidades se dá com dois objetivos principais: “aumentar a oferta de empregos, por parte da empresa ou prestadores de serviços, e desenvolver ações voltadas ao empreendedorismo e à geração de renda nas comunidades” (grifos nossos). Desse modo, fica evidente que a empresa educa para a integração ao modelo criado por ela, ou seja, a formação se dá não visando a formação do sujeito livre, mas apregoando os valores empresariais por meio do empreendedorismo, confirmando a ideia de uma educação para o consenso. Ou seja, o patronato realiza a educação para os trabalhadores apresentando uma perspectiva salvacionista, latifundiária e assistencialista, com o objetivo de manter a harmonia, a ordem e elevar produtividade no campo, como enfatiza Soares (2001).

No tocante às ações de educação ambiental, constatou-se que a Veracel educa para que as próprias pessoas se tornem agentes de educação ambiental, o que não é negativo, é respeitável que formemos uma consciência ambiental, mas ao mesmo tempo é preciso revelar que as maiores devastações ambientais na região estão se dando com a atuação das fabricantes de celulose, que, além da devastação, continuam utilizando de agrotóxicos e venenos de forma desmedida. Visitando o *site* do Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES)⁶, pudemos constatar que há muitas denúncias do Ministério Público e ações contra o desmatamento causados pela empresa.

⁶ Ver <http://www.cepedes.org.br/> consulta realizada em maio de 2016.

Constatamos que as ações educacionais da Veracel preenchem uma carência das comunidades rurais empobrecidas, carentes de acesso aos bens públicos. Nesse sentido, não se pode negar que atua num “terreno fértil” para a realização de suas iniciativas, pois a região denominada Costa do Descobrimento carece de ações básicas de saúde, educação, lazer, direitos humanos e outros. O fato de o poder público ter negado historicamente os direitos sociais básicos deixou um vazio propício à atuação da iniciativa privada nas instituições públicas com a conivência dos próprios poderes públicos como constatado por Bezerra e Junqueira no Estado de São Paulo:

A ocupação do espaço escolar pelas entidades e empresas do agronegócio, realiza-se sob a conveniência do Estado neoliberal, que ao privatizar e mercantilizar a educação permite não apenas as empresas e fundações privadas acesso aos recursos públicos e ao oferecimento de serviços educacionais, mas também privatiza o currículo e as práticas escolares das escolas públicas, tornando este um local privilegiado para a conformação das posições de classe, adestramento para o trabalho e universalização dos interesses da classe dominante (JUNQUEIRA; BEZERRA, 2013, p. 6).

Em estudos realizados pelo CEPEDES desde a chegada da Veracel na região, pode-se constatar a anuência dos poderes públicos para a sua instalação. Sobre uma audiência pública realizada para a abertura da empresa no município de Eunápolis, Souza e Overbeek (2008) relatam que:

Chegando a Eunápolis, milhares de pessoas na rua. O prefeito da cidade tinha declarado feriado por causa da audiência! A empresa, capacitada no *marketing*, junto com o poder político local e estadual, tinha mobilizado o povo simples da periferia que veio em massa para receber o ministro. Além desse povo simples, vieram centenas de crianças das escolas públicas com faixas diversas como “O meu pai quer trabalhar”, “Viva a Vera Cruz”, “Não queremos morrer de fome”, etc. A massa do povo “manipulado” parou o trânsito na cidade e criava dificuldades para nós até para chegar no auditório da CEPLAC onde ia ser realizada a audiência pública (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 23).

Ao consultarmos os relatórios de sustentabilidade da companhia, observamos que as ações educacionais da Veracel envolvendo as escolas e comunidades em geral concentram-se nos quatro anos que seguem à sua instalação na região. A partir de 2010, percebe-se uma inclinação da empresa para ações de apoio às universidades, realização de parcerias (um exemplo é a vinda do Colégio Darwin e o Projeto Lápis na Mão, da TV Santa Cruz), apoio às comunidades indígenas. Não tivemos a oportunidade de pesquisar as razões dessa inclinação nos *sites* das empresas, mas, consultando os documentos do CEPEDES, pudemos constatar que Souza e Overbeek (2008) afirmam que,

Estes projetos, de acordo com denúncias de pessoas da comunidade e de pessoas ligadas ao projeto, funcionaram no período em que foi conveniente

para a empresa. Eles relatam fatos extremamente absurdos sobre a orientação de coordenadores do Instituto Veracel. Quando os técnicos do BNDES e visitantes de outros países visitavam o instituto, os coordenadores vestiam as crianças com calças e tênis para serem fotografadas. Assim que encerrava a sessão de fotos e as visitas iam embora, “as calças e os tênis eram tomados das crianças e devolvidos ao Instituto Veracel”. As crianças ficavam desconsoladas e pediam: “tia, deixe a gente ficar com as roupas”. O projeto tinha o objetivo de atender 300 crianças em Eunápolis, mas atendia apenas a 100 e “foi encerrado pela Veracel de forma desagradável e vergonhosa” afirmou o promotor de justiça, Dinalmari Mendonça, de Eunápolis (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 85).

Ressalta-se ainda que, ao realizarem a formação continuada dos professores, os programas das companhias formam um agente de confiança que atua nas comunidades rurais, e este é o que dissemina o ideário dos empresários nas escolas e comunidades do campo para que as mesmas se adéquem ao modelo do sistema. Advertimos ainda que, em um contexto de múltiplas ausências do poder público, essas ações embora contrárias ao ideário dos movimentos sociais do campo encontram grande apoio das comunidades, que, carentes de serviços e espaços de participação, se sentem valorizadas com a participação no programa. Dessa forma, percebeu-se que, embora com ações parecidas, a educação desenvolvida pelas empresas, por meio de diversos programas, distancia-se daquela almejada pelos movimentos sociais que lutam por uma Educação do Campo que atenda aos interesses dos trabalhadores do campo, uma educação que forme cidadãos plenos e não seres humanos subservientes rurais.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Buscamos compreender as ações educativas das empresas de celulose na região extremo sul da Bahia tomando como referência a ideia de educar para construir a hegemonia, conforme argumentos de Neves e Martins (2012). Tais autores observam que as classes dominantes têm agido por meio de projetos educacionais visando à construção de um consenso, fortalecendo a dominação burguesa pelos processos educacionais caracterizados como pedagogia da hegemonia, que não só educa as classes dominadas para o seu interesse, como também educa as frações subordinadas das classes dominantes, para que assim estas criem mais força, passando para a sociedade uma imagem coesa e orgânica.

Os resultados mostram que a Fibria/Veracel Papel e Celulose constitui uma líder mundial na produção de celulose de eucalipto. Dados disponibilizados pela empresa mostram que a Fibria possui capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose, com fábricas localizadas em Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e

Eunápolis (BA), onde mantém a Veracel em *joint venture* com a Stora Enso. Percebeu-se que sua instalação na região pesquisada não se deu de forma harmônica, houve resistências à sua atuação, o que nos leva a concluir que os seus projetos de responsabilidade socioambiental cumprem um papel de melhoria da sua imagem perante a sociedade, e constroem, ao mesmo tempo, a sua hegemonia.

Os estudos realizados deixam explícito que a empresa pesquisada é uma corporação capitalista, preocupada com lucros cada vez mais altos e acúmulo de capital, que, para atuar com tranquilidade na região, realiza projetos educacionais a fim de convencer a classe trabalhadora de que é uma empresa sustentável, comprometida com o desenvolvimento social e econômico dos contextos em que opera.

Buscar saber os reais motivos das ações educacionais da Fibria/Veracel Papel e Celulose na região nos mostrou que ela atua em conformidade com os pressupostos indicados nas pedagogias do capital e da hegemonia. Dessa forma, atuando aparentemente como parceira das comunidades, conquista a confiança do povo e, por meio de suas estratégias capitalistas, executa seus planos com êxito.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M.N.R. O agronegócio e a educação para as comunidades rurais na região extremo sul da Bahia: desafios à luta social. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 28-38, dez. 2016.

_____. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. 2007. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faced, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

BEZERRA, M.; JUNQUEIRA, V. **Projetos educacionais do agronegócio: campo e cidade em questão**. 2013. Disponível em:

<<http://www.gepec.ufscar.br/textos1/seminarios/seminario-2013/1.-educacao-do-campo-movimentos-sociais-e-politicas-publicas/projetos-educacionais-do-agronegocio-campo-e-cidade-em-questao/view>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CERQUEIRA NETTO, S. P. G. de; MELLO e SILVA, S. B. de. Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia? **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 3, n. 6, p. 85-108, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>. Acesso em: mar. 2016.

D'AGOSTINI, A.; VENDRAMINI, C. R. Educação do campo ou educação da classe trabalhadora? A perspectiva do empresariado, do estado e dos movimentos sociais organizados. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 299-322, jul./dez.

2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: mar. 2015.

KOOPMANS, J. **Além do eucalipto**: o papel do Extremo Sul. 2. ed. Teixeira de Freitas: Publicação independente, 2005.

LEHER, R.; MOTTA, V. C. Políticas educacionais neoliberais e educação do campo. In: FRIGOTTO, G. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARTINS A. S.; NEVES L. M. W. Pedagogia do capital. In: FRIGOTTO, Gaudêncio et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NEVES, L. M. W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

RAMOS, M. Pedagogia das competências. In: FRIGOTTO, G. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, A. F. T. dos. Educação corporativa. In: FRIGOTTO, G. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SOUZA, I. G.; OVERBEEK, W. **Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e Aracruz Celulose**: uma história de ilegalidade, descaso e ganância. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TRASPADINI, R. Crianças em disputa: o ataque do capital (I). **Jornal Brasil de Fato**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5624>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

_____. Crianças em disputa: o ataque do capital (II). **Jornal Brasil de Fato**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5842>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

VERACEL CELULOSE. **Relatório anual de sustentabilidade, 2006**. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Relatório anual de sustentabilidade, 2007**. Disponível em <<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

_____. **Relatório anual de sustentabilidade, 2008**. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Relatório anual de sustentabilidade, 2009**. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. **Relatório anual de sustentabilidade, 2010.** Disponível em:
<<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **Relatório anual de sustentabilidade, 2011.** Disponível em:
<<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. **Relatório anual de sustentabilidade, 2012.** Disponível em:
<<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

_____. **Relatório anual de sustentabilidade, 2013.** Disponível em:
<<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Relatório anual de sustentabilidade, 2014.** Disponível em:
<<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Sobre a autora

Maria Nalva de Araújo Bogo – Graduação em Ciências Sociais pela Fundação Educacional Nordeste Mineiro, mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia- UNEB/Departamento de Educação Campus X/ DEDC X, Teixeira de Freitas-BA. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9020-2217>

Como citar este artigo

BOGO, Maria Nalva de Araújo. Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia. **Revista NERA**, vol. 21, n. 45, p. 32-49, dez. 2018.

Recebido para publicação em 28 de junho de 2018.
Devolvido para a revisão em 22 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 10 de outubro de 2018.

Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo

Eloisa Aparecida Cerino Rosa Lima

Secretaria da Educação de Mato Grosso
e-mail: elocerino@gmail.com

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
e-mail: sas.fernandes@unesp.br

Resumo

A Educação do Campo está diretamente ligada a disputa de projetos para o campo e vincula-se à luta pela reforma agrária e aos movimentos sociais, contribuindo diretamente para a construção de um projeto educativo que prioriza e respeita o ser humano em suas diferentes culturas, que o respeita enquanto classe trabalhadora protagonista das transformações necessárias a uma vida plena. Este artigo tem como objetivo analisar a proposta de Educação do Campo, projeto de Educação e de sociedade ainda em construção, que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento capitalista para o campo expresso no modelo agronegócio -exportador. Toma-se como referência pesquisa documental e bibliográfica realizada e a análise da experiência de uma escola do campo no Assentamento Roseli Nunes, no estado do Mato Grosso.

Palavras-chave: Educação; Educação do Campo; Movimentos sociais; Assentamento

Rural Education Education as a project of development and of life for the countryside

Abstract

The Rural Education, directly connected to the dispute of projects for the countryside, is expression of the struggle for agrarian reform and social movements, contributing directly to the construction of an educational project that prioritizes and respects the human being in its different cultures, which respects him as a working class protagonist of the transformations necessary for a full life. The purpose of this article is to analyze the proposal of the Rural Education, Education and Society project still under construction, which opposes the model of capitalist development for the field expressed in the agribusiness-export model. As a reference documentary and bibliographical research carried out and the analysis of a rural school experience in the Roseli Nunes settlement in the state of Mato Grosso.

Keywords: Education; Rural education; Social movements; settlements.

Educación del campo como proyecto de desarrollo y vida para el campo

Resumen

La educación del campo está directamente ligada a la disputa de proyectos para el campo, vincula a la lucha por la reforma agraria y los movimientos sociales, contribuyendo directamente a la construcción de un proyecto educativo que prioriza y respeta el hombre en sus diferentes culturas, que lo respeta como clase trabajadora protagonista de las transformaciones necesarias a una vida plena. Este artículo tiene como objetivo analizar la

propuesta de la educación del campo, proyecto de educación y de sociedad aún en construcción, que se contrapone al modelo de desarrollo capitalista para el campo expressado en el modelo del agronegocio-exportador. La referêcia és la investigación documental y bibliográfica realizada y la análisis de la experiencia de una escuela del campo en el Asentamiento Roseli Nunes, en la província de Mato Grosso.

Palabras-clave: Educación; Educación del Campo; Movimientos sociales; asentamientos.

Introdução

O campo sempre foi visto pela maioria da sociedade como um lugar marginalizado, atrasado e sem perspectivas de vida, principalmente a partir da década de 1960, quando o Brasil passou por um intenso processo de mecanização do campo, através da chamada Revolução Verde. O camponês, ao longo do tempo foi sendo estereotipado como fraco e incapaz de se desenvolver social, cultural e economicamente e através da dicotomia moderno x atrasado, a população rural foi posta à margem das políticas sociais.

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo e seu atual modelo de produção, são produzidas tecnologias para ampliar cada vez mais o agronegócio, sinônimo de modernidade no campo na concepção da elite e em consequência disso a produção familiar perde espaço. Para Scarabeli (2014, p. 84) “[...] trata-se de uma concepção sobre um determinado modelo de produção que serve ao capital e, contraditoriamente, explora e destrói o meio ambiente e a força de trabalho”. Este modo de produção dominante tem provocado o aumento da marginalidade e da criminalidade, além de ser, em parte, responsável pela criação e aprofundamento da crise econômica, ambiental e social que assola a humanidade.

Tal modelo de produção, com a produção agrícola e pecuária intensiva, baseada na monocultura, tem gerado inúmeros desastres para o país, em especial para o campo. Entre as principais consequências estão: a) perda da soberania alimentar, que é a capacidade que um determinado país tem de alimentar a sua população com produtos provenientes de sua agricultura animal e vegetal; b) uso intensivo de agrotóxicos e demais insumos químicos responsáveis pela contaminação ambiental e por inúmeras mortes de trabalhadores; c) concentração da terra, que com base na Lei de Terras de 1850 tem expropriado camponeses e povos originários, além da grilagem de terras públicas com conivência do Estado; d) produção de sementes geneticamente modificadas, extinguindo diversas sementes crioulas, espécies milenares necessárias à sobrevivência humana e preservadas durante várias gerações pelos povos do campo; e) produção de um trabalho escravo contemporâneo, onde milhares de trabalhadores em situação de vulnerabilidade e pobreza são submetidos a condições degradantes de trabalho, entre outros, além do intenso êxodo

rural, onde milhares de trabalhadores tem sido expulsos do campo e superlotado as periferias das grandes cidades. O agronegócio-latifundiário-exportador tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, mas esconde por trás da aparência moderna, a barbárie da exclusão social e expropriação dos povos camponeses.

Camponeses são entendidos aqui, como trabalhadores e trabalhadoras do campo cujo processo de reprodução social se faz na contraposição às relações capitalistas de produção, ainda que subordinados a elas, conforme afirmam Fernandes (2004) e Caldart (2004).

Para Camacho (2009) o capitalismo em sua lógica perversa tem como características essenciais: o consumismo desenfreado e a exploração descomedida da natureza. Exploração da natureza combinada com a exploração das pessoas, pois este processo gera mais-valia, permitindo a acumulação/reprodução do capital. É, por isso, que esse processo de desenvolvimento capitalista no campo é responsável pela exclusão e marginalização dos povos, além da destruição da biodiversidade, colocando em risco toda a humanidade. Logo, o que temos é a destruição da sociobiodiversidade, visto que toda a humanidade necessita dessa biodiversidade para continuar vivendo.

Nesse contexto das lutas no campo no Brasil, a Educação do Campo se constitui como um projeto de educação e sociedade que defende que as perspectivas para o campesinato são construídas como alternativas distintas do capital e que as lutas camponesas se intensificam e se internacionalizam, adquirindo novos significados. Uma das preocupações dos projetos de educação do campo no Brasil é a possibilidade de formação para a emancipação humana e do trabalhador camponês, demonstrando que o agronegócio não é a totalidade, e que o campesinato constrói estratégias para sua permanência, pois, a agricultura camponesa representa resistência frente aos modelos hegemônicos de produção.

Nesse sentido, a Educação do Campo está diretamente ligada à disputa de projetos para o campo, vinculada à luta pela reforma agrária e aos movimentos sociais e suas bandeiras de lutas. Fortalecendo-os e se fortalecendo, se configura não apenas como um projeto de educação que se preocupa com um ambiente educativo baseado na valorização da cultura camponesa, na dimensão educativa do trabalho, na cultura, identidade e história dos povos do campo, mas, também, como um projeto de sociedade que busca uma educação vinculada a um novo modelo de desenvolvimento e de vida, em que a justiça social, o respeito ao meio ambiente e a participação democrática prevaleçam.

A Educação do campo como resultado do protagonismo dos movimentos sociais é um forte elemento na disputa de projetos que ao mesmo tempo se constitui como disputa por territórios, pois contesta a realidade e contribui para a compreensão do atual momento da luta de classes que inclui o debate sobre as “[...] contradições da fase atual do

capitalismo e as consequências que traz para a agricultura e para a vida (ou morte) dos camponeses, bem como para o conjunto da sociedade”. (CALDART, 2009, p. 58), e ajuda a produzir a possibilidade de emancipação e soberania dos povos do campo.

Busca-se nesse artigo analisar a importância da Educação do Campo como projeto de desenvolvimento para o campo e de fortalecimento da produção e reprodução do modo de vida e de identidade territorial e de classe dos camponeses, tendo como base as contribuições teóricas de Caldart (2002; 2004; 2009) Camacho (2009), Fernandes (2002), Kolling, Cerioli e Caldart (2002), Kolling, Nery e Molina (1999), Mészáros (2008), MST (2017), Noronha (2014), Scarabeli (2014) e Silva (2001).

Educação do Campo: um novo projeto para o ensino e para o campo

Historicamente a educação em nível nacional tem cumprido como principal tarefa formar mão de obra para manter o atual modelo de desenvolvimento capitalista e no campo essa situação se intensifica ainda mais. Devido a função dada ao campo no atual contexto, e a situação geral da educação brasileira, existe uma tendência de marginalizar a educação e as escolas do campo, relegando-as ao abandono, fechamento de escolas e transferência dos jovens e crianças camponesas para escolas em áreas urbanas. Os governos (municipais e estaduais) consideram mais fácil oferecer transporte aos estudantes residentes no campo do que oferecer vagas a eles em escolas do campo.

Com a justificativa de reduzir custos aos cofres públicos, crianças e jovens se veem obrigados a frequentarem as escolas das cidades, viajando em transportes escolares e estradas precárias, inserindo-se em um contexto escolar totalmente diferente do seu, muitas vezes tratadas com discriminação, pois o que prevalece na maioria das escolas é a concepção de que o modo de vida urbano é superior, moderno e atraente, em contraposição à ideia de campo como lugar de atraso.

Além disso, pode-se destacar a falta de escolas e de infraestruturas necessárias para atender a todas as crianças e adolescentes; ausência de políticas de valorização dos docentes, currículo e calendário escolar alheios à realidade do campo; escolas que estimulam o abandono do campo. É notório que as dificuldades de escolarização para os jovens do campo é ainda maior do que a escolarização de crianças, o que faz com que muitos adolescentes ainda sejam semianalfabetos ou não tenham acesso ao Ensino Médio, principalmente entre as mulheres.

De acordo com Camacho (2009, p. 29),

Tendo em vista que os povos do campo se encontram excluídos devido a existência de um modelo socioeconômico que valoriza o agronegócio latifundiário exportador e o espaço urbano como símbolos da modernidade/avanço/progresso. No processo educativo oficial, sempre tivemos uma educação rural reprodutora/domesticadora que objetiva formar para a submissão, preparando mão-de-obra barata para o capital urbano e para o agronegócio, reproduzindo as relações sociais vigentes que são, por sua vez, excludentes.

Frente ao avanço do agronegócio e a todo este processo de exclusão que historicamente o campo e conseqüentemente as escolas do campo tem sofrido, há uma crescente resistência por parte de diversos setores organizados da classe trabalhadora, especialmente pelos movimentos sociais, no sentido de pensar a educação e conseqüentemente a vida no campo de uma nova maneira, reagindo e lutando pela construção de políticas públicas que garantam uma vida de qualidade no campo, atrelada a uma nova forma de produzir em harmonia com a natureza e o acesso à uma educação diferenciada. Uma educação que represente uma identidade própria do campo e que ao mesmo tempo se configure como um projeto de sociedade, pois,

[...] uma primeira condição para construir essa escola do campo é a clareza do lugar social que a educação pode ocupar na construção de um projeto de desenvolvimento. A educação não resolve por si só os problemas do país, tampouco promove a inclusão social. Ela pode ser um elemento muito importante se combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais que mexam diretamente no modelo econômico. A educação não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrária e com transformações profundas na política agrícola do país. É preciso ter claro isso para não cair na falácia de que a educação, por si só, pode impedir o êxodo rural, por exemplo. (KOLLING, NERY E MOLINA, 1999, p. 63)

Acreditando que o homem aprende a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la, e que na relação com a natureza e com o próprio homem ele educa a si mesmo e às novas gerações, abre-se um horizonte na perspectiva mais ampla de educação. Para Mészáros (2008) parte do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa fora dos sistemas educacionais formais, por isso não podem ser controlados e manipulados por inteiro, dando-nos a possibilidade de mudanças. Para o autor, atualmente, a principal função da educação formal está orientada a

[...] agir como um cão de guarda ex-officio e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los as exigências da ordem estabelecida. O fato de a educação formal não poder ter êxito na criação de uma conformidade universal não altera o fato de, no seu todo, ela estar orientada para aquele fim. (MÉSZÁROS, 2008, p. 57).

Portanto, a educação, no sentido amplo do termo, desempenha importante papel na transformação da sociedade, pois pode romper com a internalização e legitimação do

Estado capitalista, mas para isso ela deve estar voltada para o trabalho como princípio educativo, transformando, criando e recriando o ser humano omnilateral, ou seja, deve orientar-se no sentido de desenvolver as suas várias dimensões.

Para Mészáros, a luta por uma educação emancipadora é ao mesmo tempo a luta por uma transformação social.

[...] a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a nós todos- todos, porque sabemos muito bem que “os educadores também têm de ser educados” – mantê-las de pé, e não as deixar cair. As apostas são altas demais para que se admita a hipótese de fracasso. (MÉSZÁROS, 2008, p. 76-77).

Sendo assim, a educação em seu significado real, deve cumprir o papel de produzir indivíduos críticos, capazes de se orientarem estrategicamente diante das condições sociais. A escola que se quer construir deve cumprir o papel de formar indivíduos, capazes de desenvolver de forma equilibrada a capacidade ao trabalho manual e ao trabalho intelectual, pois, além de ensinar ler, escrever, fazer contas, entre outros, deve trabalhar de forma relativa os direitos e os deveres do ser humano, e para isso faz-se necessário a construção de um outro projeto de educação para o campo. Na perspectiva de superar os diversos e históricos problemas enfrentados pelos povos do campo em relação à educação, movimentos sociais do campo, intelectuais e diversas outras organizações vem lutando e se contraponto à destruição do campesinato pelo modelo agroexportador vigente ou que continue mantendo-o à margem da sociedade com um modelo de educação excludente. Este projeto de educação está em andamento e tem proporcionado na prática uma outra relação com o campo e seus diversos sujeitos.

De acordo com Camacho (2009, p. 29),

[...] a construção desse projeto educativo no campo nos faz perceber que o campo está vivo e em constante movimento e que, dessa forma, além das reivindicações, por parte dos movimentos sociais, por uma distribuição de terra e renda mais justa, existe uma produção pedagógica, também, por parte destes sujeitos.

Fernandes (2002), discorrendo sobre o mesmo assunto, acredita que pensar em uma educação voltada para o campo significa reconhecer que o

Campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos

quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação. (FERNANDES, 2002, p. 92).

Afirmar que a luta por uma Educação do Campo está vinculada à luta por um novo projeto de desenvolvimento para o campo, significa entender que a educação deve proporcionar aos seus sujeitos o desenvolvimento amplo do ser humano, pensando as especificidades da educação na infância, na juventude e na idade adulta, trabalhando a formação da consciência política e fortalecendo a identidade de sujeito coletivo, que luta por novas relações de trabalho e de vida, que resiste e não se conforma com o atual modelo de agricultura e trava constantemente árduas lutas para construir um novo modelo, um novo projeto de desenvolvimento, onde todos possam estar incluídos, trabalhando e vivendo no campo e do campo.

Nesse sentido, a Educação do Campo surge em consequência da situação social, política, cultural e econômica a que o campo historicamente foi submetido. Aumento da pobreza, da exclusão e da degradação da qualidade de vida, além da barbárie provocada pelo avanço do modelo capitalista no campo, somado a ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e à escola para os camponeses, estão entre os elementos principais que fizeram surgir o debate e a concepção de que um outro projeto de desenvolvimento para o campo, bem como um novo projeto de educação era necessário e urgente.

A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda. Em nosso debate isto tem sido referido como a principal oposição com a educação rural ou para o meio rural, que historicamente tem sido o nome dado às iniciativas do Estado de pensar a educação da população trabalhadora do campo, de modo a escamotear esta contradição e fazê-la de objeto e instrumento executor de políticas e de modelos de agricultura pensados em outros lugares, e para atender a outros interesses que não os seus como grupo social, classe e pessoas. (CALDART, 2004, p. 19)

Diante da necessidade de se construir uma escola que não seja somente no campo ou para o campo, mas sim do campo, vinculada às questões sociais inerentes à cultura e à luta do campo, movimentos sociais e demais entidades organizadas, assumiram a tarefa de lutar também por um novo projeto de educação, vinculado à luta pela terra, por trabalho, por cultura, por dignidade, entre outros, ou seja, vinculado a um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Em consequência destas diversas articulações, denominada de “Articulação Nacional por uma educação básica do campo”, que reunia diferentes movimentos sociais, igrejas e principalmente por iniciativa do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, acontece em julho de 1997, o “I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA”, que contou com a parceria de diversas entidades preocupadas com o rumo da Educação no Brasil, e em especial no campo, que até aquele momento era entendido e denominado como “educação do meio rural”. Fernandes (2002) em depoimento reflexivo sobre o período, aponta que este momento, entre outras questões, foi um momento de materialização de ideias que a muito tempo vinham sendo gestadas.

[...] 1997 uma referência importante, pois foi quando realizamos o Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA. Naquele evento, começavam a se materializar as ideias que vínhamos matutando desde a segunda metade da década de 1980, com a criação do Setor de Educação na estrutura organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (FERNANDES, 2002, p. 90).

Em consequência do êxito do I ENERA, representantes do MST; Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Universidade de Brasília – UnB e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco, iniciaram um trabalho mais amplo sobre a educação rural, levando em consideração as especificidades que envolvem o campo, que culminou na realização da “I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo”, que aconteceu de 27 a 30 de julho de 1998, em Luziânia – GO, e que muito mais do que denunciar a situação precária da educação rural, foi a afirmação de que um outro projeto era possível e sua construção já estava em curso.

Ainda na referida conferência foi apresentado o texto base intitulado “Por uma educação básica do campo”, que tinha a finalidade de provocar o debate sobre a tendência dominante de tratar o campo como um lugar marginalizado e a educação para os povos do campo como algo desnecessário. Entre os principais pontos levantados neste documento podemos destacar: a) a necessidade de se criar para o campo uma educação específica e diferenciada no sentido amplo da palavra, possibilitando aos seus sujeitos a intervenção direta na sua realidade social, ou seja, uma educação de qualidade voltada aos interesses da vida no campo. Além disso, deve contribuir para a superação da dicotomia rural x urbano, atraso x moderno; b) a escolarização é um direito social fundamental e dever do Estado, ou seja, todos devem estudar pelo menos até o Ensino Médio; c) a expressão meio rural, deve ser substituída por campo, expressão que melhor abarca todos aqueles e aquelas que vivem e sobrevivem do campo, sejam eles camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros. Outra questão fundamental é a expressão “educação básica do campo”, ou seja, a luta é por uma educação vinculada as causas, aos sonhos, a história e a cultura dos povos do campo e não apenas a implantação de modelos educacionais no campo, e que

nada tem a ver com a realidade do campo. Por isso do campo e não apenas no campo. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999).

A discussão dessa conferência mostrou que a luta por uma educação plena só é possível se vinculada a luta por um novo projeto de desenvolvimento para o país. Diante dos desafios apontados, o debate iniciado prossegue transformando-se em bandeiras de luta de diversos movimentos, organizações, entidades e sociedade civil. Como resultado das diversas ações dos diferentes sujeitos dessa articulação, tem-se uma importante conquista no âmbito das políticas públicas que é a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo”, via o Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação, que entre as principais resoluções, traz que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. [...] Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. [...]§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil. § 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem. (BRASIL. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002).

Esta longa citação se fez necessária, pois do ponto de vista legal, este decreto possibilita o avanço e operacionalização de diversos objetivos do movimento nacional, tais como a garantia da identidade da escola do campo; vinculação com questões inerentes à realidade do campo; valorização dos saberes dos povos do campo; construção do calendário escolar de acordo com as necessidades da escola e da comunidade; liberdade de utilização de diferentes espaços pedagógicos, de acordo com a realidade e necessidade da escola e comunidade, dentre outros.

Para Fernandes (2002, p. 91), a aprovação destas Diretrizes representou

[...] um importante avanço na construção do Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é espaço essencial para o desenvolvimento humano. É um novo passo dessa caminhada de quem acredita que o campo e a cidade se complementam e, por isso mesmo, precisam ser compreendidos como espaços geográficos singulares e plurais, autônomos e interativos, com suas identidades culturais e modos de organização diferenciados, que não podem ser pensados como relação de dependência eterna ou pela visão

urbanóide e totalitária, que prevê a intensificação da urbanização como o modelo de país moderno. A modernidade é ampla e inclui a todos e a todas, do campo e da cidade. Um país moderno é aquele que tem um campo de vida, onde os povos do campo constroem as suas existências.

Este novo momento protagonizado pelas organizações do campo fez com que se reafirmasse as principais convicções e linhas de ação na construção do projeto específico Por uma Educação Básica do Campo, articulado a um Projeto Nacional de Educação.

Entre as principais convicções estão: a) O ser humano deve estar no centro das ações, ou seja, os trabalhadores e trabalhadoras devem se assumir como tal, compreendendo que a educação e a escola do campo estão na esfera dos direitos humanos e devem ser garantidos a todos e todas que vivem e trabalham no campo; b) é preciso se contrapor a lógica de que a escola do campo é pobre, ignorada e marginalizada. É possível viver e estudar no campo, pois esta escola também pode ser de qualidade; c) a luta por uma educação básica e de qualidade no campo deve estar articulada com a luta por um novo projeto de desenvolvimento para o país, contrapondo-se ao atual modelo de agricultura que exclui e mata dia a dia a dignidade de milhares de famílias do campo; d) a escola que se luta para construir, que amplia o direito a educação e escolarização no campo, deve ser a escola que está no campo, mas também é do campo, ou seja, é politicamente e pedagogicamente vinculada a história, a cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo; e) esta luta também deve acontecer no sentido de garantir respeito e a valorização profissional dos educadores, por melhores condições de trabalho, melhor remuneração, além de uma formação de qualidade; f) a educação também deve estar preocupada com as questões de gênero, de raça e de respeito às diferenças culturais dos diferentes povos; g) parte dos objetivos almejados só serão garantidos através da garantia de políticas públicas, por isso o Estado deve ser constantemente pressionado para que se garanta os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; h) a luta deve ser expressão do povo organizado, portanto não se trata de uma luta para os povos do campo e sim, uma luta dos povos do campo. (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002).

Com acúmulo de discussões, a articulação “Por uma educação básica do campo”, passou a ser denominada “Por uma educação do campo”, pois o que se busca não é somente a garantia da escola básica formal, mas a garantia de todos os processos formativos construídos pela humanidade, desde a infância até a universidade. Para Caldart (2002), os termos escola do campo e educação do campo, significam juntos

[...] pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo..., prestando

atenção às tarefas de formação específicas do tempo e do espaço escolar; pensar a escola desde o seu lugar e os seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade. Se for assim a escola do campo será mais do que escola, porque com uma identidade própria, mas vinculada a processos de formação bem mais amplos, que nem começam nem terminam nela mesma, e que também ajudam na tarefa grandiosa de fazer a terra ser mais do que terra... (CALDART, 2002, p. 34).

Neste sentido, fez-se necessário pensar a educação articulada com uma concepção de projeto para o campo, que mesmo ainda estando em construção, já delimita seus principais princípios, ou seja, a Educação do Campo está associada a luta pela Reforma Agrária, não a de mercado ou redistributiva, mas a Reforma Agrária Popular, que para o MST significa “a construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio” (MST, 2017), pois a Educação do Campo é incompatível com o atual modelo de agricultura.

Educação do campo e a luta por políticas públicas de educação

A Educação do Campo desde as suas primeiras manifestações, vem se configurando como um marco na conquista por direitos iguais e de respeito à diversidade dos povos do campo, questões que historicamente lhes foi negado. Lutar por condições dignas de vida no campo, significa lutar também por políticas públicas, tendo em vista que esta é a única maneira de se universalizar o acesso dos povos do campo a educação e a outros direitos básicos do ser humano e construir uma agenda política em que a educação do campo esteja presente.

[...] este olhar para a educação do campo como um direito tem um outro desdobramento importante: pensar uma política de educação que se preocupe também com o jeito de educar, quem é o sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos. (CALDART, 2002, p. 27)

A luta do povo por políticas públicas que garantam uma educação de qualidade para o campo, pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas, de acordo com a autora, é o primeiro traço que nos permite identificar a construção da identidade do movimento “Por uma educação do campo”. Os sujeitos da Educação do Campo são pessoas que sentem dia a dia a perversa realidade vivida no campo e não se conformam com ela. Resistem e lutam para continuar a caminhada, apesar do modelo altamente excludente a que está submetido o país.

Para Caldart, faz-se necessário entender que por traz das estatísticas e da posição geográfica, existe um povo que vive no campo com suas diferentes identidades, mas também com uma identidade comum, por isso a educação deve vir no sentido de fortalecer esta identidade e proporcionar a continuidade da luta organizada e articulada, ou seja, possibilitando-os que sejam ou continuem a ser sujeitos de seu próprio destino.

Trata-se de uma educação para os povos do campo e não para o meio rural, tendo em vista que historicamente os governos criaram políticas educacionais que sujeitavam os povos do campo a “um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos”, fazendo das pessoas que vivem no campo “instrumentos de implementação de modelos que as ignoravam ou escravizavam”, além de prepará-los para serem mão de obra barata a serviço do mercado. (CALDART, 2002, p. 28).

Por isso entende-se que a luta por Educação do Campo, afirma-se como um basta a estes pacotes capitalistas, pois se auto organiza para participar diretamente da construção de um projeto educativo que prioriza e respeita o ser humano em suas diferentes culturas, que o respeita enquanto classe trabalhadora protagonista das transformações necessárias a uma vida plena. A luta por educação deve estar vinculada a luta pela transformação das condições de vida no campo, pois de acordo com a autora, na prática não há como “educar verdadeiramente o povo do campo sem transformar as condições atuais de sua desumanização”, pois “e na própria luta por estas transformações que o processo de humanização é retomado. (CALDART, 2002, p.30).

O campo é constituído por diversos e diferentes sujeitos, com suas diferentes formas de produzir e de viver, porém estas diferenças não apagam a identidade coletiva deste povo, pois são a parte de uma nação que historicamente tem vivenciado a opressão e discriminação econômica, política e cultural. Para Caldart (2002, p. 29), talvez seja essa a materialidade que conforma esta identidade. “E talvez seja este o sentido da expressão do campo que às vezes assusta”, e torna tão difícil para alguns aceitarem “que a educação é do campo e não apenas do ou para o meio rural. ”

Fernandes (2002, p. 98) fazendo um paralelo com esta discussão, afirma que

[...] as diferenças entre escola no campo e escola do campo são pelo menos duas: enquanto escola no campo representa um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação, a escola do campo representa a proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referências as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo.

Os movimentos sociais do campo mantem-se ativos a tais questões educacionais e organizadamente dão continuidade a luta por uma educação diferenciada, portanto, pode-se observar que a luta é por uma educação do campo vinculada as causas e questões dos povos do campo, ou seja, a luta por educação do campo é ao mesmo tempo a luta pela

reforma agrária, pela saúde, pela qualidade do ensino básico e pela garantia do ensino superior, por melhores condições de moradia, pelo direito e condições de produzir sem envenenar e contaminar a natureza, pelo acesso a água e alimentação de qualidade, entre outros, e para que todas estas questões sejam garantidas a luta por políticas públicas baseada na reflexão de entendimento dos valores, dos interesses e das necessidades de desenvolvimentos dos sujeitos que habitam o campo são essenciais.

Diante das diversas lutas e embates políticos travados pelos movimentos sociais, muitas políticas e demais conquistas no âmbito educacional foram garantidos, porém muito mais precisa ser feito, pois o que se busca é a superação da escola tradicional rural que se insere no processo de modernização capitalista para o campo, comprometido apenas com a lógica da produtividade. Os povos do campo buscam uma educação que não esteja apenas no campo, mas que seja do campo, uma educação que seja no e do campo.

A educação deve estar vinculada ao contexto social dos indivíduos do campo, deve dialogar com a realidade concreta. Se a educação tradicional voltada para o campo oferecida pelo Estado, reflete o projeto de dominação capitalista, a proposta de educação do campo protagonizada pelos sujeitos do campo reflete o projeto emancipatório que se busca para o campo, por isso a luta é por uma educação no e do campo. 'No', pois a escola deve ser para todos e em todas as idades, por isso deve estar em todos os lugares. Os povos do campo têm direito de ter acesso a escola no lugar onde vivem, cuja forma e conteúdo respeitem a sua cultura e sua realidade. 'Do', porque tem a ver com o protagonismo destes povos e representa um projeto de construção coletiva, edificado pelas mãos daqueles que nos embates do dia a dia, através das lutas e da pressão, se constituem como sujeitos capazes de intervir diretamente na realidade.

Esta intervenção está também diretamente ligada a pressão e disputa pela formulação de políticas públicas específicas para os povos do campo, direito que historicamente lhes foi negado. A constituição originária da Educação do Campo está vinculada a clareza da urgência e necessidade da garantia de políticas públicas voltadas para o campo, como nos mostra Caldart (2009, p. 52-53),

Não por acaso é a II Conferência Nacional de Educação do Campo de 2004 que confirma a força assumida pela luta por uma política pública de Educação do campo, através do lema aprovado pelos seus participantes: "Educação do campo: direito nosso, dever do Estado". [...] O percurso da Educação do campo foi desenhando a dimensão da política pública como um dos seus pilares principais. [...] Para os movimentos sociais, lutar pela Educação do campo é passar a pensar na educação do conjunto da classe trabalhadora e é buscar pautar dessa forma, em uma perspectiva de classe, a questão da política educacional.

Nesse sentido, para se garantir um projeto alternativo para o campo é necessário ampliar as lutas, promover alianças para além do campo e lutar pela democratização do Estado, que em primeiro momento se dá pela garantia de políticas públicas voltadas a atender as necessidades do conjunto dos trabalhadores, incluindo assim uma educação de qualidade e a partir do lugar onde vivem. Portanto, para garantir o processo de construção da Educação do Campo no Brasil, faz-se necessário pensar também sobre a construção da Escola do Campo, pois para que a escola garanta seus processos formativos vinculados a vida familiar, ao trabalho, ao ensino e pesquisa, a comunidade, aos movimentos sociais, as manifestações culturais locais, entre outros, ela deve estar situada fisicamente no campo, pois, além da base nacional comum, o ensino deve ser complementado, de maneira diversificada, a partir da realidade e características locais e culturais de cada comunidade, e para que isso seja garantido a escola deve estar lá, dentro da comunidade, sendo vivenciada no dia a dia, inclusive fisicamente.

Outra questão intrínseca ao projeto da Educação do Campo é a formação e valorização dos educadores e educadoras, e aqui referimo-nos também a tarefa específica de dominar os processos complexos de aprendizagem, tendo em vista que o conceito de educador é muito amplo. De acordo com Caldart (2002, p. 36) educador é aquele “cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social”, “seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos”, portanto nesta perspectiva, todos de alguma forma são educadores.

Os educadores e educadoras portadores da tarefa específica de educar, tem estado à frente das lutas e têm sido imprescindíveis para a resistência no campo e nas escolas, portanto entre as diversas políticas públicas que se busca, estão aquelas que garantam a formação de educadores/as do campo. Lutar pela educação do campo é também lutar para formar educadores e educadoras do campo e para o campo, que contribuem para construção deste tão almejado projeto educativo. De acordo com Caldart (2004, p. 35),

Construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do campo para atuação em diferentes espaços educativos. E se defendemos uma formação específica é porque entendemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. Há uma nova identidade de educador que precisa ser cultivada, ao mesmo tempo em que há toda uma tradição pedagógica e um acúmulo de conhecimentos sobre a arte de educar que precisa ser recuperada e trabalhada desde esta intencionalidade educativa da Educação do Campo.

Os educadores e as educadoras têm se formado nos próprios processos de construção da Educação do Campo, mas a formação institucional e formal também deve estar incluída, portanto é necessário que as universidades como espaços públicos, sejam ocupadas.

Em relação a escola em si, essa também está entre os principais objetivos da Educação do Campo, tendo em vista que a escola tem tido uma tarefa fundamental na formação das novas gerações, além de ser um espaço de constantes disputas hegemônicas. Para Caldart (2004, p. 36),

A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais. Isso ocorre por que: a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses.

Portanto, a escola do campo não pode estar fechada em si, deve estar vinculada a outros espaços educativos e contribuir diretamente para a construção de políticas que visam o desenvolvimento do campo. Além disso, deve estar atenta ao tipo de ser humano que se busca forjar e o que se está forjando, contribuindo para a humanização das pessoas, pois os processos pedagógicos desenvolvidos pela escola devem contribuir para a construção e fortalecimento da identidade dos sujeitos do campo.

Escola Madre Cristina: expressão de luta e resistência na educação do campo

O Assentamento Roseli Nunes, em Mato Grosso é um território conquistado e mantido diante de muita luta e resistência camponesa. Roseli Nunes, também conhecida por Rose, foi uma grande lutadora que ajudou a construir o MST, desde a ocupação da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, primeira ocupação organizada pelo MST no Brasil.

Filha de índios e colonos, Rose cresceu lidando com o trabalho na terra e quando adulta, continuou na luta com seu companheiro e filhos, pois acreditava que só teria um futuro melhor com sua família e companheiros de luta, se tivesse acesso à terra para trabalhar. Foi em um desses momentos de luta que ela declarou “Prefiro morrer lutando, do que morrer de fome! ”. Seu filho mais novo nasceu no acampamento e foi batizado de Marcos Tiaraju, em homenagem ao grande guerreiro indígena das Missões, Sepé Tiaraju. Roseli Nunes foi assassinada no dia 31 de março de 1987, atropelada por um caminhão que se lançou contra uma marcha dos Sem Terra, deixando vários feridos e seu corpo à beira da estrada. Rose hoje é um símbolo para a luta de todos os sem-terra e por isso é homenageada por todo o Brasil.

Assim como em vários lugares do país, o MST do Estado do Mato Grosso, homenageou esta grande lutadora dando seu nome a um de seus assentamentos, localizado no Município de Mirassol do Oeste. As famílias do assentamento Roseli Nunes

são oriundas da ocupação da Fazenda Facão, Município de Cáceres, que posteriormente, no ano de 2000, se consolidou em assentamento na antiga Fazenda Prata, que possuía uma área de 10.531 mil hectares, considerada pelos órgãos competentes como improdutivo.

A consolidação desse assentamento provocou um impacto populacional na região, tendo em vista que um espaço ocupado por apenas alguns funcionários, se transformou com a chegada das 331 famílias que somam em média 1.350 pessoas, em um lugar de terra partilhada e de recondução da dignidade humana, pois aquele latifúndio tomado apenas por grandes extensões de pastagem, tornou-se um lugar de produção diversificada, garantindo assim um olhar diferenciado sobre o usufruto da terra e o uso dos recursos naturais.

A forma de organização das famílias ainda hoje segue os princípios organizativos do MST, onde os assentados se organizam em núcleos de base ou por associações para realizar reuniões e discutir seus problemas e as estratégias de luta para solucioná-los. O assentamento tem infraestrutura básica como rede de energia, abastecimento de água através de poços artesianos coletivos e individuais e casas de alvenaria. Além disso, a comunidade conta com pequenos mercados internos, lanchonetes, posto de saúde, cinco campos de futebol e uma quadra poliesportiva com cobertura, tudo conquistado através de muita mobilização e luta.

O Assentamento Roseli Nunes é bem diversificado, tendo em vista que é composto por famílias oriundas de vários estados brasileiros e de várias etnias. Essa rica diversidade pode ser observada nas diferentes linguagens, danças, vestuário, religião e outras tradições como as festas de São Benedito, de São João, da Colheita, entre tantas outras que são realizadas nos espaços do assentamento, que pode ser visto como um símbolo de resistência da Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso. Está cercado por grandes latifúndios do agronegócio, portanto é um território de constantes conflitualidades, mesmo assim, resiste e garante condições dignas de vida para as famílias assentadas.

Tratando-se da Educação, o assentamento é referência na Educação do Campo, pois a Escola Madre Cristina, forjada e erguida pelos próprios Sem Terra, além de garantir aos filhos e filhas dos assentados o acesso à educação básica dentro de seu próprio território, também se tornou espaço de referência fundamental para as articulações políticas e demais atividades que envolvem o assentamento e suas organizações. Neste sentido, ela cumpre em sua dinâmica o papel de escola do campo por fazer parte do processo formativo dos sujeitos que a constitui.

A escola foi batizada com esse nome em homenagem à religiosa católica Madre Cristina, cônica da Congregação de Santo Agostinho, também professora e psicóloga. Madre Cristina atuou arduamente em favor dos direitos humanos e dos trabalhadores e teve participação ativa na resistência ao regime militar de 1964, na campanha da anistia política, na luta por "Diretas Já" e na organização de movimentos sociais. Nessa época recebeu

inúmeras ameaças de morte por consequência de sua militância, porém nunca se rendeu ou se amedrontou.

Na época da fundação da Escola Madre Cristina, em 1997, um barraco de palha de coqueiro e lona preta, construído pelas próprias famílias e por alguns professores também acampados, tornou-se a sala de aula dos alunos, como relembra MPS, moradora do assentamento.

A escola Madre Cristina existe desde o período de acampamento lá no Facão [...] desde de lá já inicio esta escola, pois as criança não podia ficar sem estuda. Fizero três barraco, um era a sala de aula, outro a despensa com os alimentos e outro com os livro, a bibrioteca. Eles chamavam a escola de itinerante porque o período que precisava fazer uma mobilização, por exempro pra Cuiabá né, no Incra ou uma caminhada, a escola ia junto, pois as criança não podia para de estudar. Ia todo mundo pra Cuiabá, os pais, os professores e a criançada e ficava o tempo que fosse preciso. (MPS, 2017).

Em 2002, depois que a terra já havia sido conquista e todos já se encontravam no local onde seria feito o parcelamento dos lotes, as dificuldades para manter a escola só aumentaram. No Projeto Político Pedagógico – PPP (2016) da escola, a história de sua origem, bem como do assentamento é contada detalhadamente. É importante ressaltar que o PPP define a identidade da escola e indica caminhos a serem seguidos para garantir essa identidade, portanto encontrar esta história contada com orgulho em um documento tão importante, mostra que esta escola não só está no campo, ela é do campo.

O ano de 2002 foi muito difícil no setor de educação do assentamento. Devido ao parcelamento da área, as famílias a partir de julho de 2002 começaram a ir para seus lotes. A maioria delas ficou longe da escola e sem estradas [...] houve muitas evasões, devido à distância é a falta de condições para frequentar as aulas. No ano de 2003, as aulas começaram um pouco tarde, pois as estradas estavam em péssimo estado e não tinha como buscar os alunos para estudar, e este problema só foi solucionado no período da estiagem e o ano letivo só deu início em maio. Neste mesmo ano começou a construção da escola, com recursos do estado e dos próprios assentados. (PPP DA ESCOLA MADRE CRISTINA, 2016, p. 21-22).

Para garantir a construção de um espaço melhor para funcionamento da escola, cada família doou seu trabalho voluntário mais uma parte dos materiais e juntas construíram o espaço físico onde funcionaria a escola. Na época, a escola era municipal e devido a todos os descasos que as famílias sofriam por parte do governo, tiveram elas mesmas que manter por diversas vezes a escola em funcionamento, como nos conta o SPS .

A Madre Cristina foi uma escola que nois começo ela no acampamento, debaixo de um barraquim de paia. Depois que nois pego o assentamento,

nois queria construí uma escola melho, ai junto todo mundo e compro os materiais, depois que a escola já estava toda no respaldo, e a prefeitura viu que nois ia contrui mesmo, veio e acabo de construir. Na época as cidade vizinha como Mirassol e Curvelândia coloco ônibus para levar as criança pra cidade, mas nois não aceitamo. Nois começo a escola no acampamento e queria continua aqui. A Madre Cristina é nosso idioma (SPS, 2017)

De acordo com as falas dos entrevistados, percebe-se que a escola Madre Cristina só existe porque foi construída diretamente pelas famílias moradoras do assentamento, que mesmo sofrendo diversos preconceitos e principalmente descaso por parte do poder público, não abriram mão do direito de terem seus filhos educados escolarmente dentro do seu próprio território. MJRL, assentada, professora e componente da equipe gestora da escola, nos conta que na época em que as famílias foram assentadas, a escola era garantida totalmente via trabalho voluntário.

Para garantir esta escola, muitas vezes tivemos que trabalhar sem contrato, de maneira voluntária, pois a sugestão da prefeitura era buscar os alunos e levar para estudar na cidade. Mas a gente não permitiu, pois era a nossa escola. Relembrar esta história nos traz, além da emoção, uma força de seguir em frente enfrentando os novos desafios, pois desde o início não foi fácil manter esta escola, e mesmo hoje, com prédio e toda a infraestrutura que temos, ainda existe muitos obstáculos e todos os anos eles se renovam (MJRL, 2017).

Hoje a gestão da escola é compartilhada entre município e estado, ou seja, uma parte do ensino (Educação Infantil) é de responsabilidade do Município de Mirassol D'oeste e a outra parte (Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e EJA) passou a ser de responsabilidade do estado, portanto as dificuldades para mantê-la dentro dos princípios da pedagogia do MST e Educação do Campo aumentaram ainda mais. Fica claro na fala dos entrevistados que essa escola só existe devido a mobilização e resistência dos educadores e dos assentados, pois além do preconceito que sofrem por assumirem a identidade de escola do campo, sempre há um enfrentamento por parte do poder público, tanto estadual quanto municipal para descaracterizá-la e transformá-la em uma escola comum, como as da cidade. De acordo com os educadores, inúmeras vezes houve a tentativa de fechar a escola e transferir seus alunos para as escolas urbanas dos municípios vizinhos, com a justificativa de que transportar estes alunos para a cidade custa menos ao poder público do que manter a escola dentro do assentamento.

Ou seja, preocupam-se apenas em cortar gastos e não com o tipo de educação que será oferecida a estes educandos. Não se trata de afirmar que as escolas da cidade não têm capacidade ou condições de receber estes alunos, e sim de compreender e reconhecer que a escola da cidade, com exceção de raríssimos casos, não se insere na dinâmica da luta pela implementação de um projeto de desenvolvimento para o campo, onde os povos

do campo discutem e lutam por questões ligadas ao campo e a sobrevivência nele. Os sujeitos do campo querem e tem direito de serem escolarizados e educados em uma escola que faça parte da sua história e da história de seus antepassados, portanto, inseridos na escola urbana, estarão descolados de sua realidade e perspectiva de vida.

Outro enfrentamento que os assentados e a escola tem sofrido é em relação aos profissionais atribuídos pelo estado para trabalharem nela. Todo ano o Estado do Mato Grosso, assim como vários estados do país, abre processo seletivo para contratação de funcionários e professores que atuarão nas escolas estaduais, porém não há um seletivo diferenciado e com normas específicas para as escolas do campo. Isso faz com que muitas vezes as pessoas selecionadas para atuarem nessas escolas, sejam pessoas sem nenhuma ligação com a luta pela reforma agrária, não conhecem a história desses sujeitos e não compreendem a dinâmica e a luta deles. Isso gera árduos conflitos e garantir os princípios da escola se torna um grande desafio.

Atualmente a escola atende cerca de 480 alunos, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Ensino Médio Técnico Profissionalizante com ênfase em agroecologia e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Conta com cinquenta e três educadores, sendo quatorze no Apoio Administrativo Educacional (vigia, limpeza e nutrição), quatro Técnicos Administrativos Educacionais (secretaria, biblioteca e laboratório de informática) e trinta e cinco professores, incluindo coordenação e direção. Ao todo, a escola tem sete salas de aula em dois pavilhões, laboratório de informática, biblioteca, sala multifuncional, cozinha, refeitório, banheiros, quadra poliesportiva coberta e alojamento básico para professores. Devido à extensão do assentamento, três ônibus escolares fazem o transporte dos educandos até a escola, em três principais roteiros, sendo um perpassando as linhas Ilha e Carvoeira, outro, as linhas Trezentos e Zap e um último na linha Santa Helena.

Tratando-se do EJA, além das três turmas que funcionam dentro da própria escola, ainda existem quatro turmas anexas à escola no Assentamento Margarida Alves e uma turma no Assentamento Sílvio Rodrigues, ambos também pertencentes ao Município de Mirassol D' oeste, e frutos da luta do MST na região.

Considerações finais

O Sistema Educacional Brasileiro é resultado de uma série de enfrentamentos e mudanças produzidas ao longo da história da educação no país, e que na maioria das vezes tem cumprido o papel de preparar para a cidadania com vistas para o mercado de trabalho, atendendo assim as expectativas da moderna estrutura capitalista, onde a maioria dos

indivíduos recebem apenas uma transferência de valores ideológicos visando à formação de mão de obra e a reprodução das relações e dos valores capitalistas que fortalecem o projeto capitalista de desenvolvimento para o campo, postulando assim o ideário de que não há lugar para todos, apenas para os mais competentes.

Em contrapartida, historicamente, os defensores da escola pública de qualidade e crítica, inseridos nas mais diversas representações da sociedade civil, das instituições de pesquisa e das instituições de ensino, tem se organizado na luta por defender uma escola que de fato atenda às necessidades humanas de seus educandos, e não seja ambígua, apontando caminhos distintos para os jovens de acordo com sua classe social.

Entre estes defensores estão os movimentos sociais e sindicais populares do campo, que articulados lutam pela garantia de uma educação que não vise apenas atender os interesses do capital financeiro, industrial e midiático, isentando o Estado de suas responsabilidades e transferindo-as aos estudantes e professores, pois tratando-se do campo, a educação deve ser pensada para além da infraestrutura, do acesso e da formação. Não basta somente os saberes universalmente produzidos, é necessário que se leve em consideração o conhecimento local, privilegiando a permanência dos estudantes no ambiente rural.

Com base nesta perspectiva, é que homens e mulheres vinculados a luta dos movimentos sociais do campo tem se organizado e lutado arduamente em busca da construção e manutenção de políticas públicas para o campo, entendido não somente como um lugar de produção agropecuária, mas sim, como lugar de vida e de saberes. A luta por uma educação diferenciada no e do campo, é uma luta muito maior, é uma luta por emancipação que não se limita aos muros da escola.

Nesse cenário a Educação do Campo, proposta de educação emancipatória, que se volta ao conjunto dos trabalhadoras e trabalhadores vinculados à vida e ao trabalho no campo, que articula a luta pela educação, vinculada à luta pela terra, pelo território, pela reforma agrária, entre outros, tem cumprido o papel de fazer a disputa política, ideológica e de projeto frente a garantia dos direitos dos povos do campo, fazendo um contraponto direto ao modelo de desenvolvimento e conseqüentemente de educação capitalista para o campo, pois a educação emancipatória possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras, por meio do conhecimento, a produção de bens materiais necessários a vida humana, mas também os elementos necessários para pensar e compreender a sua realidade, e a partir disso, lutar para modificá-la.

Entendemos que a experiência de construção e consolidação da Escola Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes, município de Mirassol Do Oeste-MT, é um exemplo dessa luta pela construção de escolas do campo no campo, valorizando a identidade camponesa, os saberes do campo e possibilitando a formação escolar e de crianças, jovens

e adultos. A escola foi e é pensada a partir da realidade de seus sujeitos, pois traz em si as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais, combinando educação, luta, trabalho, cultura, organização coletiva, entre tantas outras matrizes que uma escola do campo deve preservar, sempre dialogando com o dia a dia das famílias.

Referências

BRASIL. Parecer nº 36/2001/ Resolução 1/2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 14/04/2017.

CALDART, R. S. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar. /jun. 2009.

CALDART, R. S. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: JESUS, S. M. A.; MOLINA, M. C. (Org.) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 5.

CALDART, R. S. Por uma Educação Básica do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART R. S. (Org.) **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4.

CAMACHO, R. S. **O Agronegócio Latifundiário versus a Agricultura Camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato**. Artigo publicado no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-34.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI Paulo Ricardo; CALDART Roseli Salete. (Org.) **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.) **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. (org). **A educação básica e o movimento social do campo: Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 1.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. – 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MST. **O papel da Reforma Agrária Popular no Brasil**. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em 20/09/2017.

NORONHA, O. M. Abordagem histórica da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, J. C.; LUCENA, C.; PREVITALI, F. S. (Org.) **Mundialização do trabalho, transição histórica e reformismo Educacional**. Campinas, SP: Librum Editora, 2014.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Madre Cristina. Mirassol D'Oeste, 2016.

SCARABELI, V. **A formação social brasileira e o agronegócio em Mato Grosso.** 108 pgs. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, A. S. **Fetichismo, Alienação e Educação como mercadoria.** Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.19, n1, p.123-139, Jan./Jun. 2011.

Sobre os autores

Eloisa Aparecida Cerino Rosa Lima - – Doutoranda em Educação na Universidade de Brasília (UnB). Professora na Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais IPPRI, Licenciada em Educação do Campo pela Universidade de Brasília (UnB) **OrCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4801-6063>

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Atualmente é professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais IPPRI.; **OrCID:** <http://orcid.org/0000-0003-0679-3905>

Como citar este artigo

LIMA, Eloisa Aparecida Cerino Rosa. FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo. **Revista NERA**, vol. 21, n. 45, p. 50-71, dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Eloisa Aparecida Cerino Rosa Lima** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Silvia Aparecida de Sousa Fernandes**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e ambos, **Eloisa Aparecida Cerino Rosa Lima** e **Silvia Aparecida de Sousa Fernandes**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 22 de junho de 2018.
Devolvido para a revisão em 22 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 10 de outubro de 2018.

Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa

Raoni Fernandes Azerêdo

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) – São Paulo, São Paulo, Brasil. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Alenquer, Pará, Brasil.
e-mail: raoniazereado@gmail.com

Pedro Ivan Christoffoli

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) – São Paulo, São Paulo, Brasil. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.
e-mail: pedroivanc@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as estratégias de acumulação de capital da maior cooperativa singular capitalista da América Latina, a COAMO - Agroindustrial Cooperativa, localizada em Campo Mourão, Estado do Paraná/Brasil. Esta foi criada e incentivada pelo Estado no auge dos “anos de chumbo” na ditadura militar, especialmente através da Extensão Rural, com um propósito claro de atender às demandas do capital no campo. O processo metodológico baseou-se numa análise qualitativa alicerçada em entrevistas semi-estruturadas, pesquisa documental e bibliográfica. Desta forma, afirma-se que as estratégias de eficiência administrativa, expansão territorial, industrialização e exportação de *commodities*, são voltadas para uma agricultura moderna/tecnizada, fortemente especializada nos grãos (sobretudo a soja), que permeada por uma forte relação com o Estado e burguesia agrária, torna-se excludente para os pequenos agricultores e camponeses. Consideramos fundamental o estudo desta cooperativa para compreender as atuais dinâmicas econômicas, sociais, políticas e ambientais no meio rural brasileiro, e as respectivas contradições resultantes deste modelo regido pelo agronegócio.

Palavras-chave: Cooperativismo; agronegócio; COAMO.

Strategies of capital accumulation of the paranaense agrarian cooperativism: the caso of Coamo Agroindustrial Cooperative

Abstract

This article analyzes the capital accumulation strategies of the larger capitalist cooperative in Latin America, COAMO -Agroindustrial Cooperative, located in Campo Mourao, State of Parana/Brazil. The cooperative COAMO - Agroindustrial Cooperative, was created and encouraged by the state at the height of the “years of lead” of the military regime, especially through the Rural Extension, with a clear purpose to meet the demands of the capital in the countryside. The methodological process was based in a qualitative analysis grounded in semi-structured interviews, documentary and bibliographic research. Thus, it is stated that the administrative efficiency strategies, territorial expansion, industrialization and export of commodities are facing modern agriculture, strongly specialized in grains (especially soybeans) that permeated by a strong relationship with the state and agrarian bourgeoisie, it is exclusive to small farmers and peasants. The study of the cooperative consider it essential to understand the current economic dynamics, social, political and environmental in the

Brazilian countryside, and their contradictions resulting from this model governed by agribusiness.

Keywords: Cooperativism; agribusiness; COAMO.

Estrategias de acumulación de capital del cooperativismo agrario paranaense: el caso de la Coamo Agroindustrial Cooperativa

Resumen

Este artículo analiza las estrategias de acumulación de capital de la mayor cooperativa singular capitalista de América Latina, la COAMO –Agroindustria cooperativa, ubicada en Campo Mourão, Estado de Paraná, Brasil. Ésta fue creada e incentivada por el Estado durante el auge de los “años de chumbo” del régimen militar, especialmente a través de la Extensión Rural, con un propósito claro de atender a las demandas del capital en el campo. El proceso metodológico se basó, con un análisis cualitativo asentado en entrevistas semi-estructuradas, investigación documental y bibliográfica. De esa forma, se afirma que las estrategias de eficiencia administrativa, expansión territorial, industrialización y exportación de commodities, son orientadas hacia una agricultura moderna/tecnologizada, fuertemente especializada en los granos (sobre todo la soja) que, permeada por una fuerte relación con el Estado y la burguesía agraria, se torna excluyente para los pequeños agricultores campesinos. Consideramos que el estudio de esta cooperativa es fundamental para comprender las actuales dinámicas económicas, sociales, políticas y ambientales en el medio rural brasileiro, y las respectivas contradicciones resultantes de este modelo regido por el agronegocio.

Palabras Clave: Cooperativismo; agronegócio; COAMO.

Introdução

O conjunto de dados analisados neste artigo revela que com apoio estatal há um salto, quantitativo e qualitativo do cooperativismo paranaense, especialmente a partir da expansão da cultura da soja, em que as cooperativas paranaenses passam a ocupar papel de destaque (FAJARDO, 2006; RICKEN, 2009; FARIAS 2015). Importante destacar que a ação do Estado por meio das concessões de crédito e especialmente através da Extensão Rural Paranaense foram fundamentais na criação e implantação de infraestrutura produtiva agrícola de corte capitalista. Por meio de um trabalho incessante de seus técnicos, surgiram no final da década de 1960, cooperativas tais como a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda (COAMO) a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piriquirei Ltda (COOPERVALE), a Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda (COOPAVEL), dentre outras (MUZILLI, 1989), que atualmente se destacam no seleto grupo das megacooperativas agrárias paranaenses. Estas participaram em 2015, com cerca de 56% do PIB Agropecuário estadual, faturando R\$ 60,33 bilhões e sendo a COAMO Agroindustrial

Cooperativa, sua cooperativa mais pujante economicamente, sendo responsável por cerca de R\$ 10 bilhões deste montante (REVISTA EXAME, 2016).

Tendo brevemente descrito em outro texto, a gestação deste cooperativismo agrário paranaense (AZERÊDO, 2016), tivemos como objetivo neste artigo, descrever algumas estratégias de acumulação de capital, nuances e contradições, que permitiram à paranaense COAMO – Agroindustrial Cooperativa, tornar-se a maior cooperativa singular capitalista da América Latina, presente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Destacamos o mérito e relevância da COAMO de ter construído uma série de estratégias capitalistas eficazes que lhe asseguram contínuo crescimento. Entretanto, como vimos neste artigo, tudo isso se deu à custa de exploração e expropriação, dentre outras contradições, e isso não pode ser desconsiderado, visto ela se utilizar do formato cooperativo.

A metodologia empregada na construção do artigo baseou-se em uma análise qualitativa, por meio de procedimentos de revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas (GIL, 2009). Este artigo faz parte de reflexões originadas na pesquisa do Mestrado no Programa em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do IPPRI/UNESP, e no âmbito do Projeto de Pesquisa sobre a Crise do Cooperativismo Agrário brasileiro, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Abordagem territorial e poder da COAMO agroindustrial cooperativa

Com a análise das estratégias de acumulação de capital da COAMO, procura-se compreender em que grau esta organização, ao se imbricar com o desenvolvimento capitalista no campo, foi agente estratégico e/ou secundário neste processo e quais contradições resultaram deste projeto de desenvolvimento territorial. Observamos que a cooperativa adotou desde o início de sua constituição, uma estratégia clara de expansão (territorialização) e especialização econômica, buscando ganhos de escala com os grãos, permitindo atingir um crescimento exponencial na produtividade dos cooperados, grande capacidade de recebimento de grãos, em espaços geográficos ampliados.

Neste sentido, a abordagem territorial permite captar os movimentos que ocorrem no espaço (relações sociais de produção, de troca e consumo), refletindo um sistema de ações ou de comportamentos que traduzem uma "produção territorial" materializada pela tessitura, nós e redes. Por consequência, estas produções territoriais revelam relações marcadas pelo poder material e imaterial, e este é simultaneamente, resultado e condição dos processos sociais (RAFFESTIN, 1993). Credita-se, portanto, fundamental para a análise

geográfica perceber como determinados sujeitos do agronegócio se territorializam¹ e quais impactos isso causa aos territórios.

Consideramos desta forma que o poderio da COAMO está diretamente relacionado à capacidade que ela possui de dominar parcelas do espaço e assim impor sua lógica de reproduzir relações sociais capitalistas nos territórios². Na medida em que instalaram grandes estruturas de escoamento, armazenagem e produção, somada a alianças com frações da classe dominante (burguesia agrária, sociedade política) e internacional, se apropriaram de um espaço (RAFFESTIN, 1993), concreta ou abstratamente, e assim, territorializaram-se, provocando um processo simultâneo de “construção/destruição/manutenção/transformação” (OLIVEIRA, 1999) cujo principal objetivo é alcançar a eficiência econômica.

Como um dos reflexos deste desenvolvimento territorial, a COAMO pôde adquirir e incorporar cooperativas mais fragilizadas financeiramente (e abarcar a sua área de atuação e cooperados), confirmando uma tendência do capitalismo no campo de concentração e centralização de capitais (MARX, 1984). Esta se acelera nos tempos atuais, devido à apropriação agressiva do capital em territórios e da alta concorrência no mercado de *commodities*, onde as maiores rentabilidades econômicas, aliadas a uma eficiência tecnocrática são de extrema funcionalidade para a manutenção da organização capitalista, em que a produção das culturas ditas modernas, especificamente a soja, combina contraditoriamente e de modo desigual: a) maior quantidade de área fundiária; b) melhores condições financeiras dos agricultores e; c) inviabilização e/ou expropriação dos pequenos agricultores.

A territorialização seletiva da COAMO

Campo Mourão, situado na mesorregião Centro Ocidental do estado do Paraná, é uma região que acompanhou intensivamente o processo de modernização da produção agrícola capitaneada pelo Estado. De acordo com Setti (2010), esta transformação da agricultura se

¹ Nesse sentido, (OLIVEIRA, 1999, p.106), define a territorialização do capital como “um processo contraditório, ou seja, em que o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude”.

² Para o autor é [...] “essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator, territorializa o espaço. [...] O território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequências, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.143)

iniciou pela exploração florestal extrativista, uma das primeiras atividades econômicas de expressão em Campo Mourão, num processo que levou à destruição das matas nativas. Para a concretização do projeto de modernização no campo, buscando aumento na produção e produtividade, o Estado passa a incentivar o avanço tecnológico, implementando novas culturas e práticas agrícolas. Tal projeto foi iniciado, com a instalação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) em Campo Mourão, na década de 1960, com o trigo e, sobretudo, a soja. Esta foi a cultura mais representativa nesta passagem da modernização da agricultura paranaense, fazendo com que viesse a ser em 10 anos o principal produto da agricultura paranaense.

Concomitantemente, este processo desencadeou a necessidade de implantar estruturas de recebimento e comercialização destes produtos (ÁVILA, 2002), visando incorporar a agricultura regional aos crescentes mercados nacionais então existentes, buscou-se reproduzir e sedimentar relações sociais de tipo capitalista no meio rural, substituindo a dinâmica camponesa semi-autárquica. Neste sentido, o trigo foi o primeiro produto a ser estimulado, via subsídios ao crédito, em consonância com a política de substituição de importações. A nascente Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda (COAMO) iria se apropriar de parte dessas benesses estatais. Mediante indução realizada pelo Estado paranaense, via ACARPA, é criada em 1970 a COAMO, que surge exatamente no momento em que Campo Mourão entrou no período de transição entre a exploração da madeira e o início da atividade trigo-soja. Criada em 28 de novembro de 1970, por 79 cooperados (todos sendo proprietários de terra e em sua maioria migrantes do Rio Grande do Sul), já nasceu no intuito de ser uma cooperativa regional, com área de atuação em 15 municípios (SETTI, 2010).

Logo de início, o Estado teve papel fundamental na constituição e desenvolvimento das cooperativas agrícolas através da concessão de crédito a taxas reais negativas, voltados à estruturação de redes de armazenagem, além de condições favoráveis de financiamentos (prazos e carências elásticas) constituindo no principal mecanismo de fomento dos interesses agroindustriais/cooperativos e da política estatal a partir dos anos 1960 até fins dos anos 1970 (DELGADO, 1985).

Em 1979, a COAMO possuía entrepostos implantados em 13 municípios paranaenses, tendo possibilitado disputar as frações dos territórios onde estava espacializada desde seu início, contribuindo fortemente ao seu processo de territorialização e tornando-se hegemônica em toda porção leste da Microrregião de Campo Mourão (ANDRADE, 2013).

Um fato interessante a ser mencionado da estratégia de territorialização da COAMO, foi quando ultrapassou os limites geográficos definidos pelo governo estadual e a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) no tocante ao Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP). Essa migração da COAMO para o extremo sul da

Mesorregião Centro Sul Paranaense, com a incorporação da Cooperativa Agropecuária Palmense Ltda. (COPALMA), de Palmas (PR) em 1978, objetivava produzir sementes de soja, sendo importante para que a COAMO pudesse dominar o fornecimento de um insumo estratégico e de alto valor agregado.

Assim, com as incorporações da cooperativa de Palmas e Pitanga (com a incorporação da Cooperativa Agropecuária Centro do Paraná - COOPERCENTRO, em 1979), e também a expansão orgânica e geográfica via implantação de novas estruturas de armazenamento, há um salto no quadro de cooperados da COAMO, passando de 79 em 1970 para 6.439 em 1979. Destes, destaca-se que 74% se configuravam como proprietários de terra com até 50 hectares. Ainda que não estejam disponíveis dados sobre a importância econômica dos diversos estratos de cooperados, o fato da expansão do número de pequenos agricultores significava então sua relevância para a estratégia de acumulação de capital para a cooperativa.

Sob o delineamento estratégico de ampliar a base territorial/espacial e potencializar o seu processo de acumulação de capital, especialmente pela busca de redução dos custos via ampliação de volumes, a territorialização da COAMO se reforça nos anos 1980, tendo em 1988 expandido sua estrutura física com a criação/incorporação de 17 novos entrepostos, obtendo um aumento impressionante de cooperados, saltando de 6.439 em 1979 para 31.175 em 1988.

Este vertiginoso crescimento “deveu-se, em grande parte, aos pequenos agricultores que aderiram à cultura do algodão e, filiaram-se à cooperativa para a entrega da produção. Graças a esta adesão, a cotonicultura da microrregião geográfica de Campo Mourão, registrou um crescimento, tanto na área cultivada como na produção e na produtividade” (ÁVILLA, 2002, p. 89). Vale ressaltar também, que os anos 1980 marcarão o início da implantação dos complexos industriais da COAMO, com a inauguração em 1981 da indústria de óleo de Soja, a destilaria de álcool e a fiação de algodão implantadas em 1985/1986. Outra variável para explicar o crescimento de cooperados está na ampliação/territorialização de sua área geográfica, especialmente no Centro Ocidental Paranaense, no Centro Sul Paranaense, Norte Central paranaense (através da aquisição em São João do Ivaí, da Cooperativa Mista do Vale do Ivaí - COPIVA, no ano de 1986) e na região catarinense de Abelardo Luz/SC (através da incorporação em 1984, da Cooperativa Agropecuária Abelardense Ltda. - COOPERAL). Esta foi a primeira espacialização da COAMO fora do Paraná.

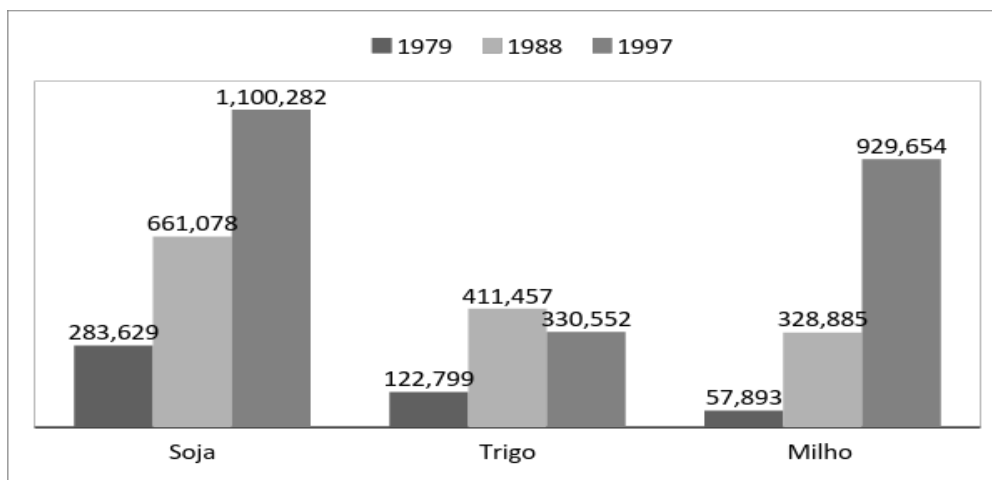
Deste modo, Souza (s.d.) compreende que o processo de territorialização não determina um apriorismo economicista, ao associar território e apropriação, ao contrário se concebe esse processo como totalidade das relações humanas que se processam no movimento histórico. Indo de encontro ao autor, pode-se afirmar que a expansão da

COAMO para a nova região catarinense no início dos anos 1980 não tem significação apenas no campo econômico. A título de exemplo, as eleições internas no ano de 1991 foram decisivamente influenciadas pela possibilidade das novas regiões incorporadas se posicionarem pela continuidade da chapa encabeçada pelo agrônomo José Aroldo Galassini. A esse respeito, o ex cooperado XYZ05 em entrevista, descreve que pela primeira vez na história da COAMO, houve disputa de chapas na eleição interna. A oposição teria perdido devido aos votos dos cooperados da região de Santa Catarina, recém incorporada, que fecharam com a chapa da situação.

Concomitantemente, o cenário da agricultura brasileira, em meio às pressões macroeconômicas (com os planos de estabilização) advindas da década de 1980, e intensificadas pelas medidas neoliberais na década de 1990, refletiu uma crise do crédito oficial para o setor rural e em especial para as cooperativas agrícolas (PADILHA, 2014). Neste contexto de recessão econômica, com restrição ao crédito e uma conjuntura macroeconômica instável, as cooperativas agropecuárias passaram por profundas dificuldades financeiras, ocasionando a quebra de dezenas no centro sul do país, algumas sendo incorporadas a outras cooperativas, ou sobrevivendo graças à injeção de recursos do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP). Entretanto, chama a atenção o fato da COAMO não necessitar dos recursos do RECOOP e continuar sua forte política de expansão territorial, seja através de capital próprio, como de terceiros, agora focada na região Oeste do Paraná, principalmente pela via da aquisição/incorporação de cooperativas que estavam em vias de liquidação, a exemplo da incorporação da Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda. (COOPAGRO) com sede em Toledo/PR, que “adicionou cerca de 1.400 membros a COAMO” (ZYLBERSZTAJN et al., 1996). Salientamos que o avanço na mesorregião Oeste estava fortemente associado ao perfil desta região no tocante a produtividade crescente de soja.

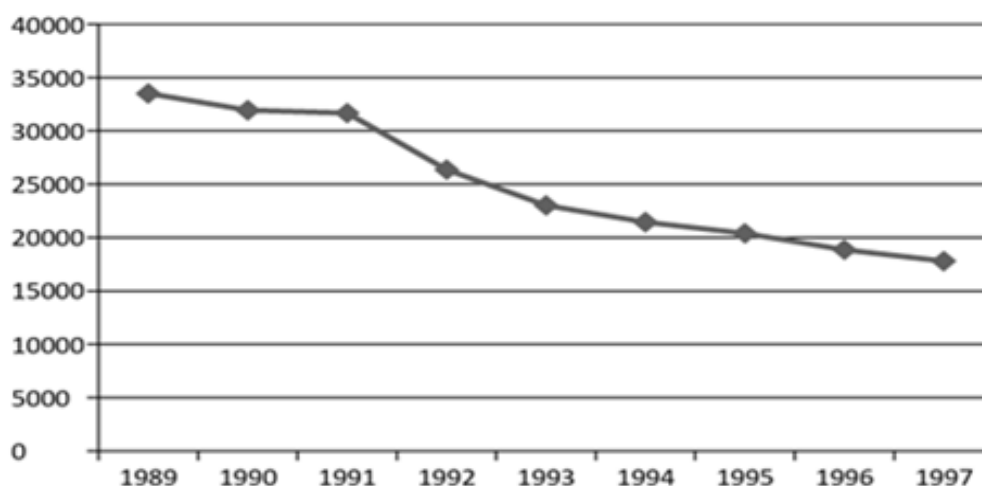
Este período também marca a virada estratégica da COAMO, no sentido de fortalecer o tripé exportação/internacionalização/industrialização, exemplificada na aquisição de uma indústria de óleo de soja da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná Ltda. (COCAP), no Porto de Paranaguá e da Criação em 1994 da *Trading* COAMO Internacional, com sede em Aruba. No entanto, e contraditoriamente, no período de 1988-1997, embora tenha expandido sua área de atuação geográfica, com a ampliação de entrepostos, tendo a quantidade de soja recebida pela cooperativa continuando a ter aumento vertiginoso, seguida pelo milho conforme Figura 1 em mais 13 municípios e consolidando a sua presença nas áreas já atuantes, constata-se drástica redução em sua base de cooperados, conforme visto na Figura 2. Dos 31.175 cooperados em 1988, passou a ter 17.788 cooperados em 1997(diminuição de 43%).

Figura 01 - Evolução do recebimento da soja, trigo e milho nos anos de 1979,1988 e 1997, em toneladas



Fonte: Azerêdo, 2016

Figura 02 - Número de cooperados da COAMO (1988-1997)



Fonte: Azerêdo, 2016

Ávila (2002, p.89) sugere que esta redução da base de cooperados da COAMO teve como principal fator a “desvinculação do produtor de algodão do quadro de associados da COAMO, devido ao declínio da cotonicultura por questões macroeconômicas”. Entendemos que essa hipótese caracteriza parcialmente a problemática.

Primeiramente, vale destacar que no ano de 1997, a estrutura fundiária destes 17.788 cooperados da COAMO tinha a seguinte representação: 18% eram minifundiários com faixas de terras de 0 a 10 hectares; 54 % eram cooperados pequenos proprietários com faixas de terra de 11 a 50 hectares; 13% eram cooperados com faixas de terra entre 51 a 100 hectares e 15% eram cooperados com faixas de terra de mais de 100 hectares (OCEPAR, 1997).

Comparando a estrutura fundiária dos cooperados COAMO nos anos de 1988 e 1997, temos as seguintes configurações:

- Houve uma desvinculação de 11.752 cooperados que possuíam faixas de terra entre 0 a 10 hectares. (Diminuição de 79%);
- Houve também redução de 6.048 sócios que possuíam faixas de terra entre 11 a 50 hectares. (Diminuição de 39%);
- Houve acréscimo de 1.706 cooperados que possuíam faixas de terra entre 50 a 100 hectares. Também aumentou em 2.707 os cooperados que possuíam faixas de terra de mais de 100 hectares

Baseado nos dados da Ocepar (1988; 1997) enfatizamos que durante este período, foram excluídos da COAMO os cooperados que eram minifundiários (de 0 a 10 hectares), havendo também uma exclusão significativa do quadro associativo dos pequenos produtores (até 50 hectares). Portanto, se reforça e consolida uma tendência da cooperativa em agregar grandes produtores visando melhorar sua rentabilidade econômica em detrimento de sua função social. No campo paranaense este processo acompanha um movimento geral do campo brasileiro de concentração fundiária e expropriação camponesa. A mesorregião Centro Ocidental paranaense, onde a territorialização da COAMO é explícita, pode-se perceber através dos dados censitários de 1995 e 2006 a da medida do índice de Gini, um elevado grau de concentração da posse da terra. A título de ilustração, entre 1985 e 1995, o número total de estabelecimentos nesta mesorregião diminuiu de 34.156 para 24.041, apontando uma redução de 30%, bem acima da média estadual de 21%. Assim como no Estado do Paraná, essa redução se deu integralmente nos estabelecimentos menores de 100 hectares e, principalmente, nos estratos até 10 hectares (IPARDES, 2004).

Portanto, diferente das décadas de 1970 e 1980, quando, segundo o entrevistado XZY05 (2015) “a COAMO pegava sócios até com 3 alqueires, ou seja, tudo que aparecia”, utilizou na década de 1990 uma estratégia clara de territorialização seletiva, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 ha, onde a ampliação e/ou concentração de terras é uma das exigências para a produção dos novos cultivos agrícolas e da tecnologia incrementada ao processo produtivo do novo modelo de produção, ou seja, uma opção “classe média rural” e pela burguesia agrária³. Entretanto, além de seletiva, era uma estratégia claramente excludente, onde ao expulsar milhares de pequenos camponeses, a COAMO foi sujeito ativo na desconstrução de um território camponês, para a superposição de um território formado pela média-grande burguesia rural, havendo portanto um processo de territorialização capitalista - desterritorialização camponesa (OLIVEIRA, 1999).

³ “No transcorrer da sua evolução histórica, acompanhando todas as vicissitudes da política econômica do país e do exterior, a COAMO estruturou-se como uma mega empresa capitalista, distanciando-se do dogma do cooperativismo. Como empresa capitalista o seu principal objetivo é obter lucro em seus empreendimentos”. (ÁVILA, 2002, p.100).

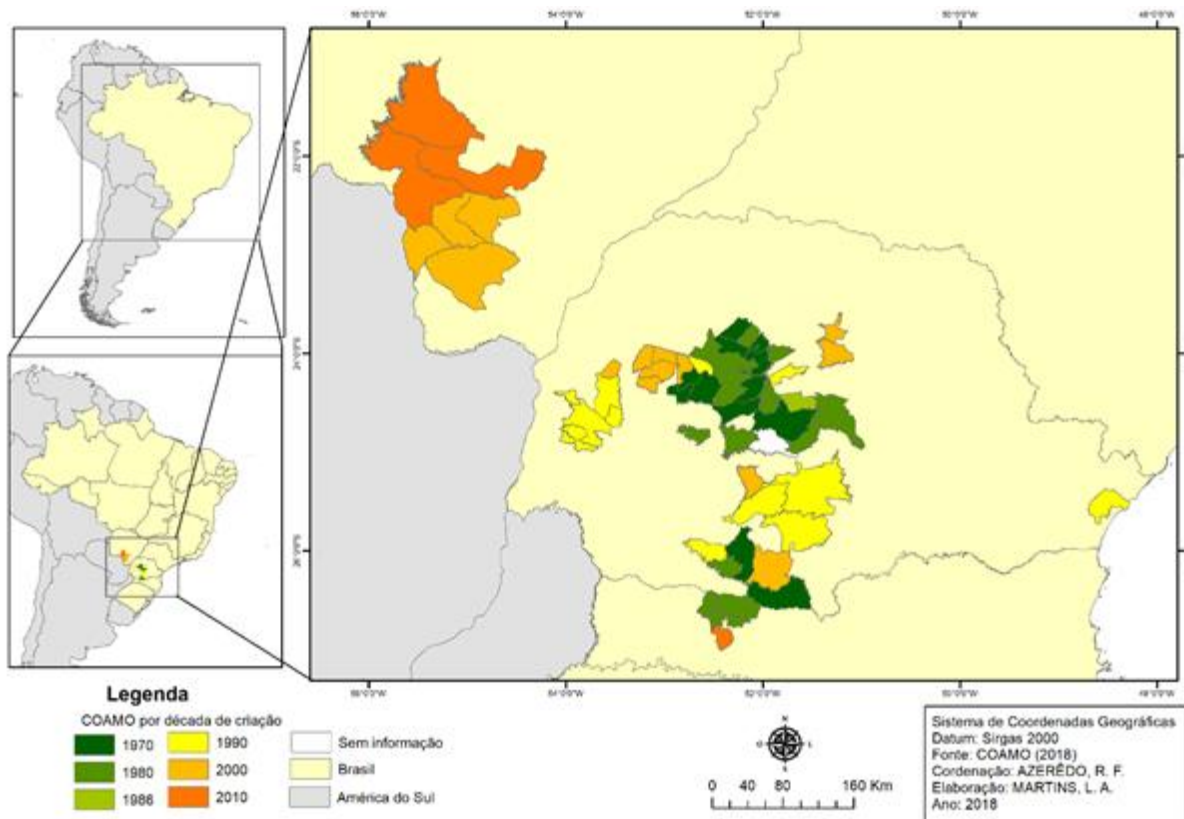
Eles [diretoria da COAMO] te falavam: A COAMO te convidava a se retirar do quadro de associado da cooperativa, porque hoje a COAMO não tem interesse no seu perfil de associado! [...] Assim a cooperativa começou a cortar os pequenos produtores [...] não tinham mais necessidade, não davam futuro a COAMO [...] produtores de 2 alqueires a 5 alqueires já não tinha mais valor. Esse corte foi em toda região que a COAMO abrangesse. (Entrevistado XZY05, 2015)

Já na virada do Séc. XXI, há uma nova fase do cooperativismo brasileiro⁴, com retomada de aumentos do fornecimento de crédito rural para as cooperativas por parte do Estado (PADILHA, 2014), que coincide com a expansão da soja nos anos 2000 (CHRISTOFOLI, 2009). No entanto, a COAMO continuou a pôr em prática uma política de redução da base de cooperados. Em 1997 a cooperativa tinha 17.788 cooperados, passando em 2002 para 16.986 cooperados, o que significou uma diminuição de 802 cooperados de seu quadro social.

Somente a partir de 2002, a COAMO retomaria o crescimento na sua base de cooperados, saltando de 16.986 cooperados neste ano, para 27.398 cooperados em 2014, correspondente a um aumento de 10.412 cooperados. Somente a incorporação da cooperativa COAGEL (com seus 5 entrepostos) em 2011, resultou em quase 2.000 novos cooperados na base da COAMO. Deste modo, a COAMO segue o mesmo padrão da década de 1990, uma lógica produtiva capitalista com seletividade de cooperados (enfocando no crescimento da burguesia agrária em seu interior) e processo de crescimento via expansão territorial, para a região de fronteira agrícola do Mato Grosso do Sul, conforme Figura 3.

⁴ Para nós, o contexto brasileiro de fortalecimento do segmento agroindustrial foi fator importante para que em 2003, a COAMO realizasse uma reforma estatutária com alteração da razão social, passando a denominar-se COAMO Agroindustrial Cooperativa

Figura 03- Área de atuação e espacialização geográfica dos entrepostos da Cooperativa Agroindustrial COAMO ao longo das décadas



Fonte: AZERÊDO; MARTINS, 2018

Por fim, no período de 2002 a 2014, a COAMO aprofundou sua estratégia de ampliar a estratégia de controle territorial via ampliação da estrutura de armazenagem estática, saltando de 2,59 milhões de toneladas para 5,8 milhões de toneladas; melhoria da eficiência técnica, tendo em 2014, 270 profissionais da área de assistência técnica aos cooperados (proporção de 101 cooperados para 1 funcionário) e tendo recebido 7 milhões de toneladas de produtos agrícolas (com destaque para a soja), cerca de 3,6% da produção agrícola brasileira e 16% da produção paranaense (COAMO, 2015), gerenciando uma extensão territorial de 4 milhões de hectares em 2014 (quase o tamanho do Estado do Rio de Janeiro).

Na aparência, a Coamo adotaria uma estratégia supostamente contraditória, mas no fundo, complementar, de expansão-exclusão, que combina períodos de ampliação do controle territorial, preferentemente via incorporação/aquisição de cooperativas em processo de liquidação, alternada com períodos de seletividade, em que promove mecanismos de redução do corpo de associados mediante aplicação de mecanismos seletivos/excludentes que priorizam os produtores mais eficientes de acordo com o padrão técnico capitalista dominante no setor. Ou seja, aproveitam-se oportunidades de baixo investimento na

captação de associados, e de ampliação da base territorial de ação da cooperativa, buscando para isso incorporar a base social de cooperativas em crise, para num segundo momento proceder à exclusão da parcela menos competitiva dessa mesma base social incorporada. Além disso, há um permanente esforço para melhorias na eficiência gerencial em toda sua base social.

Traços gerais da eficiência gerencial da COAMO

Como vimos, a COAMO sempre esteve fortemente imbricada num modelo agrícola centrado em culturas de exportação, sobretudo a soja. Em linhas gerais, o transcurso da década de 90 acelerou em grande medida a internacionalização do agronegócio brasileiro, com a crescente entrada do capital estrangeiro nas cadeias agroalimentares, quanto da instalação de unidades e aquisição de terra (SAUER; LEITE, 2012). Já o capital nacional agrícola - especialmente as cooperativas agrícolas paranaenses (criadas e apoiadas continuamente pelo Estado) e no caso específico a COAMO, teve desde seu nascedouro uma estratégia clara de comoditização, e para isso a capilaridade (volume) no recebimento de grãos era fundamental. Destacamos que tal objetivo foi obtido ao longo de décadas, amparadas em metas estritas de produtividade de seu corpo técnico, em ações agressivas de territorialização e exclusão do campesinato pobre de seu quadro social, e na adoção de métodos organizacionais burocráticos, que aperfeiçoaram nos moldes capitalistas, a inserção da cooperativa no mercado internacional para alocação de sua produção especializada (leia-se grãos), permitindo uma posição privilegiada no conjunto do agronegócio brasileiro e mundial. Obviamente, essa estratégia poderia ter sido malsucedida, mas não o foi.

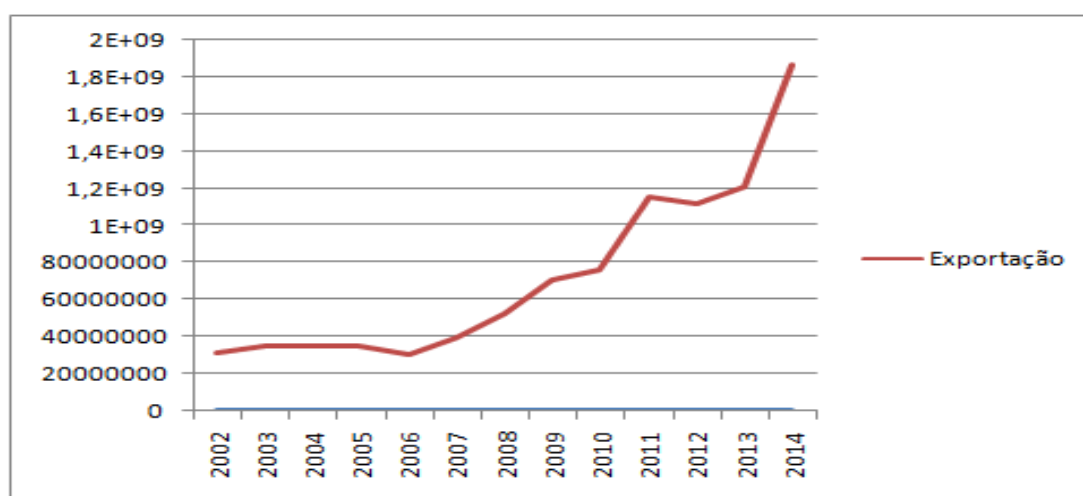
Dentre as estratégias de eficiência gerencial, observa-se que a COAMO, desde seu início, se embasou numa estratégia de crescimento visando o mercado externo, e para isso especializou-se em poucos produtos, associados a políticas rigorosas de baixar custos e ampliar cada vez mais o volume de produtos recebidos. Para isso, a cooperativa utilizou de agressiva expansão horizontal/territorialização assumindo a estrutura e parte dos cooperados de 11 cooperativas em processo de quebra/liquidação.

Ademais, a COAMO optou claramente por verticalizar sua atuação em vistas do mercado internacional, destino principal da soja colhida no Brasil. Essa estratégia buscou se apropriar dos ganhos obtidos com variações cambiais, bem como do acesso a mercados e, possivelmente, de condições financeiras favoráveis obtidas internacionalmente

(CHRISTOFFOLI, 2009). Para isso, criou *trading* própria, sediada em conhecido paraíso fiscal, de forma a se tornar independente das grandes *trading companies*.

A julgar pelos dados econômico-financeiros da cooperativa, foi plenamente sucedida em seu intento. Conforme demonstra Denker (2009) e Farias (2015), pode-se observar que a COAMO teve um volume de exportação significativo, principalmente originários do complexo soja (produtos agrícolas e/ou industrializados associados), percebe-se que os índices financeiro-econômicos da cooperativa apresentaram gradativo crescimento, influenciados pelo câmbio favorável dos preços das commodities. Com base nos dados apresentados, a Figura 4, analisa a evolução as receitas via exportações entre 2002 a 2014.

Figura 04 - Evolução das receitas da COAMO via exportação em US\$ (em milhões)



Fonte: Azerêdo (2016)

Neste sentido, chamamos a atenção que no decorrer da sua expansão, a COAMO desenvolveu e desenvolve claramente uma estratégia de comoditização e com uma tentativa, a ela associada, de industrialização/agregação de valor do complexo soja, especialmente com o farelo de soja. A título de exemplo, em 2011, a COAMO exportou 2.590.000 toneladas de produtos agrícolas industrializados e *in natura*, alcançando uma receita de US\$ 1,15 bilhão, representando cerca de 30% da receita total da cooperativa neste ano. Deste total de produtos exportados, o farelo de soja representava 39% (com 1,00 milhão de toneladas), a soja *in natura* 43% (com 1,11 milhão de toneladas), o óleo de soja bruto 2% (com 55,81 mil toneladas) e o milho com 5% (com 128,20 mil toneladas). Do total das exportações da COAMO neste ano, 92,35% foram através da trading COAMO Internacional A.V.V.

Ressaltamos que a estratégia de territorialização e expansão territorial articulada a estratégia de comoditização, é a principal estratégia para contínua pujança da COAMO. Apontamos que a internacionalização do mercado agrícola, impulsionou uma tendência e

fortalecimento do crescimento vertical (industrialização) a partir de 1981 na cooperativa. Conforme dados dos demonstrativos financeiros da COAMO e da pesquisa de Farias (2015), constata-se que a partir de 2001, o setor industrial cresceu significativamente, sendo responsável pela maior parcela das receitas da cooperativa.

Adiantamos que a industrialização para o consumidor final não é o principal foco da cooperativa, o que constatamos ao perceber o percentual ínfimo deste item perante as receitas globais da cooperativa. Contudo, que por mais que a industrialização da cooperativa esteja concentrada na internacionalização e comoditização, percebe-se que a partir da década de 2000, a cooperativa vem fazendo um movimento no sentido de reduzir sua dependência do mercado externo e aumentar a margem dos produtos comercializados, através da industrialização e criação de marcas com venda aos consumidores finais. Essa inflexão pode ainda não ser o foco e dominante, mas já é clara. Os produtos COAMO já são reconhecidos pelos consumidores internos (por exemplo, pesquisas recentes indicam 3ª posição como marca mais lembrada para óleos e margarinas).

No tocante à propalada eficiência econômica da COAMO, ressaltamos o controle draconiano da cooperativa sobre a produção dos cooperados e em sua fidelidade à mesma, aliada a uma estrita vigilância e disciplina laboral sobre seus assalariados, e a um programa de metas audacioso e crescente visando melhorias estruturais em sua posição competitiva.

A COAMO faz uma pressão tão grande com o funcionário em nível de entreposto (a exemplo do agrônomo), que ele não consegue fazer amizade com o agrônomo de outra cooperativa. A doutrinação é diariamente. Um exemplo é a campanha de venda de insumos, quando mostra dados de outro agrônomo, coloca o concorrente como inimigo. [...] A COAMO tem uma visão muito egoísta do associado. Ela entende que o cooperado é uma propriedade dela. Por isso que o agrônomo quando está lá dentro, fica bitolado. Há uma pressão enorme que aquele produtor é teu (Entrevistado ZXY08, 2015)

De acordo com os entrevistados, os funcionários são treinados e focados em atingir tais metas, por exemplo, escrutinando o cadastro (movimentação) dos cooperados e estabelecendo metas de compras de insumos e venda de produtos agrícolas, numa política de controle dos mesmos.

A diversificação não é bem quista pela COAMO. Não é interessante! Ela não incentiva! Também destaca-se a forte política de fidelizar o cooperado (nas operações de compra e venda) com a cooperativa. (entrevistado ZXY08). ZXY05, relata um caso emblemático de um atual cooperado da COAMO, que em sua área produtiva, iniciou uma diversificação da produção, produzindo mandioca. E de vez ou outra, o agrônomo da COAMO fazia o seguinte questionamento – O senhor tem X tamanho de área, poderia está aumentando a produtividade (leia-se soja), deveria está comprando X quantidade de insumos, deveria está entregando X quantidade de soja (AZERÊDO, 2016, p.94)

Chamamos a atenção para o fato de que esta política de controle dos cooperados é de extrema importância para a cooperativa, pois o grande número de associados e da orientação de produção especializada e volumosa de recebimento de grãos, garantiu/garante a cooperativa barganhar com fornecedores suas compras, especialmente os insumos químicos⁵. Como afirma Zandonadi (2011) o fator de grande ganho para cooperativa “é saber comprar devido aos grandes volumes e o fato da mesma ser capitalizada, a cooperativa efetua pagamento antecipado de suas compras”. Neste ponto Galassini em entrevista ao autor citado, faz uma analogia com uma toalha molhada, sobre o diferencial da COAMO durante o processo de negociação para compras da cooperativa junto a seus fornecedores:

[...] nosso processo de compra é como uma toalha molhada, após torcê-la e sair toda a água desta toalha e nada mais sair, podemos torcê-la mais um pouco que alguma gota de água ainda sairá e esta gota que a COAMO quer e consegue. Esta gota só a COAMO tem e consegue tirar, porque o mercado sabe que a COAMO vai pagar, é séria e tem volume, comprar todo mundo compra, o essencial que a COAMO faz é comprar bem e poucos o fazem. Então se ganha em escala e na forma de compra, seja pagamento à vista, antecipado ou outra forma de pagamento. (ZANDONADI, 2011, p. 36).

Entretanto, apesar da COAMO, através do seu volume de compras, ter barganhando preço final dos insumos, o entrevistado ZXY08 discorre que a política de preços iguais por parte dos cooperados (seja pequenos ou grandes) na compra desses insumos, em certa medida, não é 100%. Esta é exemplificada através da política dos cooperados VIP⁶, onde o preço mais baixo dos insumos é transferido para os grandes cooperados da COAMO, através de descontos concedidos em nível de gerência do entreposto. Concomitantemente, entendemos que, a mercê dos elevados preços dos insumos (repassados pelo valor cheio) aos pequenos cooperados, aliados com a escassa assistência técnica da cooperativa a este perfil e os ditames tecnocráticos impostos pela cooperativa, são fatores que consideramos parte da explicação sobre a enxurrada de cooperados excluídos/expropriados da COAMO entre 1988 e 1997 e conseqüentemente a admissão de novos cooperados com perfis associados a burguesia agrária, vista na seção anterior.

⁵ Pelo fato da cooperativa efetuar compras em grandes volumes de insumos agrícolas, o principal produto adquirido pela cooperativa, esta possui poder de barganha frente a fornecedores, mesmo efetuando compras de diversas empresas, seus valores expressivos, seu conceito no mercado e as condições de pagamento a diferenciam no mercado, existindo produtos substitutos no mercado o poder de negociação da cooperativa é ainda maior. (ZANDONADI, 2011, p. 36)

⁶A COAMO engloba cerca de 10 grandes cooperados em cada cidade, e tem um agrônomo que irá atendê-los uma ou duas vezes por semana. Esse cooperado que foi convidado para ser VIP ele tem que comprar e entregar 100% na COAMO, fazer projetos, etc. Têm essa regalia, mas paga um valor mensal. Esse grupo tem desconto nos insumos e não pagam para elaboração de projeto de custeio da safra.

Dependência de capital de terceiros e retenção de sobras na capitalização da cooperativa

Esta seção reforça a tese que no processo da Revolução Verde, a necessidade do crédito foi colocada como axioma fundamental para a criação, manutenção e alavancagem da taxa média de lucro da produção agrícola. Neste sentido, observamos que o processo de acumulação de capital da COAMO e suas respectivas estratégias de financiamento, foram especialmente através de capital de terceiros, atrelados as estratégias de capital próprio.

O conjunto de dados dos relatórios de gestão da cooperativa, constata extrema dependência do capital de terceiros. Esta proveio de expressivos e contínuos financiamentos ao longo da história, especialmente do Estado, onde ela pôde consolidar sua estratégia de territorialização e ampliação do capital fixo (entrepósitos cooperativos, plantas industriais) e conseqüentemente modernizar as estruturas de comercialização, rede de insumos e bens de fornecimento aos cooperados. A título de exemplo, em 2002 a cooperativa apresentava o débito de R\$ 452.987.962,00 com as agências financeiras, já em 2014 este débito praticamente quadruplicou, alcançando R\$ 1.767.539.000,00.

o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou a Coamo para diversos investimentos, desde ampliação de capacidade de unidades de armazenamento, até instalação e modernização de sua agroindústria. Do ano de 1995 até 2014, a Coamo já financiou, junto com o BNDES, um valor de R\$ 2.023.626.927 em um total de 806 projetos (OLIVEIRA, 2016, p.92).

A partir dos mesmos demonstrativos financeiros e utilizando-se do cálculo do índice da Participação de Capital de Terceiros - PCT (TELLES, 2003), observa-se a dependência da COAMO em relação aos recursos de terceiros, onde se tem que: no ano de 2000, para cada R\$ 100,00 de capital próprio, a cooperativa utilizava R\$ 97,00 de recursos de terceiros. Já a partir de 2009 (exceto nos anos de 2010 e 2012), a cooperativa utilizou crescentes recursos de terceiros. A título de exemplo em 2014, a COAMO para cada R\$ 100,00 de capital próprio, utilizava R\$ 123,00 de recursos de terceiros. Neste sentido, podemos afirmar que a principal fonte de financiamento da cooperativa é proveniente de terceiros, que atrelada a formação do capital próprio (com a ínfima participação do capital social dos cooperados e da importante/crescente capitalização nos fundos obrigatórios e estatutários) tornam-se a base para o desenvolvimento das estratégias capitalistas da cooperativa.

No tocante à estratégia de acumulação de capital via fontes próprias, percebeu-se claramente que a cooperativa pratica uma agressiva estratégia de retenção de sobras destinadas aos fundos obrigatórios e estatutários, especialmente o Fundo de Desenvolvimento, fato que pode ser verificado na composição do patrimônio líquido da cooperativa. Tal estratégia, que para alguns autores será denominada de “capacidade de

autofinanciamento” (construída a partir de decisões gerenciais eficientes), para nós configurou-se em mecanismos de exploração que significam diretamente apropriação do valor (mais-valia) (BERNARDO, 1991; MARX, 1984) gerado pelos cooperados (muitos deles que seriam posteriormente excluídos sem restituição de quotas) por parte da tecnocracia da cooperativa, aliada ao segmento de cooperados composto por médios e grandes proprietários de terras (AZERÊDO, 2016). Tais estratégias baseadas na expropriação de pequenos cooperados, na apropriação parcial do valor gerado pela produção dos cooperados e na exploração contínua/crescente dos trabalhadores assalariados da cooperativa se tornou possível pela construção de um consenso em que a tecnocracia da COAMO adquiriu forte legitimidade perante os cooperados permitindo, desde sua constituição, fortalecer explicitamente a estrutura cooperativa, através dos volumosos percentuais retidos

Para fins de maior elucidação sobre tal estratégia da cooperativa, em 2002 a COAMO teve uma sobra líquida no exercício de R\$ 145.863.353,00, onde 37% (R\$ 54.115.361) foram disponibilizados para a assembleia geral ordinária. O restante, ou seja, 63% (R\$ 91.747.992,00) foram destinados aos fundos legais e estatutários. Destacamos que, do total de recursos destinados aos fundos, o Fundo de Desenvolvimento obteve a maior destinação com 41%, seguido de perto do Fundo de Reserva para manutenção de capital de giro com 38% (COAMO, 2002).

Seguindo a mesma estratégia, em 2014 a COAMO teve uma sobra líquida no exercício de R\$ 647.701.000,00, dos quais 40% (R\$ 258.773.000,00) foram disponibilizados para a assembleia geral ordinária. O restante, ou seja, 60% (R\$ 388.928.000,00) foram destinados aos fundos legais e estatutários. Destacamos que, do total de recursos destinados aos fundos, o fundo de desenvolvimento obteve a maior destinação com 47%, seguido de perto do FATES com 39% (COAMO, 2014).

Neste sentido, compreendemos que a estratégia de capitalização das cooperativas é considerada legítima e deve ser um instrumento utilizado para poder fazer frente às necessidades de melhoria de instalações e serviços aos cooperados e para fazer frente aos concorrentes no mercado. Contudo, uma estratégia agressiva de capitalização via fundos não divisíveis, somada a um esforço para exclusão de pequenos cooperados (muitas vezes fraudulenta, por ser contrária à vontade desses cooperados e sem o devido retorno do capital integralizado na cooperativa), caracteriza uma estratégia de crescimento por expropriação do campesinato originariamente associado a COAMO.

Com sua política de aporte de sobras aos fundos, e sua não integralização como quota parte, a COAMO enquanto instituição vai se apropriando de recursos dos cooperados e criando uma base de recursos autônoma em relação a eles, que pode ser gestada pela tecnocracia interna em detrimento da saída eventual dos cooperados, já que esses fundos

são indivisíveis. Tal estratégia explica, em parte, a evolução astronômica do patrimônio líquido da cooperativa, saltando de 385 milhões em 2000, para cerca de 3 bilhões em 2014.

Também não podemos nos furtar de destacar que, como fonte de recurso próprio, a COAMO desenvolve uma vigorosa extração de mais valia da massa de funcionários assalariados. Para melhor compreensão, a COAMO tinha em 1971, 25 funcionários, aumentando para 824 funcionários em 1979. Nas décadas de 1980 e 1990 o número de funcionários se manteve em crescente, saltando em 1988 para 3.516 e em 1997 para 3.616 funcionários. No séc. XXI a quantidade de funcionários praticamente dobrou: em 2014 a cooperativa tinha 6.726 funcionários efetivos e 1.597 terceirizados. Esses dados são fundamentais para explicarmos que a cooperativa se converte em um empresário capitalista, ainda que coletivo, que explora conjunto crescente de trabalhadores assalariados, somando-se aos trabalhadores assalariados explorados nas fazendas dos cooperados latifundiários, configurando uma massa não desprezível de trabalhadores sob comando desse capitalista cooperativo.

Considerações finais

Salientamos no decorrer das seções, que a COAMO sempre esteve centrada na especialidade de poucos produtos, associados a políticas rigorosas de baixar custos e ampliar cada vez mais o volume de produtos recebidos. Para isso adotou até o final da década de 1970 uma territorialização visando aumentar a base de cooperados e incorporar novas áreas agrícolas, que a permitisse controlar uma rede capilarizada em grãos. Se na década de 1980 permanece a mesma estratégia descrita na década anterior, somada a guinada à industrialização da cooperativa, na década de 1990, há uma nítida inflexão na estratégia da cooperativa – a seletividade dos cooperados, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 (posteriormente 100) hectares, onde a ampliação e/ou concentração de terras seria uma das exigências para a produção rentável dos cultivos agrícolas comoditizados e da tecnologia incrementada ao processo produtivo do novo modelo de produção, ou seja, configurando na prática uma opção pela classe média rural e pela burguesia agrária. Esta estratégia teve a conseqüente enxurrada de pequenos cooperados desvinculados e/ou expulsos/expropriados da cooperativa entre 1988 e 1997, que jogados na marginalidade, no êxodo e no desemprego, foram completamente abandonados politicamente por este tipo de cooperativismo.

Ademais, constatamos que a COAMO optou, a partir da década de 1980 e ganhando força apenas no início do Séc. XXI, pela verticalização/industrialização tendo em vista o

mercado internacional, destino principal da soja colhida no Brasil. Essa estratégia buscou se apropriar dos ganhos obtidos com variações cambiais, bem como do acesso a mercados e, possivelmente, de condições financeiras favoráveis obtidas internacionalmente e para isso criou trading própria em 1994. No entanto, por mais que ainda não seja o foco principal, percebe-se que a cooperativa vem fazendo um movimento no sentido de reduzir sua dependência do mercado externo e aumentar a margem dos produtos comercializados, através da industrialização e criação de marcas aos consumidores finais.

No tocante à propalada eficiência econômica da COAMO, além dos fatores descritos, constatamos o controle draconiano exercido pela cooperativa e seus gestores tecnocráticos sobre a produção dos cooperados e em sua fidelização à mesma. Tal estratégia faz com que a cooperativa possa gerenciar atualmente uma extensão territorial de 4 milhões de hectares em 2014 (quase o tamanho do Estado do Rio de Janeiro) em “mãos” dos cooperados. Também destacamos uma estrita vigilância, disciplina laboral e extração de mais valia sobre seus assalariados, que articulado a um programa de metas audacioso e crescente visa permanentemente melhorias estruturais em sua posição competitiva.

Por fim, constatamos que a estrutura emergida pela COAMO tem extrema dependência de capital de terceiros (agências financeiras). Esta foi proveniente de expressivos e contínuos financiamentos ao longo da história, especialmente do Estado, onde pôde consolidar suas estratégias descritas de territorialização e ampliação do capital fixo (entrepósitos cooperativos, plantas industriais) e conseqüentemente modernizar as estruturas de comercialização, rede de insumos e bens de fornecimento aos cooperados. Já a estratégia de acumulação de capital via fontes próprias, viu-se claramente que sob o comando desse “capitalista coletivo” há uma prática agressiva de retenção de sobras destinadas para os fundos obrigatórios e estatutários, especialmente o Fundo de Desenvolvimento, através da qual a cooperativa se apropria de recursos dos cooperados e cria uma base de recursos autônoma em relação a eles, a qual pode ser gestada pela burocracia interna em detrimento da saída eventual dos cooperados, já que tais fundos são indivisíveis.

Destacamos o mérito e relevância da COAMO em ter se constituído como a maior cooperativa da América latina, de ter construído uma série de estratégias capitalistas eficazes que lhe asseguram contínuo crescimento. Entretanto, como vimos tudo isso se deu à custa de exploração e expropriação, dentre outras contradições, e isso não pode ser desconsiderado, visto ela se utilizar do formato cooperativo.

Referências

ANDRADE, Á. **Poder. Estado e Capital nos processos de Des-Re-Territorialização no campo da microrregião geográfica de Campo Mourão** - PR. Maringá: UEM, 2013. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia).

AS 400 MAIORES do agronegócio brasileiro, **Revista Exame**, São Paulo, ed. 2014, p. 594-611, jun. 2014.

ÁVILA, J. L. **A COAMO e o desenvolvimento geoeconômico da região de Campo Mourão**. 2002. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM/DGE, Maringá, 2002.

AZERÊDO, R. F. **Agronegócio cooperativo da COAMO: territorialização, poder e controle**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Universidade Estadual Júlio de Mesquita, 2016.

BANCO DE DADOS COOPERATIVISTA. Curitiba: EMATER/OCEPAR, 1979-1997.
COAMO. Agroindustrial Cooperativa. 2016. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br>>
Acesso em: mai. 2018.

BENETTI, M. D. Análise da capitalização na sociedade cooperativa: o exercício da transformação do paradoxo no senso comum. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, p. 47-63, 1983.

BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CHRISTOFFOLI, P. I. **O Processo Produtivo Capitalista na Agricultura e a Introdução dos Organismos Geneticamente Modificados: o caso da cultura da soja Roundup Ready (RR) no Brasil**. Brasília, Tese de Doutorado, UNB, 2009.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone; UNICAMP, 1985.

_____. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)**, Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2012

DENKER, N. **A expansão e crescimento da COAMO Agroindustrial Cooperativa Ltda**. Curitiba: UFPR, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico).

FAJARDO, S. Complexo Agroindustrial, Modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no Estado do Paraná. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 31-44, 2008.

_____. **Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense**, Guarapuava: Unicentro, 2008.

_____. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **Revista Caminhos de Geografia**. v. 4, n. 17, p. 31 - 47, fev./2006.

FARIAS, F. R. **A Dinâmica Geoeconômica do Cooperativismo Agropecuário do Sul do Brasil**. Florianópolis, Tese de Doutorado, UFSC, 2015.,

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais Mesorregião Centro-Ocidental Geográfica Paranaense**. Curitiba. 2004

MARX, K. **O capital – crítica da economia política**. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Série “Os Economistas”).

MUZILLI, O. A assistência agrônômica no Estado do Paraná, **Cadernos de Difusão Tecnológica**. Brasília, ano 6, n.1, p. 141-147, jan./abr. 1989.

OLIVEIRA, D G. **Coamo e Coagel**: Expansão e formação do cooperativismo agroindustrial na mesorregião centro ocidental paranaense. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Francisco Beltrão, 2016.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: ALESSANDRI A. F. C. (Org.). Novos rumos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

PADILHA, W. **O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias. 2014**. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RICKEN, J.R. **A integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. Dissertação de Mestrado, FGV, Rio de Janeiro, 2009.

SAUER, S; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 3, Setembro 2012, pp. 503-524.

SETTI, E. O. **Cooperativismo Paranaense**: Ocepar 40 anos construindo o futuro. Curitiba: Ocepar, 2011.

_____. **COAMO 40 anos**. Campo Mourão: [s.n.], 2010. (Edição por encomenda).

SOUZA, J. G. **Acumulação por espolição e monopolização do território** (A questão indígena e a economia política do agronegócio). 2013. UNESP, Rio Claro/SP.

ZYLBERSZTAJN, D.; LAZZARINI, S. G.; BIALOSKORSKI, S. **Cooperativa COAMO**: Gerenciando os Conflitos do Crescimento. Estudo de caso apresentado no VI Seminário Internacional PENSA de Agrobusiness, Canela, 1996.

Sobre os autores

Raoni Fernandes Azerêdo – Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - UNESP-IPPRI/ENFF; Atualmente é professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Alenquer, Pará. **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-4088-7430>

Pedro Ivan Christoffoli – Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (1986); Especialização em Cooperativismo pela Universidade UNISINOS (1996); Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2000); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável Universidade de Brasília (UNB) (2009); Atualmente é professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS) e do

Programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - UNESP-IPPRI/ENFF.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1956-2674>

Como citar este artigo

AZERÊDO, Raoni Fernandes; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa . **Revista NERA**, vol. 21, n. 45, p. 72-93, dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas coletivamente. O autor **Raoni Fernandes Azerêdo** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados; o autor **Pedro Ivan Christoffoli** pelo desenvolvimento teóricoconceitual; por fim os autores coletivamente interpretaram e analisaram, assim como os procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 09 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 17 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 09 de junho de 2018.

Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista

Fernanda Aparecida Matheus

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) – São Paulo, São Paulo, Brasil
e-mail: manuelasaenz13@gmail.com

Carlos Alberto Feliciano

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) – São Paulo, São Paulo, Brasil. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) - Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: carlos.feliciano@unesp.br

Resumo

O presente artigo tem a finalidade de destacar alguns aspectos da pesquisa realizada na região Sudoeste Paulista, no período de novembro de 2015 a novembro de 2017, que resultou na dissertação de mestrado intitulada “ciência, terra e poder: uso e apropriação territorial da terra pública pelo capital no Sudoeste Paulista”. O foco das análises está voltado para a compreensão do processo de privatização da terra pública, como elemento primordial para a constituição da propriedade privada e da concentração fundiária no Brasil, fundamentando as bases do latifúndio e do agronegócio; para o debate sobre a função socioambiental da terra, de modo particular da terra pública e a necessidade de propor formas de destinação da terra pública, a partir da perspectiva de um projeto de desenvolvimento societário pautado pela justiça social, econômica e ambiental.

Palavras-chave: Terras públicas; desenvolvimento territorial; função socioambiental.

Science, land and power: use and territorial appropriation of the public land at the Southwest Paulista

Abstract

The purpose of this article is to highlight some aspects of the research fulfilled at the Southwest region of São Paulo, in the period of november of 2015 to November of 2017, wich resulted in a master thesis entitled “Science, land and power: use and appropriation of public lands by capital in the Southwest Paulista”. The focus of the analyzes are turned to the understanding of the privatization process of public land; as a primordial element to the constitution of private property and land concentration in Brazil, basing the foundations of latifundio and agribusiness; for the debate about the socio and environmental function of the land, in a particular way of the public land the necessity of suggest ways to the public land destination from the perspective of a social development project based by social, economic and environmental justice.

Keywords: Public lands; territorial development; socio and environmental function.

Ciencia, tierra y poder: uso y apropiación de las tierras públicas en el Suroeste Paulista

Resumen

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 21, n. 45, pp. 94-121	Dossiê - 2018	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	--------------------------	---------------	-----------------

El presente artículo tiene la finalidad de despegar algunos aspectos de la pesquisa realizada en la región Suroeste Paulista, en el período de noviembre de 2015 a noviembre de 2017, que resultó en la disertación titulada “Ciencia, tierra y poder: uso y apropiación de la tierra pública por el capital en el Suroeste Paulista”. El foco de los análisis está orientado a la comprensión del proceso de privatización de la tierra pública, como elemento primordial para la constitución de la propiedad privada y de la concentración agraria en Brasil, fundamentando las bases del latifundio y del agronegocio, para el debate sobre la función socio ambiental de la tierra, de modo particular de la tierra pública y la necesidad de proponer formas de destino de la tierra pública, desde la perspectiva de un proyecto de desarrollo societario pautado por la justicia social, económica y ambiental.

Palabras clave: Tierras públicas; agronegocio; desarrollo territorial; función socio ambiental.

Introdução

O presente trabalho discute aspectos da temática abordada na pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada “Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas pelo capital no Sudoeste Paulista”. O desenvolvimento da referida pesquisa foi conduzida pelos objetivos de estudar a questão agrária e suas interfaces com a concepção de desenvolvimento territorial em pauta, atualmente, com o interesse do latifúndio/agronegócio em se apropriar das terras públicas e o papel desempenhado pelo Estado em reservar e disponibilizar terras para a expansão territorial da agricultura capitalista ao longo da história; debater a questão das terras públicas, na região Sudoeste Paulista, analisando como estas se inserem no debate sobre os projetos de desenvolvimento em disputa e o papel que cumprem no contexto das discussões sobre a função socioambiental da terra e da produção científica.

A pesquisa foi desenvolvida na região Sudoeste do estado de São Paulo, onde está localizada a fazenda Pirituba, adquirida na década de 1950, pelo governo estadual e destinada para projeto de colonização com o objetivo de introduzir a cultura tritícola no estado de São Paulo, um caso emblemático de disputas e conflitos pela posse da terra pública, desde então, estendendo-se aos dias atuais. Em 2014, a ocupação realizada pelo MST, em um remanescente da fazenda Pirituba, sob posse da Estação Experimental de Itapeva, domínio do Instituto Florestal - IF, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado São Paulo (SMA), marca a retomada e ao mesmo tempo a continuidade dos processos de luta pela terra na região, que tem como marca fundamental a disputa pelas áreas públicas estaduais.

A motivação para propor o debate sobre a função socioambiental das terras públicas, decorre, primeiramente, da compreensão de que o patrimônio público deve contribuir para um projeto de desenvolvimento pautado pelos princípios do bem-estar

coletivo, atendimento às necessidades básicas dos seres humanos, promoção da justiça e igualdade social, econômica e territorial e acesso ao ambiente saudável.

O segundo aspecto está relacionado ao fato, de que majoritariamente, estas áreas, na região Sudoeste Paulista, estão formalmente destinadas a atividades de pesquisa, experimentação, conservação e educação ambiental. Havendo, porém, questionamentos quanto ao cumprimento destas funções, visto estarem recobertas com monocultivos de pinus, no caso das áreas do IF/SMA, ou encontram-se griladas sob posse de empresas do agronegócio, no caso das áreas da Universidade de São Paulo (USP).

O fato das áreas destinadas a pesquisa, experimentação e conservação ambiental apresentarem uma paisagem dos monocultivos de pinus, sob alegação de que compõe uma pauta de pesquisa pública ou sendo utilizadas pelo agronegócio, também traz para o debate o questionamento sobre a modelo e a função da produção científica e tecnológica. Corroborar a pertinência do debate sobre a função socioambiental da terra pública e a indagação sobre o papel da ciência como elemento de legitimação e de promoção de um modelo de desenvolvimento vinculado aos interesses do latifúndio/agronegócio.

Como ponto de partida optamos por discorrer sobre as bases políticas e jurídicas da estrutura fundiária centrada na propriedade privada da terra e na lógica do latifúndio, consolidada pela promulgação da Lei de Terras de 1850, que promoveu o processo de privatização das terras públicas, criou as bases jurídicas para o ordenamento da propriedade privada da terra e legitimou a concentração do latifúndio e a exclusão da massa de trabalhadores da possibilidade de acesso à posse e propriedade da terra (SILVA, 2008; MARTINS, 2010). Bases fundamentais do latifúndio, vigentes até os dias atuais, dissimuladas pelo discurso da modernidade do agronegócio e sustentadas pelas imbricações entre as políticas de Estado e os interesses do capital (FERNANDES, 2007; BRUNO, 2008).

Buscamos, também, compreender a fundamentação teórica e política do projeto de desenvolvimento hegemônico do capital para o campo e como seus discursos, políticas e programas permeiam os debates sobre questão agrária e concentração fundiária, reforma agrária, sustentabilidade, papel do Estado e produção científica e tecnológica, como elemento de poder, de justificativa e sustentação do paradigma de desenvolvimento hegemônico pelo capital, na perspectiva de contestar tais fundamentos e pautar como contraponto, as bases para um projeto de desenvolvimento orientado pelos princípios democráticos, de atendimento das necessidades fundamentais dos seres humanos e da conservação ambiental.

No tocante às questões relacionadas a posse, propriedade e domínio das terras públicas, aprofundamos o debate sobre a função socioambiental da terra pública, como mecanismo de enfrentamento ao entendimento do Estado brasileiro do bem público como

reserva de patrimonial e com função arrecadatória, sem necessidade de atender demandas da sociedade visando equalizar disparidades sociais, econômicas e territoriais (MARÉS, 2003; CARDOSO, 2010). A compilação de informações sobre as áreas públicas localizadas na região, quanto a posse, propriedade, domínio e o uso/função possibilitou construir um panorama sobre a situação atual, as disputas e conflitos relacionados a estas.

O tópico referente às alternativas de destinação e uso das terras públicas na região Sudoeste Paulista propôs uma reflexão sobre as possibilidades de destinação das terras públicas, para fins de assentamento de trabalhadores rurais sem terras; elencando elementos considerados relevantes para o debate sobre a função socioambiental da terra, mais especificamente da terra pública, como instrumento para alcançar a justiça social, econômica e ambiental. A questão da reforma agrária foi inserida no contexto do debate sobre o papel e a importância das terras públicas para o desenvolvimento econômico, social e técnico científico para o estado de São Paulo em contraposição à proposição de privatização dos imóveis públicos estaduais em curso, dirigido pelo poder executivo, com apoio da ala majoritária do poder legislativo.

Os procedimentos metodológicos para realização desta pesquisa, no transcurso de 24 meses, de novembro de 2015 à novembro de 2017, se deu mediante a participação efetiva em diversos momentos envolvendo a temática: reuniões nos acampamentos Nova Esperança e 08 de março, reuniões da coordenação do MST e do MST com instituições governamentais - Instituto de Terras do estado de São Paulo (ITESP) e Instituto Florestal (IF) e instituições de ensino e pesquisa e extensão, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo (ESALQ/USP); visitas à Estação Experimental de Itapeva – EEx. Itapeva, municípios de Itapeva/Itaberá e à Fazenda Can Can – município de Riversul, para averiguação in loco das situações de conflitos e disputas relacionados à posse e uso da terra.

A revisão bibliográfica e documental, incluiu: diário oficial do estado de São Paulo; páginas institucionais do Instituto Florestal/Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE e MST; relatórios relacionados ao Plano de Valorização das Terras Públicas – PVTP; ação de reintegração de posse com pedido de liminar de condenação em perdas e danos”, movida, em abril de 2014, pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) em função da ocupação da EEx. Itapeva, por trabalhadores rurais sem terras; comunicados da administração da EEx. Itapeva à PGE; legislação – Lei 16.260/2016, Lei 13.338/2016 e Lei 16.115/2016; banco de dados – Dataluta e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O trabalho de campo contou com entrevistas realizadas a partir de um roteiro de temas, abrangendo aspectos relacionados a posse, uso, disputas e conflitos relacionados as

terras públicas, questão agrária, desenvolvimento e história da luta pela terra na região. Para o registro das entrevistas utilizou-se cadernos de campo.

Privatização da terra pública e a constituição e consolidação do latifúndio no Brasil

A análise da questão agrária no Brasil, desde os primórdios da implantação do sistema sesmarial, passando pelo processo de promulgação da Lei 601, de 18 de agosto de 1850, conhecida como Lei de Terras de 1850, atesta que a propriedade da terra no Brasil, tem origem no processo de privatização da terra pública. “Uma das características da constituição da propriedade da terra no Brasil é que a propriedade territorial se constitui fundamentalmente a partir do patrimônio público” (SILVA, 2008, p.19).

Tal dinâmica teve início com o processo de colonização, quando a Coroa portuguesa, para se apropriar das terras e garantir a ocupação territorial adota o sistema de Sesmarias, concedendo terras públicas para exploração privada, cedendo a posse da terra a grandes posseiros, mantendo, porém, o domínio estatal.

Entretanto, foi a Lei de Terras de 1850 que possibilitou a consolidação da lógica de distribuição e manutenção de grandes extensões de terras sob posse e propriedade de uma diminuta parcela da população brasileira. Originando uma estrutura fundiária baseada no latifúndio.

É o que abre um longo período de conflitos fundiários até hoje não encerrados, pois as outras formas de aquisição da terra tornaram-se automaticamente ilegais e sujeitas a contestação judicial, salvo nos casos expressamente contemplados nas leis. Seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária. Na verdade, ela nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas não ocupadas economicamente. Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários. (MARTINS, 2010).

Ressalta-se que estas terras apropriadas pela Coroa Portuguesa e transformadas em propriedade estatal, no momento da invasão colonial eram terras habitadas e cultivadas por povos indígenas. Realidade completamente ignorada pelos colonizadores. “Para poder utilizar o instituto das sesmarias, Portugal teve que, implicitamente, desconsiderar qualquer ocupação indígena, e entender as terras brasileiras como desocupadas” (MARÉS, 2003, p. 62). De acordo com Silva (2008) os colonizadores portugueses expropriaram as terras

indígenas, utilizando métodos que incluíam: expulsar, matar e subjugar as populações que viviam neste território.

O sistema sesmarial transferido pela Coroa Portuguesa para as terras brasileiras, não condizia com a realidade encontrada na colônia, onde havia abundância de terras e a necessidade de manter o domínio territorial. Assim, o instituto das sesmarias em Portugal e no Brasil apresentavam caráter e objetivos distintos.

Enquanto o objetivo das sesmarias em Portugal era garantir que a terra se mantivesse produtiva, na colônia o instituto das sesmarias tinha o objetivo de garantir a ocupação territorial, a supremacia da posse diante das disputas com a Espanha e garantir que os trabalhadores não se tornassem proprietários de terra, garantia da disponibilidade de mão-de-obra para produção para o mercado não para a subsistência. (MARÉS, 2003, p.62).

O sistema sesmarial ao ser transplantado para a colônia, ao invés de incentivar o cultivo das terras recebidas em concessão, promoveu uma lógica de apropriação privada das terras públicas em grandes extensões, destinadas ao desenvolvimento de uma agricultura extensiva e depredatória (SILVA, 2008). O que certamente se constitui na gênese da estrutura fundiária baseada no latifúndio, para Marés (2003, p.63) “[...] as sesmarias geraram terras de especulação do poder local, e originam uma estrutura fundiária assentada no latifúndio, injusta e opressiva”.

No Brasil a propriedade da terra foi fator de promoção do sistema capitalista, numa dinâmica em que o latifúndio financiou a construção de ferrovias e a fundação de bancos, indústrias e empresas comerciais. Um capitalismo, segundo Martins (2010) sustentado ao mesmo tempo por uma tradição conservadora e fundiária e pela receptividade às inovações não somente na economia, mas também na cultura, ciências e artes.

Aqui, a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital. Foi o modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condenara ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa se modernizar. (MARTINS, 2010).

Neste contexto de constituição da propriedade privada da terra e de criação das bases para o desenvolvimento do sistema capitalista, a forma de propriedade da terra mantém uma intrínseca correlação a com organização do trabalho.

Há uma estreita relação entre propriedade da terra e organização do trabalho, em Portugal a concessão de sesmaria tinha o objetivo de distribuir terras a quem quisesse trabalhar, no Brasil ao contrário é negada a quem quer trabalhar e distribuída a quem tinha condições de explorar o trabalho alheio. (MARÉS, 2003, p.62).

Segundo Martins (2010) “o país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava.

Essa simbiose entre propriedade da terra e desenvolvimento capitalista, a partir da exploração do trabalho compulsório, seja ele escravo ou outras formas, encontradas pelo capitalismo para realizar a superexploração a força de trabalho (MARTINS, 2010) e se apropriar da renda da terra (OLIVEIRA; FARIA [2017]) atravessa o período entre o século XVI e XXI e mantém-se, como uma questão atual, originando novas disputas, ao mesmo tempo que retoma e ressignifica antigos conflitos.

Dessa forma, são processos sociais e tensões que longe de abrir mão de antigas concepções e velhas práticas a elas vem se somar refletindo, assim, um dos principais traços da sociedade brasileira – a contemporaneidade do atraso e do moderno como constitutivos de nossa formação histórica e de nosso *habitus* nacional. (BRUNO, 2008, p.83-84).

Segundo Bruno (2008), a partir dos anos 1990, se observam mudanças significativas na natureza das relações de trabalho no campo, aprofundando características fundamentais, como a intensificação do trabalho e o uso do trabalho escravo, de modo particular nas frentes de expansão do agronegócio.

Assim, de acordo com Fernandes:

Agronegócio é, portanto, o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas que contém, inclusive a agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que as grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passou por modificações, ampliações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. (FERNANDES, 2007 p. 89).

Para Oliveira e Faria:

A discussão sobre a origem da propriedade da terra e da questão agrária no Brasil não pode prescindir da afirmativa de que ela deriva dos diferentes processos históricos pelos quais o país passou. Isto quer dizer que a formação territorial brasileira é consequência do

processo através do qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração. (OLIVEIRA; FARIA, [2017]).

Dentre esses diferentes processos históricos, aos quais se referem Oliveira e Faria ([2017]), encontram-se o processo de ocupação irregular de terras devolutas e a grilagem. Terra devoluta entendida aqui, de acordo com Marés (2003, p.70), como “as legalmente não adquiridas”, portanto públicas.

Os grandes posseiros, que receberam concessão de terras da Coroa até 1850, tiveram suas posses legitimadas e transformadas em propriedade privada, mediante um conjunto de leis e regulamentos, que prepararam as condições para a promulgação da Lei 601/1850 que definia a compra, como meio exclusivo para aquisição de terras. Assim, restava aos imigrantes pobres, indígenas expropriados de suas próprias terras e aos trabalhadores africanos mantidos na condição de escravos até 1888, adquirir terras por meio da compra.

A promulgação da Lei de Terras de 1850, não interrompeu o processo de ocupação irregular das terras devolutas e ampliação dos domínios dos grandes posseiros. “De fato, a apropriação ilegal de terras devolutas continuou desenfreadamente, e o próprio governo imperial muitas vezes preferiu ignorar a política oficial de vender e cedeu gratuitamente terras públicas” (SILVA, 2008, p.197).

Segundo Silva (2008) após 1850, apesar das inúmeras iniciativas e criação de órgãos para fiscalização e regulamentação, a questão da discriminação e legalização das terras públicas não se resolvia, continuava o processo de ocupação irregular e possibilitava o uso do artifício conhecido como grilagem, que consiste no ato de forjar documentos de legitimação da posse e propriedade da terra (OLIVEIRA; FARIA, [2017]; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1999). “Genericamente, toda a ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros constitui uma grilagem ou grilo, que tem seu início em escritórios e se consolida no campo mediante a imissão na posse de terras” (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1999).

Em 1891, com a transferência da responsabilidade de legislar sobre terras devolutas para os governos estaduais, segundo Silva (2008) ao invés de solucionar a problemática e dar eficiência aos mecanismos de controle e regulamentação, o que poderia evitar e punir a grilagem, ampliou ainda mais o poder de influência dos grupos políticos locais, na questão. O que por sua vez aumentou os conflitos, as discrepâncias na aplicação das leis e regulamentos e a possibilidade de regularizar indevidamente grandes extensões de terras devolutas, como é o caso das terras da região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo (FELICIANO, 2009).

A prática da grilagem, ainda continua vigente em pleno século XXI, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1999) “a grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. Em todo o país, o total de terras sob suspeita de serem griladas é de aproximadamente 100 milhões de hectares”.

A atualidade da prática da grilagem é descrita por Oliveira (2008). Conforme relata o autor, os grileiros através da gestão de seus representantes no Congresso, obtiveram em 2005, com aprovação da Lei nº 11.196/05, a solução jurídica para legalizar até 500 hectares de terras griladas. E a MP 422, “vai autorizar o INCRA a dispensar de licitação a alienação dos imóveis públicos da União com até 15 módulos fiscais (1.500 hectares) na Amazônia Legal” (OLIVEIRA, 2008), o que representa a possibilidade dos grileiros, regularizar toda a terra grilada na região, pois as áreas maiores que 15 módulos fiscais podem ser desmembradas em áreas menores que o limite permitindo e assim obter a regularização da área total.

As análises de Oliveira (2008) corroboram a afirmativa de Silva (2008, p.360) caracterizando o latifúndio como resultado de um processo contínuo de transformação da terra pública em propriedade privada “[...] a existência do latifúndio e a da grande exploração agrícola não constituíram sobrevivências do passado, mas foram continuamente recriados durante o século XIX e até onde alcançou nossa análise no século XX”. E coloca em evidência a disposição do Estado, desde o período colonial, em criar as condições para manutenção da posse e da propriedade privada por grandes proprietários.

Assim reivindicar o princípio da função socioambiental da terra pública, é indispensável para a reparação da histórica condição de injustiça e desigualdade social, econômica que caracteriza a estrutura fundiária brasileira.

Função socioambiental da terra pública, desenvolvimento territorial e reforma agrária

O debate sobre desenvolvimento territorial se articula em torno de uma multiplicidade de dimensões da vida em sociedade, orientadas por diversas e distintas concepções de projetos societários, abordando dentre outros, aspectos relacionados a questão agrária, reforma agrária, ambiente, sustentabilidade e produção científica e tecnológica.

De acordo com Silva (2008) a lógica de desenvolvimento adotada historicamente no Brasil, de forma particular para o campo, mas com implicações para o conjunto da sociedade brasileira, tem como pilar de sustentação a prática da agricultura intensiva,

depredatória e extensiva, com base no monocultivo, delineada nos primeiros séculos da colonização, em função da grande disponibilidade de terras e da necessidade de promover a ocupação territorial. “Decorria dessas características uma fome permanente de terras, que, por sua vez, acarretava uma grande mobilidade. Arruinava-se a terra, queimavam-se as florestas e passava-se adiante, repetindo o ciclo” Silva (2008, p.56).

A correlação entre função social da terra pública e desenvolvimento é reivindicada por Cardoso (2010), com base nos princípios fundamentais estabelecidos na atual Constituição Federal do Brasil.

A definição de parâmetros constitucionais para a gestão e destinação das terras públicas, é, pois, uma exigência da Administração Pública contemporânea para o proveito do patrimônio público fundiário pela sociedade. A função social da propriedade, a garantia dos direitos fundamentais e o apoio ao desenvolvimento econômico de forma erradicar as desigualdades territoriais são fundamentos para a gestão das terras públicas. (CARDOSO, 2010, p.127).

Segundo Cardoso o princípio da função socioambiental da propriedade pública, deve ser compreendido a partir de um novo paradigma, que “se propõe a repensar a propriedade pública, como forma de democratizar seu acesso pelos grupos mais vulneráveis, assim como, sua gestão no âmbito da formulação, execução e controle das políticas públicas territoriais” Cardoso (2010, p.110). No entendimento da autora,

os imóveis públicos constituem estoque estratégico, portanto, para a redução das desigualdades sociais e territoriais e para a promoção da justiça social [...] protegendo o meio ambiente e o patrimônio histórico-cultural; apoiando o incremento ao desenvolvimento local e nacional; e promovendo a expansão e a melhoria de oferta dos serviços públicos. (CARDOSO, 2010, p.110).

Cardoso (2010) afirma que a Lei de Terras preteriu o princípio da função socioambiental da terra pública e a função de utilidade pública para fim de desenvolvimento e ordenação territorial, assim ao fazer a opção pela função arrecadatória da terra devoluta e promover sua mercantilização, abandonou o critério da efetiva utilização e da necessidade de submeter a posse e a propriedade da terra aos projetos estratégicos de nação.

Neste contexto, Marés (2003) reivindica a função socioambiental da terra pública condicionada à promoção da biodiversidade, a partir do que define como direito socioambiental, um conceito orientado para a promoção da vida em sua plenitude, mediante a democratização da terra, via reforma agrária.

No complicado final do século XX, esta ideia era mais ampla e passou a abranger, também, a proteção ao Meio Ambiente. O meio

ambiente e a necessidade humana teriam que ser o toque de Midas da reforma agrária, onde o ouro seria a vida. Vida no mais amplo espectro, animal, vegetal, mineral: vida do Planeta Terra. Esta nova visão do Direito podemos chamar de socioambiental. (MARÉS, 2003, p.100).

Para Martins (2005) o desafio da reforma agrária na atualidade, é incorporar o debate ambiental, buscando romper com as práticas reproduzidas até então nos assentamentos, em que o assentado ao produzir seus alimentos, reproduz relações ambientais insustentáveis, mantendo a lógica do modelo agrícola predominante. O autor reitera, ainda, que a reforma agrária e os assentados têm papel importante no estabelecimento de outro padrão de relação entre seres humanos, sociedade e natureza, na perspectiva de construir uma sociedade sustentável.

Segundo Martins (2005) não há como dissociar o direito ao ambiente saudável e o direito de acesso a condições dignas de trabalho e de vida em todas suas dimensões: sociais, econômicas e culturais.

Entre os direitos a ter direitos pelos quais os movimentos sociais lutam e criam novos direitos, encontram-se os relativos à vida, ao meio ambiente e ao trabalho, que acabam devidamente entrelaçados, pois não é possível a existência de vida sadia em meio ambiente degradado, como também, ambiente degradado significa a impossibilidade de as populações trabalharem. (MARTINS, 2005, p.192).

A conexão entre função das terras públicas, reforma agrária e questão ambiental proposta por Marés (2003), Cardoso (2010) e Martins (2005), se insere no âmbito do debate sobre desenvolvimento territorial, a partir de distintos pontos de vistas. E recebe distintas denominações, dentre as quais: desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural, dentre outras.

Na compreensão de Santos (2001) a reforma agrária, aliada a outras políticas e programas que visam a distribuição da renda, a promoção da saúde, a garantia de direitos previdenciários, a autodeterminação dos povos e a preservação ambiental, é entendida como imprescindível para se alcançar a democratização política e níveis de desenvolvimento desejados.

De acordo com Ramos (2001) há uma correlação direta entre a forma de apropriação e exploração da terra e a distribuição da renda e da riqueza numa sociedade, para o autor a desigual distribuição de terras contribui para o baixo nível de desenvolvimento humano “constatou que há indicações da existência de uma relação muito forte entre as variáveis indicadoras do desenvolvimento humano (saúde, educação, esperança de vida etc.) e a desigualdade da distribuição da posse da terra” Ramos (2001, p. 149).

Novaes (2001) e Lutzenberger (2001) focam suas análises em torno do vínculo entre desenvolvimento e modelo de produção científica e tecnológica. Lutzenberger questiona a matriz tecnológica predominantemente utilizada, atualmente na agricultura, baseada em um balanço energético negativo e propõe um modelo de desenvolvimento desde uma perspectiva holística e ecológica da agricultura. Na concepção do autor, faz-se necessário uma produção científica e tecnológica onde “o aperfeiçoamento não precisa ser direcionado para monoculturas gigantescas, altamente mecanizadas, com toda a parafernália dos fertilizantes comerciais e venenos sintéticos, com a produção sendo transportada pelo mundo” (LUTZENBERGER, 2001, p. 61).

Já na opinião de Novaes (2001) um projeto de desenvolvimento territorial deve buscar soluções apropriadas para cada bioma e para cada região do país, levando em consideração suas especificidades, com estratégias apoiadas na agricultura familiar, reforma agrária, convivência com o semiárido e conservação dos recursos naturais. “A base para um desenvolvimento agrário sustentável estaria, assim, em um tripé que inclui a geração e disseminação de tecnologias apropriadas, a capacitação dos agricultores e de todos os membros da família e a organização desses agricultores” (NOVAES, 2001, p. 60).

Outra noção de desenvolvimento que contribui para o debate sobre a questão da função socioambiental da terra, da reforma agrária e do modelo de produção científica e tecnológica, é abordada por Balduino (2001). Segundo a qual, uma proposta de desenvolvimento deve pautar a produção de alimentos com base na democratização da posse e propriedade da terra. O autor relaciona a concentração da propriedade da terra com as relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira, fundamentadas numa espécie de pacto entre o Estado brasileiro e os grandes proprietários de terras, para manter intocada a grande propriedade.

Em uma palavra, não se faz reforma agrária hoje porque não se quer mesmo enfrentar a grande propriedade; ao contrário, ela está mais intocada, protegida, garantida e até mais recompensada do que antes. Há um pacto de hegemonia no país para impedir que a propriedade da terra seja colocada em discussão. (BALDUÍNO, 2001, p.18).

De acordo com Oliveira (2001) as classes dominantes no Brasil encontraram meios de alcançar seu projeto de desenvolvimento sem democratizar a terra, desta forma, o Estado renunciou à reforma agrária como instrumento de democratização da terra e reparação das injustiças na sociedade brasileira. No entendimento do autor, há no Brasil uma aliança entre a burguesia e o latifúndio, favorecida em vários momentos históricos pela ação direta do Estado. Logo, o latifúndio não representou um entrave para a modernização

capitalista no campo, visto que o chamado processo de modernização da agricultura no Brasil, promoveu a fusão do latifundiário com o capitalista urbano industrial.

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país em proprietários de terra, em latifundiários. (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Entretanto, dentre as diversas abordagens sobre desenvolvimento territorial, há também posições que se contrapõem a reforma agrária como fator essencial no contexto de um projeto de desenvolvimento e/ou reafirmam uma lógica de produção científica e tecnológica pautada pelo pacote da revolução verde e da dinâmica do agronegócio. Dentre estes autores encontram-se Paterniani (2001), Navarro (2001) e Veiga (2001).

Para Paterniani (2001) os avanços científicos e tecnológicos que possibilitam a prática de uma agricultura altamente eficiente, nos padrões da revolução verde produz resultados positivos tanto do ponto de vista produtivo e econômico, quanto do ponto de vista da proteção ambiental. E pode beneficiar a agricultura familiar, desde que, inserida na lógica da agricultura empresarial.

A ciência aplicada à agricultura tem conseguido não somente aumentar a produtividade dos alimentos, mas reduzir, ou mesmo eliminar, danos ao meio ambiente. Técnicas agrícolas modernas estão aumentando a produtividade e, ao mesmo tempo, melhorando a fertilidade do solo e protegendo o meio ambiente, ar, água e terra. (PATERNIANI, 2001, p. 304).

Segundo Navarro (2001) com o fracasso da revolução verde há a necessidade de se traçar uma estratégia de desenvolvimento rural, com iniciativas institucionais distintas, conforme, as especificidades regionais, abrangendo medidas como reforma agrária, conservação dos recursos naturais e formas de sociabilidade de regiões marcadamente agrícolas. Porém, a reforma agrária deve restringir-se a região Nordeste, como forma de diminuir a pobreza extrema e combater o clientelismo político.

A reforma agrária nas regiões Norte, Sul e Sudeste é uma política não só dispensável, mas também indesejável. Para a região Norte deve-se priorizar ações que visem o manejo dos recursos naturais e para as regiões Sul/Sudeste a melhor opção é a revitalização da pequena produção, mediante políticas de crédito fundiário e financiamento para atividades produtivas, em especial para a juventude. (NAVARRO, 2001).

Segundo Veiga (2001) o desenvolvimento rural deve ser articulado em torno da maximização de manchas de dinamismo e da minimização de enclaves, valorizando o potencial local ou regional de empreendedorismo e mobilização de recursos locais,

principalmente recursos naturais e biodiversidade. E a promoção do desenvolvimento rural, na atualidade, depende de dois projetos de campo representados pelo agribusiness com a maximização da competitividade e a minimização dos custos de produção e pelas economias locais diversificadas e pluriativas, com base familiar.

Como se pode observar o debate sobre desenvolvimento está estritamente relacionado a concepção de função socioambiental da terra e da tecnologia. E a reforma agrária aparece como um dos componentes que perpassa as análises e proposições de diversos autores, seja no sentido de afirmá-la como um projeto ultrapassado ou reivindicá-la como via para a promoção do desenvolvimento social, econômico e mesmo cultural de uma sociedade. Neste sentido, aprofundar o debate sobre desenvolvimento, identificar os distintos posicionamentos teóricos e políticos na abordagem da temática é um aspecto importante na perspectiva de construir um arsenal teórico-conceitual de enfrentamento ao projeto hegemônico do agronegócio.

Situação atual das terras públicas na região Sudoeste Paulista e as possibilidades de destinação

Os nexos entre as condições de vida nas cidades com a questão agrária na atualidade, nem sempre são perceptíveis. De acordo com Gritti (2018) “com uma forte concentração de terras em posse nas mãos do agronegócio, o debate sobre a reforma agrária não costuma fazer parte da rotina dos moradores da cidade, mas deveria”. Os argumentos utilizados pela jornalista para justificar tal afirmativa, destacam que o processo de concentração fundiária decorrente da Lei de Terras de 1850, promoveu uma tendência das pessoas migrarem em massa para as cidades, onde não encontraram e não encontram, ainda nos dias de hoje, condições de viver e trabalhar dignamente. E o modelo produtivo adotado pelos grandes estabelecimentos agropecuários, baseado na monocultura para a exportação impossibilita o exercício da soberania alimentar pelo conjunto da sociedade (GRITTI, 2018).

O diálogo proposto por Gritti (2018) reforça as análises e argumentos sobre a necessidade de democratizar a propriedade e a posse da terra, de forma submeter seu uso e a gestão ao princípio da função socioambiental, especialmente em se tratando da terra pública.

No estado de São Paulo há um significativo estoque de terras públicas, sob domínio municipal (MOREIRA, 2008); estadual e federal (VENTURELLI, 2013). Conforme declarações de representantes do governo estadual, no estado de São Paulo há em torno de 33 mil imóveis públicos estaduais ociosos, subutilizados ou mesmo inservíveis. Frente a esta constatação, o poder executivo estadual, propõe a privatização destes imóveis,

mediante venda ou concessão para exploração econômica pela iniciativa privada (TOLEDO, 2016; TUFFANI, 2017).

Na região Sudoeste Paulista, as áreas das Estações Experimentais de Buri, Itapeva e Itararé, das Florestas Estaduais de Angatuba, Paranapanema e Piraju encontram-se entre as áreas indicadas pelo poder executivo para a concessão à iniciativa privada para exploração econômica (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, [2017]). Além destas outras áreas localizadas na região estão sendo propostas para privatização: Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento (UPD) da Agência Paulista dos Agronegócios (APTA) polo de Itapeva, dedicada a suinocultura; área do Departamento de Estradas de Rodagens (DER), localizada no município de Itapeva e 2 áreas da Fazenda Estadual, localizadas no município de Itaporanga (SÃO PAULO, 2016a).

Para Cardoso (2010) a função socioambiental da propriedade pública é perpassada pelo desafio de compatibilizar o interesse público e o interesse social, logo se contrapõe a lógica de destinação da propriedade pública orientada pelo caráter arrecadatório, especulativo e de moeda de troca política.

A compatibilização da propriedade pública com os interesses da sociedade, no caso das áreas de experimentação da SMA, também está relacionada a concepção de ciência e tecnologia desenvolvidas nestas unidades. As áreas das Estações Experimentais de Buri, Itapeva e Itararé, das Florestas Estaduais de Angatuba, Paranapanema e Piraju, formalmente destinadas para a pesquisa e conservação ambiental, o que se verifica efetivamente é a ocorrência de grandes monocultivos de pinus (INSTITUTO FLORESTAL, [2018]). Além do mais, as pesquisas desenvolvidas nas referidas unidades estão voltadas ao fomento do agronegócio da silvicultura (PONTINHA, 2014).

De acordo com Pontinha (2014) “esse patrimônio foi adquirido através de inúmeras desapropriações de terras, pelo Poder Público Estadual, ao longo das décadas de 50 e 60, dentro de um programa que tinha como objetivo principal a consolidação da pinocultura no estado de São Paulo”. O que se constata, a partir desta afirmação, é a ação do Estado em inserir o patrimônio de pesquisa pública na lógica analisada por Caraça (1999), Dagnino (2008) e Silva (2010) da ciência e da tecnologia como instrumentos de legitimação do modelo de desenvolvimento hegemônico pelo capital.

A função da propriedade pública está acima de sua manutenção como reserva de valor ou de reserva patrimonial e cabe ao Estado como detentor do domínio, o papel de preservar os interesses públicos.

Desta forma, os bens públicos devem servir prioritariamente ao apoio ao desenvolvimento local e regional sustentável: à promoção da inclusão territorial, por meio de ações de regularização fundiária e provisão habitacional para famílias de baixa renda, e da regularização fundiária das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, extrativistas etc.), da transferência de terras para reforma agrária, entre outros; e ao desenvolvimento das atividades da Administração Pública na oferta de serviços, sejam federais, municipais ou estaduais. (CARDOSO, 2010, p. 257).

A propriedade pública estatal, só tem significância se submetida a função socioambiental, para além do interesse do poder público, reconhecendo que o poder público é permeado por conflitos de interesses de distintos grupos políticos, que nem sempre priorizam os interesses coletivos, e os interesses estatais não necessariamente refletem os interesses públicos.

A conflitualidade relacionada a posse, uso e gestão da terra pública no Sudoeste Paulista, se materializa nos inúmeros processos de luta pela terra no território. A reivindicação dos trabalhadores rurais sem terras pelas terras públicas na região, tem na disputa e nos conflitos pelas terras da fazenda Pirituba um marco importante, processo que remete aos anos 1950 e décadas subsequentes até 1984 (BOMBARDI, 2005) quando se instalam os 2 primeiros assentamentos do projeto de assentamento Pirituba II. No período entre 1984 aos dias atuais foram intensos os processos de luta em torno das terras da fazenda Pirituba, resultando em 9 assentamentos, beneficiando de 452 famílias (FERNANDES, 1994; FELICIANO, 2003, INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, [2017]).

O foco de luta pelas terras públicas na região Sudoeste Paulista ultrapassou os limites da fazenda Pirituba, em 28 de março de 2004, quando o MST organizou uma ocupação nas terras da EEx. Buri. Após despejo da área, as famílias do acampamento Aparecida Segura, foram se deslocando e ocupando outras áreas na região. E as terras da EEx. Buri, só voltam à pauta do MST, em maio de 2014, juntamente com a reivindicação das terras da EEx Itapeva e da EEx Itararé, após a ocupação da EEx Itapeva e do estabelecimento do processo de negociação entre MST e governo do Estado, em decorrência da realização da marcha estadual pela reforma agrária.

A área da EEx. Itapeva, um remanescente da fazenda Pirituba, com 1.980 hectares (SHIMBO, 2006) foi ocupada pelo MST em 17 de abril de 2014, dando origem ao acampamento Nova Esperança e possibilitou o início de um processo de conversação com a SMA/IF, no sentido de destinar as áreas ou partes das áreas das estações experimentais localizadas na região para implantação de assentamentos. Apesar da solicitação de

reintegração de posse da área, pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, na mesma semana da ocupação, utilizando o argumento de que “tratando-se de bem público, que é inalienável, ninguém o pode possuir enquanto guardar essa condição [...]” (AMARANTE, 2014, p.3).

A reivindicação do MST de destinação de áreas públicas para a instalação de assentamentos de trabalhadores rurais sem terras, se contrapõe ao entendimento expresso pela PGE sobre a relevância das pesquisas desenvolvidas nestas unidades, em detrimento da destinação do bem público para a atendimento de demandas dos trabalhadores rurais sem terras. “A reintegração de posse liminarmente é medida que se impõe, eis que a ocupação recai sobre área pública, afetada à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de reflorestamento e melhoria genética da espécie *Pinus elliotti*, [...]” Amarante (2014, p.5). E questiona a ação do poder executivo de aliená-las ou concedê-las para exploração da iniciativa privada.

Segundo Cardoso (2010) domínio estatal da terra não significa que o Estado detenha a posse e a gestão da área em questão. O que, entretanto, também não significa privatização, que somente atende aos interesses de grupos econômicos ligados ao agronegócio e a especulação imobiliária e financeira.

Do período transcorrido entre a primeira ocupação na EEx Itapeva, em abril de 2014 e o presente momento, o processo de negociação entre MST e SMA/IF foi interrompido e reiniciado em várias ocasiões. Neste interim se constituiu um grupo de trabalho composto pelo MST, UFSCar, USP e EMBRAPA com a interlocução do ITESP junto a SMA/IF para elaboração de uma proposta de projeto piloto de assentamento em áreas de pesquisa e conservação.

A função socioambiental da terra pública, pode ser observada nesta proposição de projeto piloto de assentamentos em áreas da SMA/IF, levando em consideração que a premissa da proposta é implantar unidades produtivas, com matriz tecnológica baseada nos princípios da agroecologia, que concilie o caráter de pesquisa e conservação ambiental destas áreas com a geração de trabalho e renda para as famílias assentadas.

A estação experimental de Itapeva, localizada no município de mesmo nome, no sudoeste paulista, tinha tudo para ser a primeira experiência a articular pesquisa científica para a produção orgânica com reforma agrária no estado. Em uma ação inédita, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) discutiam com o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) a destinação de parte da estação experimental para o

assentamento de famílias de trabalhadores rurais, no qual seriam desenvolvidas as pesquisas em agroecologia. (OLIVEIRA, 2017).

Entretanto, o entendimento do poder público estadual sobre a função da terra pública reside no que Cardoso (2010) define como caráter arrecadatório da propriedade pública, de tal modo que as áreas, reivindicadas para o assentamento de famílias de trabalhadores sem terras encontra-se dentre as áreas propostas pelo governo para privatização.

No entanto, o governo interrompeu a conversa. E a área, com 1.828 hectares, deverá ser concedida, ou mesmo vendida, à iniciativa privada. No último dia 17, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente divulgou no *Diário Oficial* chamamento público para atrair o interesse da iniciativa privada para a concessão, ou mesmo aquisição, de 34 áreas do Instituto Florestal, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente (SMA). São 18 estações experimentais, 12 florestas, dois hortos florestais e dois viveiros localizados em diversas regiões do estado. (OLIVEIRA, 2017).

As conversações entre o MST e o poder público sobre a destinação de áreas da SMA/IF, recuaram a tal ponto e o recrudescimento do governo no interesse em privatizar as áreas foi tanto, que em setembro de 2016, as famílias do acampamento Nova Esperança reocuparam a área da EEx Itapeva, na tentativa de retomar o diálogo e foram surpreendidas com uma ordem de despejo expedida diretamente pelo secretário do meio ambiente para a polícia militar, que realizou a reintegração de posse sem decisão judicial, utilizando a tese de autotutela.

A tese de autotutela consiste em uma interpretação do Código Civil que “trata do uso de força própria para manutenção ou restituição em casos de interferência da posse, o Governo do Estado de São Paulo tem utilizado de forma deliberada a Polícia Militar para reintegrar a posse de imóveis ocupados sem decisão judicial” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2016). Conforme declarações do MST, o caso da reintegração de posse do acampamento Nova Esperança, inaugura o uso da tese de autotutela nos conflitos fundiários rurais, para resguardar a posse estatal da terra pública.

As famílias remanescentes do acampamento Nova Esperança, atualmente, se encontram acampadas provisoriamente em uma parte da área da fazenda Can Can, no município de Riversul. Após passar um período acampadas às margens da rodovia Francisco Alves Negrão, em uma área cedida pelo assentamento Pirituba II - Agrovila VI, no município de Itaberá. E ocuparem, em fevereiro de 2018, a fazenda Lageado, município de Itaporanga, de onde foram despejadas em maio do corrente ano.

A fazenda Can Can e a fazenda Lageado, também compõem o quadro de áreas públicas disputadas entre trabalhadores rurais sem terras e o agronegócio na região. Ambas fazendas, originalmente sob domínio da USP, foram transferidas para o ITESP em 2008, para a implantação de assentamentos de trabalhadores rurais sem terras, mediante acordo entre as instituições de realização de permuta das referidas áreas por outros imóveis. O que somente se efetivou em 14 de fevereiro de 2018 (MACIEL, 2018). Apesar da disposição da USP em ceder as áreas e do ITESP em efetivar a permuta e implantar o assentamento, passados vários anos, estas áreas se encontram sob litígio, sendo utilizadas irregularmente por grileiros. Em todas as ocasiões em que as fazendas Can Can e Lageado foram ocupadas por famílias de trabalhadores rurais sem terras, exigindo o andamento do processo de permuta entre USP e ITESP, o poder judiciário local reintegrou a posse aos grileiros.

A fazenda Can Can está localizada no meio de uma das fazendas do grupo agroindustrial Bergamini na região, sendo utilizada irregularmente por um grupo de grileiros, que reivindicam a posse da área. Lideranças do MST na região, alegam que estes grileiros cumprem o papel de “testa de ferro” do grupo Bergamini na disputa judicial, que tem interesse na área para a criação de gado de corte. Apesar da disputa judicial, as famílias do acampamento 8 de março, permanecem em parte da área, desde 2007, às margens da estrada municipal RVS 403. Onde aguardam a efetivação do assentamento, enfrentando dificuldades de acesso a trabalho, saúde e educação, além de sofrerem distintas ameaças por parte dos grileiros e do grupo Bergamini, como o fechamento da estrada municipal impedindo o acesso das famílias à sede do município, a unidade de saúde e escolas, e a soltura do gado na área onde estão localizados os barracos.

No caso da fazenda Lageado, a posse da área é disputada por herdeiros do espólio Casmamie, proprietários da fazenda Ceranas, que utilizam a área irregularmente para o cultivo de soja. Ocupada pela quarta vez, por famílias sem terras, em fevereiro de 2018, logo após a oficialização da permuta exigida pela USP, teve a posse reintegrada em favor dos beneficiários do espólio Casmamie, em maio de 2018. (MACIEL, 2018).

Para Cardoso (2010, p.109), “a propriedade pública dissociada de sua função social não possui fundamento constitucional, não sendo, portanto, objeto de tutela e legitimidade”. A propriedade pública, portanto, somente tem sentido e legitimidade quando se encontra a serviço de combater a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e territoriais e promover a justiça social, o bem-estar da sociedade.

Segundo Cardoso (2010) o interesse estatal na gestão da propriedade pública deve considerar as demandas sociais organizadas mediadas pelas esferas públicas estatais e

não estatais. Logo a definição do uso da propriedade pública, exige a participação do conjunto da sociedade, a partir de instâncias coletivas e democráticas, não se restringindo as decisões do aparato estatal. Levando em consideração a ressalva de Marés.

Hoje, entretanto, é visível que a propriedade pública não é suficiente como conceito para abranger este uso ou função, existindo uma utilidade social que é mais que estatal e que se opõe, muitas vezes, aos interesses do Estado, que está, invariavelmente, subordinado aos interesses econômicos no Estado capitalista. (MARÉS, 2003, p.48).

A subordinação do Estado aos interesses do capital fica evidente no processo de privatização articulado pelo poder executivo do estado de São Paulo, com apoio da ala majoritária da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (ALESP).

Para Moreira (2008) o tema terras públicas é pouco conhecido pela população e via de regra ignorado pelo poder público para proposição de políticas públicas de caráter social. Tanto no caso da terra pública devoluta (MARÉS, 2003), quanto no caso das terras públicas já reconhecidas pelo Estado como propriedade estatal, adquiridas através de diversos instrumentos como compras, desapropriações, execução de dívidas e doações.

No caso da destinação de terras públicas para o atendimento das demandas de trabalhadores rurais sem terras por assentamentos, as ações só se efetivam mediante da pressão dos movimentos sociais e sindical. No estado de São Paulo, uma das iniciativas do poder executivo em destinar terras públicas para o assentamento de trabalhadores rurais sem terras, ocorreu no governo Franco Montoro, com criação do Plano de Valorização das Terras Públicas (PVTP) e a aprovação da lei 4.957/84 (NASCIMENTO, 1994; PANZUTTI, 1990), o que possibilitou a implantação de um significativo número de assentamentos, apesar da execução do plano aquém das metas estabelecidas.

O abandono do PVTP pelos governos que seguiram posteriormente, pode ser verificado pelo grande número de imóveis públicos, colocados na lista de privatizações pelo governo atual. A intransigência do poder executivo do estado de São Paulo, em desconsiderar a demanda dos trabalhadores rurais sem terras de destinação das terras públicas para assentamentos desconsidera a Lei 16.115, Lei de valorização das terras públicas, que estabelece que os recursos públicos estaduais serão utilizados prioritariamente para a promoção do desenvolvimento social e econômico e a criação de oportunidades de empregos para trabalhadores rurais sem terras. A lei 16.115/2106 modificou a lei 4.957/84, mantendo, entretanto, a mesma concepção baseada na prioridade de destinação da terra pública aos programas de assentamentos de famílias de trabalhadores rurais sem terras (SÃO PAULO, 2016b).

O processo de privatização em curso, na contramão da reivindicação de pesquisadores, extensionistas, ambientalistas, comunidades tradicionais e movimentos sociais do campo e da cidade, privilegia o repasse do patrimônio público para a iniciativa privada, favorecendo o agronegócio e a especulação imobiliária em detrimento das ações de pesquisa, fomento e extensão para a pequena agricultura, educação ambiental, preservação e conservação dos biomas e fontes hídricas. Desconsidera o modo de vida das comunidades tradicionais que vivem dentro e no entorno das unidades de conservação, a demanda por assentamentos rurais e urbanos e a possibilidade de uso da terra pública como fator de geração de trabalho e renda no campo, produção de alimentos saudáveis com preços acessíveis para a população. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, 2017).

O processo de privatização de terras públicas no estado de São Paulo, contou ao longo dos tempos com outras iniciativas, como a regularização fundiária de terras devolutas no Pontal do Paranapanema (FELICIANO, 2009; RAMOS, 2011). Nos últimos anos, o poder executivo, retoma o processo de privatização com maior intensidade. Em 2013 enviou à ALESP o projeto de lei 249 visando autorizar a Fazenda do Estado a conceder a exploração ou o uso de 25 áreas da SMA, dentre unidades de conservação e estações experimentais (LIMA, [2013]). O PL 249 foi aprovado no dia 29 de junho de 2016, como Lei 16.260, promulgada e publicada em 30 de junho de 2016 (SÃO PAULO, 2016c).

Em abril de 2016, o poder executivo solicitou, através do PL 328, a autorização da ALESP para proceder a venda de áreas utilizadas pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDCETI), Fazenda do Estado e DER (Departamento de Estradas de Rodagem), sob alegação de que o Estado necessita de recursos para equilibrar as contas. O projeto de lei enviado à ALESP em caráter de urgência foi votado e aprovado em 30 de novembro do mesmo ano, como lei 16.338, autorizando a alienação de 69 bens imóveis (TOLEDO, 2016). A referida lei foi promulgada pelo governador em 14 de dezembro de 2016 e publicada no diário oficial em 15 de dezembro de 2016 (SÃO PAULO, 2016a).

Após a aprovação das leis 16.260/2016 e 16.328/2016, outras ações têm sido efetuadas no sentido de concretizar a transformação do patrimônio público em propriedade privada. A SMA realizou, em 26 de janeiro de 2017, um chamamento público para dar andamento ao processo de privatização (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, [2107]). Tal procedimento foi questionado pela falta de licitação e descumprimento dos termos da própria lei, que prevê a concessão para exploração, porém não a venda das áreas, como consta no chamamento. Além de disponibilizar para a alienação imóveis que não constam no texto da lei 16.260/2016. (REIS, 2016).

Segundo Tuffani (2017) posteriormente a aprovação da lei 16.328/2016, a SAA realizou, em 25 de agosto de 2017, audiência pública para tratar da alienação de 07 das áreas previstas na lei (SÃO PAULO, 2017). Porém o que exigiria a realização de várias reuniões nos municípios onde as áreas estão localizadas, se resumiu em 3 horas de um único evento, realizado sem a devida publicização e sob questionamento de entidades de pesquisadores.

Comunidade científica, movimentos sociais e parlamentares contrários ao processo de privatização denunciam que instalações e terras públicas estão sendo colocadas à venda sem a devida consulta à população e sem transparência na avaliação dos valores dos imóveis, o que pode escamotear a subvalorização do patrimônio público. Os procedimentos estão sendo realizados sem tempo hábil para a discussão sobre o tema e inclusive desconsidera propostas sugeridas por diversos segmentos da sociedade para destinação dos imóveis. (TOLEDO, 2016; OLIVEIRA, 2016; INSITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016; TUFFANI, 2017). Como é o caso da proposição do MST em destinar parte das áreas da SMA para o desenvolvimento de projetos pilotos de assentamentos que conciliem a residência e o trabalho dos assentados na área com a função de experimentação e produção de pesquisa ambiental.

Para pesquisadores vinculados às instituições de pesquisa pública e parlamentares que atuam na defesa da pesquisa pública, da agricultura familiar e reforma agrária, o discurso da privatização fundamentado na ociosidade, subutilização e obsolescência dos imóveis é o ápice de uma política intencional de sucateamento do patrimônio público e de retirada de recursos para manutenção das instalações, aquisição de insumos e equipamentos e contratação de profissionais, adotada pelos governantes no transcurso das últimas décadas. (TOMAZELA, 2014; NEDER, 2016). É um processo de desmantelamento da infraestrutura de promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural e de prestação de serviços à população, orquestrado em função de atender aos interesses do capital.

Considerações finais

A pertinência do debate sobre a função socioambiental da terra pública, reside na necessária reflexão sobre o papel que o Estado exerceu historicamente em garantir as condições para a apropriação privada da terra pública. E continua exercendo, como se pode concluir a partir da análise do processo de alienação e concessão de áreas públicas estaduais, que o governo do estado de São Paulo vem empreendendo. A reflexão proposta, certamente, remete a conclusão do intrincado jogo de interesses do latifúndio e do

agronegócio pelas terras públicas e as conexões entre os interesses destes e o papel do Estado em reservar e disponibilizar terras aos grandes proprietários e grupos econômicos, de acordo com suas conveniências.

O debate sobre a questão das terras públicas na região Sudoeste Paulista tem implicância direta com o debate sobre desenvolvimento e função socioambiental da terra pública, na perspectiva de questionar não somente o uso, o domínio, a propriedade e a posse das referidas áreas em si, mas também a finalidade da produção científica e tecnológica que aí se desenvolve.

O que se justifica diante da constatação de que as áreas públicas localizadas na região, formalmente tem a finalidade de produção e difusão científica e tecnológica. Porém, encontram-se griladas por latifundiários e grupos econômicos ligados ao agronegócio, no caso áreas da USP. E em se tratando das áreas da SMA/IF, com monocultivo de pinus e produzindo tecnologias em função do agronegócio do ramo da silvicultura.

Tal debate se faz importante no sentido de refletir sobre a possibilidade de destinação das áreas públicas para a implantação de assentamentos de trabalhadores rurais sem terras, inclusive em áreas, formalmente destinadas à pesquisa e conservação ambiental. Desde que haja um esforço, tanto do poder público, quanto dos movimentos sociais e famílias beneficiárias, em estabelecer mecanismos para que se adote uma matriz tecnológica e produtiva, condizente com a função socioambiental da terra. Em outros termos, é preciso no caso de assentamentos em áreas com estas características, a radicalização da proposição de Martins (2005) de inserção da variável ambiental nos projetos de reforma agrária, orientada pelos princípios da agroecologia e da agrofloresta.

Referências

AMARANTE, G. J. **Ação de reintegração de posse com pedido de liminar de condenação em perdas e danos**. Procuradoria Geral do Estado, Sorocaba-SP, 2014.

BALDUÍNO, T. A ação da igreja católica e o desenvolvimento rural. Depoimento. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural**. Estudos Avançados, v.15 n.43. São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária**. (Tese). Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CARAÇA, J. Ciência, complexidade e poder. **Análise social**, v. XXXIII, (151-152), 1999 (2°-3°), p.683-689.

DAGNINO, R. As trajetórias dos estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade e da Política Científica e Tecnológica na Ibero-América. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.1, n.2, p.3-36, jul. 2008.

FELICIANO, C. A. O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

_____. **Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

_____. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. In: **Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 34, n. 2, jul./dez. 2007.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA”. Assentamentos – situação quanto à localização municipal. [2017]. Disponível em:<<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

INSTITUTO FLORESTAL. **Mapas de identificação das unidades de conservação**. [2018]. Disponível em:<<http://www.ambiente.sp.gov.br/sifesp/mapas-municipais/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **O livro Branco da Grilagem**. Brasília: INCRA, 1999.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Privatização de parques paulistas é aprovada sem consulta às comunidades afetadas**. 09 jun. 2016. Disponível em:<<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/privatizacao-de-parques-paulistas-e-aprovada-sem-consulta-as-comunidades-afetadas>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

LIMA, A. M. M. **Projeto de lei nº 249, de 2013: visa autorização da Fazenda do Estado de São Paulo a conceder uso de áreas públicas inseridas em Unidades de Conservação da Natureza**. Ambiente do Meio. [S.l.], [2013]. Disponível em:<<https://ambientedomeio.com/2016/06/05/projeto-de-lei-no-249-de-2013-visa-autorizacao-da-fazenda-do-estado-de-sao-paulo-a-conceder-uso-de-areas-publicas-inseridas-em-unidades-de-conservacao-da-natureza>>. Acesso 11 mar. 2017.

LUTZENBERGER, J.A. O absurdo da agricultura. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados**. v.15 n.43. São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>.

MACIEL, C. Justiça tira famílias de Sem Terra de fazenda destinada à reforma agrária em SP. **Brasil de Fato**, Itaporanga, 23 mai. 2018. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/23/justica-tira-familias-de-sem-terra-de-fazenda-destinada-a-reforma-agraria-em-sp/>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

- MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.
- MARTINS, J. S. **O cativoiro da terra** [E-book]. 9ª edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010. Não paginado. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid>>. Acesso em: 10 jul. 2017. Não paginado.
- MARTINS, P. R. Reforma agrária e a questão ambiental: por uma outra concepção. In: FRANÇA, C. G.; SPAROVEK, G. **Assentamentos em debate**. Brasília: MDA/NEAD, 2005.
- MOREIRA, T. Áreas públicas: fontes de destinação social ou privada. Referências às novas políticas habitacionais brasileiras. **Oculum Ensaio. Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n.2, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/367/347>>. Acesso em: 11 mar. 2017.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nota de apoio à ocupação Nova Esperança**. 13 set. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/09/13/nota-de-apoio-a-ocupacao-nova-esperanca.html>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- NASCIMENTO, A. M. F. **Recursos fundiários do estado de São Paulo**. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Instituto de Terras. Centro de Solução de Conflitos Fundiários. São Paulo, 1994.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados**. v.15 no.43. São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- NEDER, C. **Boletim informativo**, São Paulo, jun. 2016.
- NOVAES, W. Dilemas do desenvolvimento agrário. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados**, v.15 n.43. São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- OLIVEIRA, A. U. **A grilagem de terras públicas na Amazônia**. EcoDebate, [S.l.], 28 jul. 2008. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2008/07/28/a-grilagem-de-terras-publicas-na-amazonia-artigo-de-arivaldo-umbelino-de-oliveira/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.
- _____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados**, v.15 n.43. São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso: 20 jun. 2017.
- _____; FARIA, C. S. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/docview/22/1557086/#file=/storage221557086/1557086.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017. Não paginado.
- OLIVEIRA, C. Alckmin anuncia venda de florestas e interrompe projeto de sustentabilidade. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 27 jan. 2017, Ambiente. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. Gestão Alckmin ameaça comunidades, ciência e água de São Paulo. **Revista do Brasil**, [S.l.], n.119, 12 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/119/gestao-alcmin-parques-publicos-a-venda-expoem-estado-em-liquidacao-em-sp-8055.html>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

PANZUTTI, N. P. M. A política fundiária do governo do estado de São Paulo, 1983-87. **Boletim Técnico do Instituto de Economia Agrícola**, ano 37, t. 3, 1990.

PATERNIANI, E. Agricultura sustentável nos trópicos. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados**. v.15 n.43. São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em<<http://www.scielo.br>>. Acesso em 30 nov. 2017.

PONTINHA, A. A. S. Ofício EEITA nº 000.024/2014 para Procurador Chefe da Procuradoria Regional de Sorocaba, em 22 de abril de 2014. Não paginado.

RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). In: **Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados**, v.15 n.43. São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

RAMOS, V. Alckmin ameaça patrimônio público e deseja legalizar grilagem. **CORREIO DA CIDADANIA**, [S.l.], 28 set. 2011. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/33-artigos/noticias-em-destaque/6340-28-09-2011-alcmin-ameaca-patrimonio-publico-e-deseja-legalizar-grilagem>. Acesso em: 14 nov. 2017.

REIS, V. **Governo de SP disponibiliza 34 áreas florestais para venda e concessão**. G1, São Paulo, 26 jan. 2017. Disponível em:<<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/governo-de-sp-disponibiliza-34-areas-florestais-para-venda-e-concessao.ghtml>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados**, v.15 n.43. São Paulo. Disponível em: <[Sept./Dec. 2001.http://www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 03 fev. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Diário Oficial, v. 126, n. 9, p.2-3. Poder executivo, seção I. São Paulo, quinta-feira, 15 jan. 2016b.

_____. Diário Oficial, v. 126, n. 120. Poder executivo, seção I. São Paulo, quinta-feira, 30 jun. 2016c.

_____. Diário Oficial, v. 126, n. 234, p.11-17. Poder executivo, seção I. São Paulo, quinta-feira, 15 dez. 2016a.

_____. Diário Oficial, v.127, n.153, p.19. Poder executivo, seção I. São Paulo, terça-feira, 15 ago. 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Chamamento público Nº 01/2017/GS. Processo 10.108/2016. [2017]. Disponível em:<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/editais/2017/01/TdR-FINALchamamento-publico-unidades-do-IF_13012017.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SILVA, L. M. O. **Terras devolutas e latifúndio** – efeitos da lei de 1850. Campinas: Unicamp, 2ª edição, 2008.

SILVA, M. A. Ciência e poder. **Viva Vox – DFL** – Universidade Federal de Sergipe. Ano 3, n.6, jul.- dez. 2010.

TOLEDO, M. Alckmin quer vender 79 imóveis do Estado de SP para equilibrar contas. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763146-alckmin-quer-vender-79-imoveis-do-estado-de-sp-para-equilibrar-contas.shtml>>. Acesso em: 08 set. 2017.

TOMAZELA, J. M. Institutos sucateados. Cientistas alertam para o descaso oficial em relação às instituições públicas de pesquisa e extensão rural em São Paulo e outros estados. **Agro DBO**, São Paulo, março, 2014. p. 38-43.

TUFFANI, M. Maquiavel e a primeira vitória de Alckmin para vender áreas de pesquisa. **Direto da Ciência**, São Paulo, 27 ago. 2017, Artigos. Disponível em: <<http://www.diretodaciencia.com/2017/08/27/maquiavel-e-a-primeira-vitoria-de-alckmin-para-vender-areas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos avançados**. v.15 n.43. São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

VENTURELLI, R.M. **Terra e Poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no Sudoeste Paulista uma abordagem sobre o uso das terras públicas**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

Sobre os autores

Fernanda Aparecida Matheus – Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (2005); Especialista em Estudos Latino-americanos pela Universidade Federal de Juíz de Fora (UFJF/ENFF); Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - UNESP-IPPRI/ENFF; Atualmente é pesquisadora e professora voluntária do Instituto Técnico de Ensino, Pesquisa e Extensão Laudenor de Souza (ILS), Itabera, São Paulo.

Carlos Alberto Feliciano – Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) (1999); Mestrado (2003) e Doutorado (2009) pela mesma instituição - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana/USP; Atualmente é Pesquisador III da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (UNESP); Credenciado nos programas de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - UNESP-IPPRI/ENFF, São Paulo, São Paulo. **OrCID:** <http://orcid.org/0000-0003-1682-7996>

Como citar este artigo

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista. **Revista NERA**, vol. 21, n. 45, p. 94-121, dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo.

Recebido para publicação em 10 de outubro de 2018.
Devolvido para a revisão em 11 de outubro de 2018.
Aceito para a publicação em 30 de novembro de 2018.

Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais

Julián Eduardo Medina-Naranjo

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: medinanaranjo@gmail.com

Ana Lúcia de Jesus Almeida

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: ana-lucia.almeida@unesp.br

Resumo

Os governos latino-americanos da Colômbia e do Brasil oferecem serviços de saúde para as populações rurais que, segundo os próprios movimentos camponeses, na maioria das vezes, não contemplam suas necessidades específicas. Na busca de melhor entender essa realidade, foi realizada uma análise das práticas espaciais e as experiências relacionadas à saúde das comunidades camponesas no Brasil e na Colômbia, refletindo sobre suas condições, seus conhecimentos, as influências que estes conhecimentos têm, procurando identificar a realidade dos atendimentos em saúde para estas comunidades e escutando a opinião da população rural sobre essa temática. Entendendo que a promoção à saúde está para além de só morar no campo, manifesta-se como necessárias condições mínimas para garantir a qualidade de vida, através do cuidado com a natureza, com a água e com a alimentação. No Brasil, a forte influência da cidade no campo faz com que as comunidades estejam dependentes dos produtos e processos que a urbanidade oferece. Na Colômbia, o choque com as realidades urbanas tem sido ainda mais forte, uma vez que os indígenas têm precisado viver numa realidade que desconheciam nas suas comunidades ancestrais e tem precisado conviver com pessoas que não os escutam, não os entendem, nem estão abertos a entendê-los. Esta constante dicotomia entre campo e cidade, nas duas realidades visitadas, faz com que as práticas espaciais passem por modificações constantemente. Destas visitas se aprendeu que a saúde tem se enfraquecido porque a 'Madre Tierra' não está sendo respeitada.

Palavras-chave: Geografia rural; desenvolvimento rural; Brasil; Colômbia; saúde pública.

Brasil y Colombia: desarrollo, salud y prácticas espaciales

Resumen

Los gobiernos latinoamericanos de Colombia y de Brasil ofrecen servicios de salud para las poblaciones rurales que, según los propios movimientos campesinos, la mayoría de las veces, no contemplan sus necesidades específicas. Buscando entender mejor esa realidad, fue realizado un análisis de las experiencias relacionadas a la salud y a las prácticas espaciales de las comunidades campesinas en Brasil y en Colombia, reflexionando sobre sus condiciones, sus conocimientos, las influencias que estos conocimientos tienen, procurando identificar la realidad de la atención en salud para estas comunidades y escuchando la opinión de la población rural sobre esa temática. Entendiendo que la promoción a la salud está más allá de solo vivir en el campo, se resaltan las condiciones mínimas necesarias para garantizar la calidad de vida, a través del cuidado con la

naturaleza, con el agua y con la alimentación. En Brasil, la fuerte influencia de la ciudad en el campo hace con que las comunidades sean dependientes de los productos y procesos que la zona urbana ofrece. En Colombia, el choque con las realidades urbanas ha sido todavía más fuerte, una vez que los indígenas han necesitado vivir en una realidad que desconoce sus comunidades ancestrales y han precisado convivir con personas que no los escuchan, ni los entienden, ni están abiertos a entenderlos. Esta constante dicotomía entre campo y ciudad, en las dos realidades visitadas, hace con que las prácticas espaciales pasen por modificaciones constantemente. De éstas visita se aprendió que la salud se ha debilitado porque la 'Madre Tierra' no está siendo respetada.

Palabras-clave: Geografía rural; desarrollo rural; Brasil; Colombia; salud pública.

Brazil and Colombia: development, health and space practices

Abstract

The Latin American governments of Colombia and Brazil offer health services to rural populations who, according to the peasant movements themselves, often do not address their specific needs. In order to better understand this reality, an analysis of the spatial practices and experiences related to the health of the peasant communities in Brazil and Colombia was carried out, reflecting on their conditions, their knowledge, the influences that this knowledge has, trying to identify the reality of the health care for these communities and listening to the opinion of the rural population about this issue. Understanding that health promotion is beyond just living in the countryside, there is a need for minimum conditions to guarantee the quality of life, through care for nature, water and food. In Brazil, the strong influence of the city in the countryside makes the communities dependent on the products and processes that urbanity offers. In Colombia, the clash with urban realities has been even stronger, since indigenous people have had to live in a reality that they did not know in their ancestral communities and have had to live with people who do not listen to them, do not understand them, and are not open to understand them. This constant dichotomy between field and city, in the two realities visited, causes that the practices of space go through changes constantly. From these visits we learned that health has been weakened because 'Mother Earth' is not being respected.

Keywords: Rural geography; rural development; Brazil; Colombia; public health.

Introdução

Este texto é fruto da pesquisa realizada durante o mestrado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, oferecido pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, em São Paulo. O desafio parte do desejo de apreender de diferentes grupos, com distintas realidades sociopolíticas, o conhecimento sobre as práticas espaciais que têm as comunidades do campo para cuidar da sua saúde. Por essa razão, para além de conhecer as políticas governamentais, se priorizou a escuta das

comunidades, suas necessidades e sua compreensão sobre o que deve ou não ser feito para cuidar da saúde.

As duas comunidades estudadas são territórios frutos de uma história de luta pela terra e resistência. No Brasil, o Assentamento Bom Pastor, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no município de Sandovalina, estado de São Paulo. Na Colômbia, a Comunidade Embera, do Quilômetro Sete, no departamento de Chocó, uma comunidade indígena-camponesa muito atingida pelas mudanças sociais, políticas e econômicas desde a época da invasão europeia.

Poder-se-ia pensar que uma comunidade camponesa do Brasil não tem nada a ver com uma comunidade indígena colombiana, porém, a intensa violência contra os povos indígenas e camponeses, o poder do latifúndio que atinge as comunidades que vivem no campo, sejam estas camponesas ou indígenas, e o agronegócio e seu poderio econômico e político que afeta sem distinção, faz com que essas duas realidades, longe de serem diferentes, sejam muito próximas. A solidariedade e a união para lutar tem se traduzido em organizações como a Via Campesina, que foi a ponte para conseguir-nos aproximar destas duas realidades.

Os trabalhos de campo foram realizados nas comunidades tendo a observação e a entrevista semiestruturada como instrumentos de uma pesquisa denominada qualitativa. Observar e escutar a opinião das comunidades, identificar e partilhar experiências, apreender sobre as reações, os jeitos, a forma das palavras serem ditas, estimulando o diálogo e compreendendo suas realidades para elaborar uma reflexão teórica sobre esses processos, desafio que está aqui transcrito.

As práticas espaciais foram entendidas, neste estudo, como ações localizadas num espaço, realizadas por atores sociais específicos, com o intuito de conseguir um objetivo pontual e não são, necessariamente, ordenadas ou metódicas, são aquelas ações que uma pessoa precisa fazer num espaço específico, ações com escalas temporais restritas e desenvolvidas individualmente (CORREA, 2009). Entendemos que é através dessas ações que os povos conseguiram morar onde moram, o jeito que criam e recriam as identidades, a partir da convivência e dos lugares, a forma como é legitimado o espaço, como se dividem os lugares, como se fazem as negociações interpessoais, como esse espaço pode se tornar motivo de conflitos ou motivo de luta. A construção de uma usina, de uma barragem, de uma avenida; a plantação de cana ou soja, ou qualquer outro produto, em terrenos próximos; a chegada de desterritorializados, de novos vizinhos de outras regiões; tudo faz com que essas práticas espaciais que estamos observando, sejam modificadas. As práticas espaciais alteram-se em diferentes níveis.

Quando falamos de saúde as práticas espaciais adquirem mais um novo significado, com representativa força e importância. Seguramente, a saúde de uma população que tem uma usina nas proximidades daquela possui uma qualidade em detrimento daquelas que não; nem uma comunidade que mora do lado da rodoviária, que aquela que mora longe. Provavelmente, as pessoas que moram perto de um posto de saúde não tomam as mesmas decisões que aquelas que precisam de longas viagens para qualquer opção de atendimento médico. As práticas espaciais, quando falamos de saúde, vão além das realidades da paisagem. As decisões das comunidades, no tocante à procura do bem-estar físico e mental, dependem das atividades culturais: religião, tradições locais, simpatias, programas de formação; das possibilidades econômicas: trabalho, comércio, turismo; e dos programas e projetos sociais na região: agentes de saúde, agentes comunitários, projetos universitários, entre outros. As práticas espaciais, no tocante da busca da saúde são entendidas aqui como todas essas ações que as comunidades realizam para manter seu bem-estar.

Sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento

O discurso da necessidade das comunidades se desenvolverem é muito frequente, assim como é comum usarem auxílios financeiros, distribuições de alimentos ou serviços que estejam acompanhados de exigências de participação em cursos técnicos ou capacitações, estratégias para que as comunidades se integrem aos projetos de desenvolvimento apresentados pelos governos. Porém, algumas comunidades não estão interessadas no desenvolvimento proposto e ficam então esperando ajuda e serviços externos dos governos, fundações, igrejas, ONGs ou instituições, aguardando como agentes passivos.

No Peru, por exemplo, durante o governo de Alberto Fujimori (28 de julho de 1990 - 22 de novembro de 2000), aplicou-se um polêmico plano que usava a esterilização como programa de controle da natalidade. Segundo a comissão parlamentar independente, estabelecida em 2002, foram 346.219 mulheres e 24.535 homens esterilizados nos últimos sete anos do mandato presidencial (BBC Mundo, 2011). Esse programa foi aplicado em nome do desenvolvimento do Peru e como solução para a pobreza extrema do país. Os participantes foram incluídos em troca dos serviços de saúde, alimentação ou usando a força. Na Colômbia, depois da aprovação do Tratado de Livre Comércio (TLC) pelo Congresso dos Estados Unidos, em 10 de outubro de 2011, e sua posterior vigência a partir de 15 de maio de 2012, proibiu-se a utilização de sementes que não fossem certificadas.

Em nome do desenvolvimento foram jogadas no lixão da cidade de Campo Alegre, com a ajuda da Força Pública, mais de 60 toneladas de sementes de arroz que eram base da alimentação da população e fonte da produção deste município no sul da Colômbia, região com tradição ancestral no cultivo de arroz (SEMILLAS EN PELIGRO, 2013). Também em nome do desenvolvimento foi construída a Usina de Itaipu, uma parceria entre o Brasil e o Paraguai. Os danos ao meio ambiental foram incomensuráveis, pois foram destruídas as Sete Quedas, que eram consideradas uma das maiores maravilhas naturais do mundo (MEU PARANÁ, 2012). Os ecossistemas no território, as relações sociais da população e o interesse turístico da região não foram argumentos suficientes para parar o trem do desenvolvimento que foi abrindo caminho e afetando a todos e todas.

São três exemplos do que acontece o tempo todo, o que acontece na América Latina e o que acontece no mundo, três exemplos que mexem diretamente com a saúde da população: sistemas de atenção à saúde, alimentação e meio ambiente. Espelhos que demonstram que os planos e projetos de desenvolvimento nem sempre se importam com a saúde e que poucas vezes têm como foco desenvolver as comunidades, senão beneficiar alguns grupos econômicos específicos. E, no fim, o que fica depois dos projetos de desenvolvimento serem feitos, são comunidades pobres muito mais pobres e ricos empresários bem mais ricos, demonstrando que o que resta de muitos dos projetos de desenvolvimento é o crescimento das iniquidades.

Iniquidades que na nossa América Latina apresenta altíssimos níveis e, embora alguns países da região tenham crescido economicamente, a repartição da riqueza ainda nestas terras é extremamente desigual (CEPAL, 2010). Essas desigualdades são multidimensionais e não só econômicas, são inequidades no acesso a bens e serviços e à segurança, assim como ao exercício da cidadania e ao acesso à justiça. Essas desigualdades que terminam gerando exclusão, segundo Rogers (1995), acabam se vinculando com dimensões econômicas, sociais, culturais e particularidades étnicas; acabam gerando exclusão no mercado de trabalho, mínimas possibilidades de moradia digna e paupérrimos serviços comunitários, inclusive públicos. Essas condições acabam significando para as camponesas e os camponeses latino-americanos o não acesso à terra, a insegurança e a violação dos seus direitos humanos.

Não existe equidade na distribuição de renda nos países latino-americanos. Segundo a Divisão de Estatísticas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe¹ (CEPAL, 2010), os países da região poder-se-iam classificar por seus índices de pobreza e indigência em vários grupos: um primeiro grupo com Argentina e Uruguai na ponta, que

¹ CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e Caribe: Divisão de Estadísticas. Unidade de Estadísticas Sociais, sobre a base de tabulações especiais das pesquisas de lares de cada país. Esta série não inclui estatísticas para Venezuela.

registram níveis menores de 15%; um segundo grupo com Chile, Costa Rica e Panamá que estão no mesmo patamar, com índices que vão entre 15% e 30%; outro grupo com Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela que estão na faixa de 31% até 50%; depois Bolívia e Honduras, que apresentam níveis altíssimos acima de 50%; e, finalmente, os outros países da região que se localizam em níveis muito altos na situação de pobreza.

Após vinte anos de políticas neoliberais adotando as 'desinteressadas' orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) no continente, derivadas do Consenso de Washington (BATISTA, 1994), a nossa realidade socioeconômica é ainda pior. Segundo a CEPAL, nos anos 90 os níveis de desemprego na região aumentaram, levando os países latino-americanos e do Caribe a ter neste século mais de 210 milhões de pobres, sendo que essa condição se enquadra na categoria de extrema pobreza ou de indigência, tendo reduzido, apenas, em 1%. Isso significa que nosso continente tem quase 100 milhões de pessoas que estão em situação de indigência.

Esta desigualdade, certamente, não é a única razão, porém, ao menos, deve ser um dos mais fortes motivos para o incremento da delinquência, uma vez que, para estas centenas de milhares de pessoas a fome, as doenças e a morte batem nas suas portas diariamente. Mais de 75% da população da América Latina e Caribe vive nas cidades, o que, paralelamente, aprofunda a crise de violência urbana na região que cresce a ritmos impressionantes (CEPAL, 2010).

Muitos dos países do continente estão vivendo um aumento na violência, o que gera uma sensação de insegurança e um clima de medo, contribuindo para fortes medidas de segregação. Estes dados parecem reforçar a ideia de que o problema fundamental da nossa América Latina é a exclusão social e a desigualdade, produtos das estruturas socioeconômicas, das políticas públicas e, sobretudo, da dependência da região com os países autodenominados centrais, que desde as invasões vêm explorando o continente e ditando as regras para o nosso desenvolvimento.

Qual é esse desenvolvimento que precisa de pobreza? Que mesmo com economias fortalecidas com investimentos estrangeiros, grandes projetos de infraestrutura, construções épicas ou acordos multinacionais de milhões e bilhões de dólares, os níveis de pobreza dos países da região aumentam em vez de diminuir? Como seguimos apoiando esse tipo de medidas, esse tipo de propostas, esse tipo de projetos?

É um desenvolvimento pensado para beneficiar alguns países: países industrializados, por exemplo, onde 26% da população têm 78% da produção mundial, 81% do consumo de energia e 87% do armamento mundial. Um desenvolvimento que necessita que os países em processo de desenvolvimento ou países de terceiro mundo, invistam mais em armamento que em saúde. Um desenvolvimento que, para alimentar os animais, precisa usar 47% da produção de cereais, mesmo com os níveis de desnutrição e morte que

atingem na atualidade vários países (ESCOBAR, 2007). São estas cifras e estas estatísticas resultantes desse desenvolvimento para a América-latina, uma política que segue beneficiando os países autoproclamados de desenvolvidos.

Analisar as consequências que as políticas que beneficiam os países centrais têm causado na nossa região não será um assunto aprofundado neste texto. Segundo Eduardo Galeano, em *Las Venas Abiertas de América Latina*, para os Estados Unidos conseguirem reinar nestas latitudes, necessitaram, por exemplo, de um Império Britânico que nos dividisse; precisou de um continente de países desligados entre si, mesmo com povos que compartilhavam tradições, territórios e até idioma, pois, depois das invasões, acabamos falando, fundamentalmente, espanhol e português, dois idiomas da mesma origem (GALEANO, 2004).

Mesmo sendo filhos da mesma terra, todos os países latino-americanos seguiram se identificando com seu próprio porto. Mesmo todos sendo Filhos do Milho², os mexicanos só reconhecem os *tacos*³, na Nicarágua e Honduras, defendem os *nacatamales*⁴, as *arepas*⁵ na Colômbia e na Venezuela, enquanto que os brasileiros conhecem as *pamonhas*⁶ e os argentinos, os *locros*⁷. Cada um defende ser diferente e acaba comendo um hambúrguer no *McDonalds*. Acabamos negando nossas raízes e a nossa identidade real, o que fortalece a ideia que aquilo que vem de fora é melhor.

Esse discurso de desenvolvimento, além de tudo que já foi dito, tem quebrado as relações dos povos americanos e, divididos somos mais vulneráveis. Compreender o desenvolvimento como um discurso produzido historicamente implica, segundo Escobar (2007), em entender as razões dos governos latino-americanos em reconhecer-se como ‘subdesenvolvidos’ após o final da segunda guerra mundial. O interesse e a necessidade em se ‘desenvolver’ como prioridade e problema fundamental, e as razões para se embarcar em projetos para se ‘des-subdesenvolver’, acaba por obrigar seus povos a

² Contam os mais velhos das montanhas de El Salvador que, nos tempos de antanho, chegaram às suas terras as quatro cores do milho em forma de pessoas: marrom, branco, amarelo e preto. Quatro, dentre homens e mulheres... Lendas que narram como somos filhos e filhas do milho (Bravo Monteverde, 2012).

³ Os tacos são uma comida típica da culinária mexicana, que consiste em uma tortilha feita à base de milho, que pode ser recheada com carne picada, frango, carne de boi ou porco, queijo, alface e, às vezes, tomate. Come-se, tradicionalmente, com as mãos, como um sanduíche.

⁴ O nacatamal é uma comida típica da Nicarágua e muito popular também em Honduras. Consiste em uma massa feita à base de milho que leva carne, vegetais e arroz, entre outros ingredientes, dividida em porções, cozinhada e embrulhada em folhas de banana. Muito popular para as festividades como Natal.

⁵ As arepas são pequenos bolinhos de milho moído ou de farinha de milho pré-cozido, fritos ou assados, populares e tradicionais nas culinárias da Venezuela e Colômbia. Podem ser comidas puras, mas também recheadas com vários ingredientes como frango, carne de boi, queijo ou presunto.

⁶ A pamonha é uma comida tradicional do Brasil, podendo ser doce ou salgada, dependendo dos recheios usados: queijo, coco ralado, linguiça ou frango, entre muitas outras opções. Consiste em uma massa básica feita de milho verde ralado, misturado ao leite e sal ou açúcar. Essa massa é cozinhada embrulhada com a própria casca do milho.

⁷ O locro é uma sopa de tradição argentina, tem sofrido variações na sua receita original, mas ainda restam características únicas como por exemplo, o uso de milho, carne e abóbora. Os sabores se combinam e são intensificados com o tempo, por isso deve ficar no fogo entre 3 e 8h., para que a abóbora se transforme em um purê e a sopa consiga uma cor alaranjada.

sofrerem intervenções cada vez mais radicais, intensas e violentas. Compreender o desenvolvimento como um discurso, permite, ao final, entender a sutil arte da dominação dos países centrais. Reconhecer o desenvolvimento como discurso de dominação possibilita enxergar a enfermidade que sofremos como sociedade, perceber aquilo que afetou nosso inconsciente coletivo e, possivelmente, pode nos permitir entender os motivos pelos quais, mesmo enxergando a devastação, defendemos aos devastadores.

Os desafios são velhos e os obstáculos que tentam impedir as lutas dos diversos atores sociais, cada vez são mais novos e diversificados, ainda mais no campo. A maioria dos governos tem sua opção clara pelo agronegócio e, seguramente, essa escolha irá perdurar. O discurso de desenvolvimento já foi adotado pelos governantes. São os movimentos sociais e as lutas no campo as que precisam fortalecer-se, são as comunidades camponesas, indígenas e quilombolas as que precisam construir alianças, criar parcerias baseadas numa relação respeitosa com a mãe terra. E é isso o que a Via Campesina representa para as comunidades que abraçaram esse projeto.

Saúde e desenvolvimento

Os governos latino-americanos da Colômbia e do Brasil oferecem serviços de saúde para as populações rurais que, segundo os próprios movimentos camponeses, na maioria das vezes, não contemplam suas necessidades específicas. Na busca de melhor entender essa realidade, foi realizada uma análise das experiências relacionadas à saúde e às práticas espaciais das comunidades que moram no campo do Brasil e da Colômbia, refletindo sobre suas condições, seus conhecimentos, as influências que estes conhecimentos têm, procurando identificar a realidade dos atendimentos em saúde para estas comunidades e escutando a opinião da população rural sobre essa temática.

Há um desconforto entre muitas das populações latino-americanas do campo que se sentem isoladas por viverem longe dos serviços de saúde eficientes e que, teoricamente, poderiam assegurar sua qualidade de vida. Isto é, os programas e projetos que já não tiveram em conta suas realidades, agora nem chegam as suas regiões (COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO, 2010). Muitas destas populações parecem não estar conformadas com as propostas que estão postas.

Sabendo que um dos objetivos fundamentais dos grupos sociais, através da história, tem sido assegurar o direito à vida e, trabalhar pelo direito à assistência à saúde como ferramenta para garanti-la, como mostra a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 25, parágrafo 1:

[...] toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a saúde e o bem-estar próprios e de sua família, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (ONU, 1948).

Embora a definição de saúde da ONU é um tanto utópica, pode nos ajudar pensar que a saúde é um assunto importante e que o mundo todo acredita e a reconhece como indispensável sem muita polêmica. Pensar a saúde como um fator fundamental para garantir a vida, portanto, não é um pensamento novo, e os seres humanos têm trabalhado nisso na grande maioria das culturas e civilizações, garantindo a sobrevivência da sua população. Esta ideia poderia nos permitir pensar que a saúde da população está intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento do coletivo, desenvolvimento, entendido como foi comentado anteriormente, como um conceito que evolui, muda e se transforma conforme as ideias, crenças e valores que regem uma sociedade durante um período de tempo (DUBOIS, 2011). O desenvolvimento sendo pensado no amplo sentido, que implica mudanças e alterações do entorno das pessoas para melhorar sua realidade, para o grupo viver melhor.

Não seria preciso, então, argumentar a relevância da saúde da população para o desenvolvimento dos povos, uma vez que esse debate já foi feito e a mesma Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a sua indispensável necessidade, incluindo-a nos Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) e manifestando, por exemplo, durante a 53ª Sessão do Conselho Diretivo da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) realizada em 2014, que “(...) *garantir uma vida sana e promover o bem-estar para todos em todas as idades*” (OPAS, 2014, p. 3) é um objetivo central para conseguir um verdadeiro desenvolvimento. Todos os governos do mundo deveriam concordar com o discurso de que a saúde é importante para o desenvolvimento e não há bibliografia argumentando o contrário. O único detalhe foi que não ficou claro a importância da saúde para qual tipo de desenvolvimento. Nem tampouco para quem esse desenvolvimento ou como esse desenvolvimento seria.

Brasil e Colômbia em desenvolvimento (Recortando os territórios)

No Brasil, trabalhamos com uma população camponesa assentada, espelho da dicotomia que vive a região com aquele debate sobre o desenvolvimento. Brasil, o maior país da região, tem em seu estado mais rico, São Paulo, o reflexo das desigualdades. Um

estado que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem um Produto Interno Bruto (PIB) de 1,7 trilhões de reais, enquanto que o Rio de Janeiro, o segundo melhor colocado, está em torno de 620 bilhões de reais (IBGE, 2006). Um estado que vive no seu interior a dicotomia do desenvolvimento-atraso no seu dia-a-dia. Um estado onde as desigualdades são um pouco mais visíveis, como destacado pelo escritor cubano Leonardo Padura, que em 2015, no programa Roda Viva Internacional, da TV Cultura, depois de ser interpelado por uma jornalista que afirmava que em Cuba “(...) o povo continua sofrendo, miserável, com fome”, respondeu afirmando sobre a fome que “(...) há mais gente na rua em um quarteirão aqui de São Paulo do que em toda Cuba” (Revista Fórum, 2015). Uma realidade chocante, pois, os pobres de São Paulo parecem ainda mais pobres quando suas casas estão junto às grandes mansões dos ricos paulistas.

São Paulo é quase outro país latino-americano - pelo menos no tocante ao número de pessoas. Tem quase o triplo da população do Equador, que é de 16.385.000 habitantes⁸, e tem, aproximadamente, a mesma densidade populacional da Colômbia, com 47.662.000 habitantes⁹. A grandeza e poderio deste estado é algo que os números evidenciam facilmente. O estado tem uma capital igualmente poderosa, uma metrópole com 11.638.802 habitantes, com cidades que compõem uma Região Metropolitana (RMSP) que estão entre as maiores do País e com uma importância econômica indiscutível. Esta forte atividade econômica não fica restrita, unicamente, à capital do estado. Ela se espalha pelas diferentes regiões.

Toda esta quantidade de números, de dados, de estatísticas pareceria deixar entrever um estado poderoso, com muita gente rica, com dinheiro, com as condições necessárias para ter um ótimo nível de vida, muito bem-estar e sucesso. Além disso, segundo dados da Fundação Seade¹⁰, as cidades do estado de São Paulo têm apresentado um crescimento maior do que outras cidades brasileiras, o que mostra a enorme atração que este estado tem. Poder-se-ia pensar que isto acontece pela capacidade de geração de renda devido à concentração de atividades produtivas. Contudo, se por um lado há cidades que crescem exponencialmente, por outro existem municípios com taxas negativas de crescimento, com diminuição constante da população, principalmente, nas regiões oeste e sul do estado (VIEIRA, 2009). E mesmo assim, o estado mais rico do Brasil, tem regiões muito pobres ou muito empobrecidas.

Segundo Fernandes (1994) o campo têm se modificado e atravessado processos de mudança no seu modo de produção, passando a depender cada vez mais da indústria produtora de insumos e cada vez menos dos recursos naturais - exceto dos recursos

⁸ <http://www.datosmacro.com/demografia/poblacion/ecuador>

⁹ <http://www.datosmacro.com/demografia/poblacion/colombia>

¹⁰ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados: fundação vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo. Acesso em: <http://www.seade.gov.br>

hídricos. A expansão dos cultivos de cana ou de soja no estado, sobretudo nestas regiões que foram chamadas, no parágrafo anterior, de empobrecidas, é um exemplo do crescimento dos monocultivos na agricultura, com amplo apoio do Estado para os grandes produtores.

O assentamento objeto deste estudo foi o Bom Pastor, localizado há 72 km do município de Presidente Prudente, no município de Sandovalina, que tem aproximadamente 3.700 habitantes e dois assentamentos rurais. O assentamento foi criado no 22 de dezembro de 1997 depois que famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) ficaram acampadas, entretanto, atualmente, muitos dos assentados não participaram desse processo de luta e chegaram posteriormente. Foi com esses camponeses que estabelecemos diálogo.

Na Colômbia, o trabalho foi junto a uma comunidade indígena-camponesa. O bem-estar dos povos indígenas latino-americanos, em geral, está longe do ideal que está escrito em várias das nossas constituições, acordos e tratados ao longo dos séculos. A qualidade de vida e o exercício dos seus direitos ainda não são prioridade para muitos dos governos e se têm graves problemas nos seus territórios, deixando sua sobrevivência diariamente em risco. São mais de 28 milhões de indígenas na América Latina, segundo os censos oficiais feitos entre 2000 e 2008 (CEPAL, 2014), são os primeiros povoadores da nossa terra, primeiros moradores do campo, donos de tradições centenárias e, contudo, uns dos mais excluídos.

Na Colômbia a situação não é muito diferente. Segundo o último censo, a população indígena é de 3,4% e está localizada em 710 resguardos em 228 municípios. Ocupam apenas 27, dos 32 departamentos em que a Colômbia está dividida politicamente (DANE, 2005). Seus processos de luta, que vêm desde a invasão europeia, têm-se tornado ainda mais fortes nos últimos 25 anos, desde que a leis colombianas protegem a diversidade étnica e cultural (CPC, art. 7) e reconhece para as comunidades indígenas direitos territoriais, étnicos, culturais e de participação, entre outros. Porém, esta maravilha legislativa está longe de ser uma realidade para várias destas comunidades, pois, persistem problemas tão graves como, por exemplo, a usurpação dos seus territórios por parte de multinacionais ou grupos armados (INDEPAZ, 2009). Um caso desta realidade tem acontecido com as comunidades indígenas da costa pacífica colombiana que, mesmo habitando uma região de imensurável riqueza natural, sofrem em condições precárias por terem sido afetados pela presença de grupos armados que mantêm confrontos pelo controle do território para, entre outras coisas, poder usá-lo com cultivos ilícitos ou assentamento de tropas, o que tem obrigado a população indígena a abandonar suas terras e se deslocar para as cidades.

Este deslocamento da população indígena da costa pacífica colombiana responde não só às dinâmicas da violência, como também, segundo a Agência da Organização das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), aos interesses econômicos e à execução de projetos que, usualmente, tem relação com a exploração dos recursos naturais. De fato, a maior parte da população desterritorializada é proveniente das regiões onde há iniciativas agroindustriais, obras de infraestrutura ou megaprojetos (ACNUR, 2004).

Toda esta difícil realidade que afrontam os indígenas, camponeses e comunidades afrodescendentes, moradores em geral do campo da Colômbia, faz com que não seja simples realizar trabalhos de pesquisa com estas comunidades. Por esta razão, não foi fácil encontrar um assentamento para trabalhar e estudar a experiência colombiana. As razões foram variadas: o contexto socioeconômico que está vivendo o país; os acordos de paz com a guerrilha; a histórica luta das comunidades camponesas contra os grupos armados sejam guerrilhas, paramilitares ou o mesmo exército; a batalha política que por mais de sessenta anos tem acontecido no campo colombiano. Essas e outras razões podem ter influenciado na resistência das comunidades em compartilhar suas experiências neste estudo.

Foi por meio de defensores de direitos humanos¹¹ de movimentos sociais do Brasil como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ou o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que foi possível nossa comunicação com alguma organização social, movimentos camponeses ou coletivos rurais colombianos através da Via Campesina. Assim, conseguiu-se o contato do CNA (*Coordinador Nacional Agrario*), um movimento social de trabalhadores rurais que se auto definem como camponeses e camponesas pobres, pequenos e medianos produtores agropecuários, indígenas e afro-colombianos, sem-terra que trabalham no campo, na pesca, com trabalho associativo e cooperativo. Este movimento social desde 1997 tem motivado processos de coordenação coletiva, pesquisa, discussão e planejamento de iniciativas agrárias no campo colombiano e coerentes com as necessidades e interesses da população (CNA, 2012).

Na ocasião, foi possível participar da *V Assembleia Nacional CNA*. A participação na *V Assembleia Nacional CNA*, no Resguardo Indígena San Lorenzo, do Município Río Sucio, Caldas, durante a primeira semana de fevereiro de 2016, reafirmou a percepção de que para o desenvolvimento dos povos, é muito importante o fortalecimento dos movimentos sociais, que são a expressão da população e que, com as suas ações, lutam pelas mudanças históricas e sociais, evidenciando que o verdadeiro sujeito da história é a sociedade (GARCÍA-PELAYO, 2016) e são os movimentos sociais os que movimentam a história ao agir, os que consolidam e garantem a democracia. A Via Campesina mobiliza e

¹¹ Por causa da histórica guerra interna que tem vivido a Colômbia, não será usada a palavra 'militante' para referir-se a quem defende ativamente uma causa e sim, usaremos 'defensores de direitos humanos'.

contribui com esse processo e fez a ponte para a aproximação destas duas realidades - o Brasil e a Colômbia - e observar dois povos moradores do campo e vítimas do mesmo: vítimas do modelo de desenvolvimento.

Chocó é um dos 32 departamentos da Colômbia, localizado no noroeste do país, circunscrito à Região Pacífica e tem uma extensão de 46.530 km². É o mais pobre da sua região, com população negra e indígena em constante conflito. Isto pode ser, segundo Andion (2000), porque com a chegada dos primeiros negros que foram trazidos para a extração de ouro, numa região, principalmente, habitada por indígenas Embera, provocou-se uma série de enfrentamentos. As comunidades negras localizaram-se dispersa pelos afluentes, o que lhes deu domínio cultural e econômico sobre os rios, enquanto os indígenas, por terem habitado primeiro essa terra, reivindicavam o direito mítico e, essa anterioridade, acrescentava o desejo de salvaguardar sua tradição cultural. Segundo esta lógica, se a terra baixa ficou nas mãos dos negros, a terra alta era propriedade dos indígenas, não só as que ocupavam de fato, como também as terras vagas. Desta forma, para os Embera, os negros acabam usando as terras por uma espécie de concessão, que obriga uma compensação permanente, dando origem à postura peculiar dos indígenas frente aos negros. Contudo, para a comunidade negra, o direito à terra não é pela origem, senão pelo trabalho e, assim, nasce uma confusão que define a composição das trocas interétnicas (LOZONCZY, 1997).

Como se não bastassem esses desencontros entre etnias, a região sofre a ausência do Estado e a presença de grupos ilegais. Segundo o antropólogo Efraín Jaramillo (2008), guerrilheiros e paramilitares têm o controle territorial da região, suplantando ao Estado numa espécie de ditadura territorial. O autor adverte a preocupante situação da economia regional que tem se conformado ao redor dos cultivos de coca, um dos negócios mais empobrecedores e depredadores para a região (JARAMILLO, 2008).

Em contraste, a riqueza em biodiversidade é surpreendente. Chocó é o único departamento com dois oceanos e uma magnífica capacidade hídrica; é a segunda zona de mais alta pluviosidade no mundo, com mais de 9.000 ml de precipitação anual e uma temperatura média de 28°. Sem mencionar o tesouro cultural, com umas das maiores comunidades afrodescendentes e indígenas do país: 59 títulos coletivos de comunidades negras e 120 resguardos indígenas. Isso significa que, dos seus 450.000 habitantes, 81% são afro-colombianos, 10% são indígenas (Embera Dovidá, Embera Chamí, Embera Katios, Tules e Waunaán,) e só 9% são brancos (DANE, 2015).

Esta realidade traz de novo a dicotomia 'desenvolvimento-vulnerabilidade'. A voracidade do extrativismo e as políticas de exclusão chegam fantasiadas com o discurso de 'desenvolvimento para a região', o que têm afetado as comunidades indígenas e

afrodescendentes com os seus territórios cedidos. Exemplos disso são os 181.636 hectares cedidos à empresa mineradora *Anglo Gold Ashanti*, para extrativismo e exploração; a existência dos programas de venda de serviços ambientais de conservação e reflorestamento da selva para captação de CO₂; a plantação de monocultivos de Palma Dendê e a construção de vias e portos que permitem a expropriação dos recursos naturais (CNA, 2012).

As lutas não têm sido muito frutíferas nesta região, enfraquecidas pela fome. A vontade de lutar também é apagada pelo assistencialismo, o qual tem reduzido a capacidade de combate destes povos. Díficeis condições de vida, precários serviços de saúde e educação, mínimas oportunidades de trabalho e a guerra são fatores que têm obrigado às comunidades a saírem dos seus territórios e entregá-los às empresas multinacionais.

Quibdó, a capital de Chocó, uma cidade predominantemente negra, moram os marginalizados dos marginalizados, fantasmas que perambulam pelas ruas da cidade no meio do barulho. São pessoas de estatura baixa, de cabelos pretos e lisos, com roupas gastas, sobretudo as mulheres e as crianças, que andam sem sapatos. Essas pessoas, aparentemente invisíveis, fizeram parte deste estudo: são os Embera do Chocó.

Estas foram as duas comunidades do estudo. Camponeses pobres no estado mais rico do Brasil e indígenas marginalizados do departamento mais pobre da Colômbia. Duas realidades aparentemente muito diferentes, que pareciam completamente distantes e que no meio das conversas começam a apresentar similaridades. Dois lugares distantes, em países com realidades diferentes, em regiões que, aparentemente, não são as mesmas, têm condições de vida semelhante. O estado mais rico do Brasil e o departamento mais pobre da Colômbia são atravessados pelo mesmo discurso desenvolvimentista e com conseqüências parecidas para suas comunidades: projetos de desenvolvimento que violam a dignidade dos povos e levam riqueza à pequenos grupos econômicos.

O grande desafio acaba sendo construir rotas de unidade para as lutas, partindo da pluralidade dos povos, culturas, cosmovisões, sonhos e utopias. E com esse objetivo a Via Campesina organiza as comunidades do mundo, tornando possível entender duas realidades, aparentemente, muito diferentes e observar as respostas de cada uma como parte da realidade geral da população do campo, seja esta camponesa no Brasil ou indígena na Colômbia.

Brasil e Colômbia: A evidência das experiências

Ter uma terra onde plantar, o cuidado por essa terra, pela natureza e a luta por ter

um espaço-lugar onde construir e reconstruir essas práticas espaciais tradicionais que garantem a saúde e o bem-estar, foram assuntos recorrentes nas entrevistas. A saúde vinculada a terra e a luta pela terra unem os povos dos dois países. O desejo de plantar na terra e de morar no campo está intrinsecamente relacionado com a noção de saúde e de qualidade de vida para muitos dos entrevistados. Neste estudo, a ideia de saúde está além de morar no campo, mas atrela-se a condições mínimas para garantir a qualidade de vida, os cuidados com a natureza, com a água e com a alimentação, por exemplo. Elas inspiram práticas espaciais manifestadas nas duas comunidades. Fatos que permitiram identificar similaridades e algumas diferenças também, sobretudo no que tange às noções de individualidade e identidade, no processo de desenvolvimento nas regiões, na educação e na saúde. Também foram significativos assuntos como a família, a fé, as tradições religiosas e a mídia. Ainda foram refletidas as diferenças entre campo e cidade e a necessidade de pensar na soberania alimentar como condição fundamental para cuidar da saúde.

Os subtítulos seguintes são trechos das entrevistas com os camponeses, indígenas ou funcionários entrevistados na Colômbia e no Brasil.

“A ciência de nós não é como a de vocês”

Uma das principais diferenças que foram encontradas nas entrevistas foi a forma como cada um falava de si próprio e do seu coletivo. Enquanto os entrevistados na Colômbia fizeram questão de manifestar que não eram decisões individuais, senão posicionamentos da comunidade e tradições do coletivo, os entrevistados no Brasil expressaram constantemente suas opiniões usando a primeira pessoa, o que permite evidenciar que o processo de coesão entre os assentados não estava fortalecido e que as lutas nesta comunidade estavam sendo individuais.

“(…) *É uma história comprida (…)*” (A5B)¹², afirma um dos assentados. O assentamento Bom Pastor foi conquistado através da luta pela terra, mas por diferentes motivos é residido por assentados que chegaram depois, alguns deles procurando a tranquilidade do campo. Outros chegaram buscando a estabilidade de ter uma terra própria. Muitos deles têm chegado da cidade, com a mentalidade do urbano. Com uma ideia mais

¹² Por motivos de segurança e sigilo, não foram incluídos os nomes ou cargos dos entrevistados nos textos que se apresentam nas análises. As entrevistas, no Brasil, foram identificadas com um ‘B’ no final, um número para manter a sequência e a identificação A: Assentado ou F: Funcionário, para cada caso, ficando a citação: A1B, que traz as intervenções do primeiro assentado entrevistado no Brasil ou F4B, que apresenta as opiniões do quarto funcionário brasileiro entrevistado. No caso da Colômbia, só muda o B pelo C, ficando, por exemplo, A2C, o segundo assentado entrevistado da Colômbia.

de bairro do que de assentamento, com vizinhança mais que como companheiros.

Já na Colômbia a forte identidade faz com que seja muito difícil dialogar com as entidades do governo, entre elas entidades de saúde, que veem neles números e cifras populacionais e não comunidades ancestrais com costumes e práticas espaciais diferentes, costumeiramente chamadas de alternativas - embora para eles essas alternativas sejam as práticas médicas. São vistos como teimosos, como ignorantes, que deveriam fazer do jeito certo e não acreditando nessas superstições que fazem com que eles fiquem ainda mais doentes.

Quanto à essas práticas espaciais, que chamaremos de alternativas para falar daquelas que não são orientadas, necessariamente, nos postos de saúde, no assentamento brasileiro, se percebe que a ideia de urbano faz com que sejam vistos como paliativos que ajudam, mas não resolvem. Enquanto na comunidade indígena da Colômbia são as únicas e verdadeiras alternativas nas quais acreditam, tendo constantemente visitas da secretaria de saúde, organizações internacionais e ONGs que orientam e ensinam outras formas, modos como deve ser cuidada a saúde e que muitas vezes desconsidera anos e anos de tradição.

“Traz desenvolvimento, mas também prejudica”

A influência dos processos desenvolvimentistas nas regiões foi encontrada nas entrevistas, tanto no Brasil como na Colômbia. No Brasil, com uma apropriação muito mais forte por parte da população, as usinas na região trazem uma dicotomia permanente na mente dos assentados: as possibilidades laborais frente aos impactos. Essas empresas trazem para os jovens emprego o que se contrapõe às poucas oportunidades para trabalhar a terra, porém as consequências dos agrotóxicos utilizados na cana-de-açúcar, por exemplo, traz a rejeição por algumas pessoas da comunidade. Duas realidades que desafiam o camponês na tradição de morar no campo, de produzir e viver do que a terra dá.

Os camponeses desta região ficaram dependentes das mercadorias capitalistas e o avanço deste processo atingiu fortemente as comunidades do campo, de modo que comunidades que se mantinham pela autogestão se encontram dependentes de ter uma renda que permita consumir. Essa necessidade vai minando a mente dos jovens, os quais não estão majoritariamente trabalhando na terra, se não buscando trabalhos nas usinas ou nas cidades próximas aos assentamentos.

Por outro lado, os projetos desenvolvimentistas da Colômbia têm afetado diretamente a população indígena porque, primeiramente, a luta pelo domínio dos mesmos territórios usados pelo tráfico de drogas e a violência tem obrigado os indígenas a se

deslocarem para as grandes cidades. E, paralelo a essa realidade, os indígenas acabam optando por servir a grandes empresas que têm uma grande parcela, se não toda, de responsabilidade pela contaminação da terra, água e ar; terra na qual os Embera e seus ancestrais lutaram tanto pra defender. Sendo assim, sua subsistência acaba diretamente afetada, pois, não podem voltar para as suas terras e as terras que optam por morar, não encontram meio de se desenvolver.

“A saúde deveria estar no calendário escolar”

Para os assentados a escola constitui-se como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento das comunidades, porém elas não aparecem sendo promotoras de saúde. O que os entrevistados lembram ter aprendido na escola, não parece ter mudado significativamente suas práticas espaciais. Porém a escola é reconhecida como um local fundamental para aprender sobre saúde. Os conhecimentos que na escola se adquirem sobre saúde limitam-se a campanhas sobre higiene, palestras sobre reciclagem ou orientações sobre sexualidade e saúde oral, o que limita profundamente a capacidade da escola para agir nas comunidades, aprendendo com eles e ensinando, fazendo um intercâmbio de saberes que possa fortalecer as práticas espaciais.

Precisam ser abertos espaços nas escolas onde se possa falar dos deveres dos cidadãos com a nossa própria saúde e dos direitos que temos frente às políticas públicas de saúde. O desconhecimento sobre o que fazer; aonde ir e com quem falar, cria uma dependência com os funcionários da saúde e a escola pode desempenhar esse papel.

“Se uma doença chega a nós é por um espírito da natureza”

Os serviços de atendimento à saúde no Brasil devem garantir um serviço universal, pois a constituição brasileira entende saúde como um direito fundamental. Isso faz com que o serviço da unidade de saúde do Bom Pastor esteja organizado e a Estratégia de Saúde da Familiar (ESF) faça um trabalho que a população reconhece como bom. Mas a falta de formação e informação para a população faz com que o conceito de saúde fique limitado ao atendimento médico.

No caso da Colômbia, muito pelo contrário, o serviço de saúde é bastante caótico. Existe uma leitura limitada por parte dos órgãos governamentais da realidade da comunidade, fazendo com que a comunicação entre os profissionais da saúde e os

indígenas do resguardo esteja comprometida, criando vazios que fazem com que os direitos à saúde e ao bem-estar não sejam garantidos. Estes problemas são aprofundados pelo choque cultural em que todas as práticas espaciais que tem a ver com a saúde dos indígenas sejam entendidas como erradas, atrasadas e que necessitam ser corrigidas, levando muitos dos funcionários a não estarem interessados em escutar ou entender as razões pelas quais esta população age de certa forma.

“E disse que devíamos proteger nossas famílias”

Um fator muito persistente nas entrevistas foi o vínculo familiar, a necessidade de bem-estar do entrevistado e seus mais próximos. Em relação à comunidade indígena, o conceito de família, o “nós”, vai além do sobrenome e da vinculação sanguínea, envolve a comunidade inteira e faz com que a procura pelo bem comum não fique limitado ao núcleo familiar, ampliando sua cobertura para todos os grupos.

Os anciões, nas duas comunidades, são objeto de respeito quando se fala de práticas espaciais que faz referência a saúde. Na experiência colombiana ainda mais que na brasileira. Nas duas comunidades quando se lembra de alguma prática espacial alternativa ou alguma estratégia na procura do bem-estar e saúde, os protagonistas são as mulheres e os anciões que conhecem e sabem como resolver alguns problemas de saúde e mal estar. Porém, esses mesmos conhecedores muitas vezes são invisíveis para a ciência médica ocidental.

“Aí poderíamos pensar que a religião ajudaria”

Para alguns entrevistados, a religião e a saúde não têm uma relação direta, contudo reconhecem que várias vezes as práticas espaciais dos indivíduos mudam dependendo da religião que professam. Isto faz pensar que outro espaço importante para promoção de saúde seja a igreja, pois nela, por diferentes argumentações, as condutas e os costumes dos participantes podem ser modificadas.

No caso da comunidade da Colômbia, religião se distingue bastante de tradição. Quando nas entrevistas foi falado para os indígenas sobre religião, eles lembraram imediatamente dos padres, pastores ou pregadores não indígenas que chegam a falar com eles sobre as mensagens, majoritariamente, bíblicas. Por outro lado, tradição e tudo aquilo que eles fazem e no que acreditam verdadeiramente, é inquestionável e não tem espaço para o debate. Aquilo que o Xamã faz é o que deve ser feito. O médico ou a enfermeira

podem nutri-los de opiniões arbitrárias; o pastor ou padre podem aconselhar outra coisa, porém todos eles poderão ser questionados, mas o Xamã não. Têm coisas que fogem das mãos do Xamã, porque são coisas que chegaram de fora, que o homem branco trouxe, dentre elas as doenças. Nessas coisas o médico pode opinar, mas sua palavra sempre pode ser questionada.

“A mídia é uma ferramenta poderosa”

Os meios de comunicação têm um papel fundamental no fortalecimento das práticas espaciais das comunidades visitadas. No caso brasileiro, cada casa tem pelo menos um televisor, permitindo que os entrevistados, assentados ou funcionários, assistam programas que fala sobre saúde. No caso colombiano, os indígenas não têm acesso à televisão, mas pelas consequências do deslocamento frutos da guerra, têm acabado convivendo com pessoas que tem. Esta influência passiva tem feito com que as dinâmicas nos assentamentos mudem. As coisas estão sendo feitas de forma diferente, porque informações chegam aos vizinhos e, deles, aos indígenas. A televisão tem se constituído em um aliado, ou algumas vezes, no motor de práticas espaciais que afetam negativamente a saúde, como as bebidas alcoólicas e o cigarro.

“A cidade é um risco. Na cidade você tá preso”

A relação entre campo e cidade impacta nas práticas espaciais. Por um lado, os assentados do Brasil muitos dos assentados moraram em zonas urbanas e têm uma mentalidade mais cidadina, fazendo com que tenham uma relação de bairro no assentamento. Esta mentalidade faz com que os vizinhos sejam vistos como famílias que moram próximas, mas isso não implica que tenham uma relação mais próxima da sua própria família. Isto enfraquece muito as atividades conjuntas e as práticas espaciais que contribuem à promoção à saúde.

Na Colômbia, o choque com as realidades urbanas tem sido ainda mais forte. Os indígenas têm precisado viver numa realidade que desconheciam nas suas comunidades ancestrais e têm precisado conviver com pessoas que não os escutam, nem os entendem, nem estão interessados em entendê-los. Esta constante dicotomia entre campo e cidade faz com que tenham precisado modificar suas práticas espaciais forçosamente. Têm sido obrigados, pela própria realidade, a transformar suas práticas espaciais, embora ainda

sejam resistentes.

“Qualidade dos alimentos”

Finalmente, e não menos importante, a alimentação aparece aqui como uma das mais importantes práticas espaciais das comunidades entrevistadas. A qualidade dos alimentos é uma das grandes preocupações pelos produtos que recebem agrotóxicos. As comunidades, no Brasil e na Colômbia, reconhecem-no como veneno e entendem os efeitos secundários desses agrotóxicos nas suas próprias plantações e na sua saúde. Estão sendo envenenados e não estão conseguindo fazer muito para se defender. Os produtos que compram estão envenenados; os produtos que cultivam acabam sendo envenenados, os produtos que recebem estão envenenados. Parece um labirinto, um labirinto que leva as populações a decidirem por práticas espaciais arbitrárias, complexas ou, simplesmente, a aceitar a realidade e cair na anuência sem muita argumentação, porque não tem muito mais como escolher.

“América Latina: um povo sem pernas, mas que caminha”

O discurso nas entrevistas com os assentados brasileiros, trouxe uma visão de ausência de coletividade, apontando o individualismo como uma força que faz com que cada um dos assentados conquiste parte de seus objetivos: voltar para o campo, viajar, trabalhar, etc. mas que, pela ausência do cooperativismo, não tenham muitas conquistas coletivas. A pouca iniciativa de atividades comunitárias faz com que seja necessária muita mais energia de cada um, por estarem separados, para manter suas vitórias. No assentamento seria preciso ter atividades culturais, esportivas e até religiosas que impulsionem a coletividade e fortalecessem as relações interpessoais e de cooperação entre eles e elas.

Por outro lado, os indígenas têm construída sua identidade coletiva, seus anciões, suas crenças que ainda são fortes, contudo, estão precisando de fortalecimento na sua organicidade que além de fortalecê-los permita criar pontes para abrir os canais de comunicação entre eles e os setores públicos encarregados da saúde e a educação.

Nos dois casos, poder-se-ia pensar que espera-se a ajuda de fora: a prefeitura tem que ajudar, o governador precisa criar, da capital precisam enviar; todas essas ações externas voltadas para beneficiar as comunidades que precisam. Em poucas entrevistas observaram-se propostas reais que nascem da comunidade, em busca de fortalecer a

cooperação entre eles e que permitam um desenvolvimento real da comunidade. Outro fator que prejudica muito nos processos de organização das comunidades são as relações políticas de conveniência que se criam para fortalecer os interesses pessoais. Assim, os políticos acabam sendo escolhidos porque trazem um benefício individual e não por contribuir para as comunidades.

Sobre a presença do agrotóxico contrapondo suas condições de saúde, ficou evidente a luta contra a droga, no caso da Colômbia, e os procedimentos com os agrotóxicos no caso do Brasil, fazem com que as comunidades do campo sejam vítimas diretas do envenenamento produzido pelas pulverizações deixando a saúde à beira da vulnerabilidade.

No que refere-se à organização dos serviços de saúde, os dois países têm serviços de saúde disponibilizados que, na teoria, funcionam corretamente, mas que na prática precisam de um retorno da população para fortalecer a atuação dos profissionais da saúde e, nesse aspecto, ambos padecem. Precisam ser fortalecidos os conhecimentos tradicionais, na Colômbia, e as práticas espaciais de saúde alternativas em alguns casos específicos, no Brasil, para motivar às populações a se informar sobre assuntos de saúde e, deste modo, fortalecer a atuação das pessoas aliviando, deste modo, a dependência com o profissional médico. As práticas espaciais tradicionais dos indígenas são reconhecidas por funcionários da saúde como bruxarias, superstições e costumes de séculos passados que precisam ser combatidas e corrigidas. Fortalecer estes saberes, os espaços de convivência, como escola, igreja e mesmo a unidade de saúde para compartilhar estes conhecimentos, favoreceria práticas espaciais das comunidades e evitaria a dependência com serviços médicos de atenção básica.

Entender a relação que cada uma das comunidades tem com suas crenças potencializa a promoção da saúde. Para isso é necessário trabalhar junto às lideranças religiosas das comunidades, entendendo esses espaços como promotores de saúde e criando uma relação diferente entre os profissionais da saúde e a comunidade.

Os indígenas repetem constantemente que eles não ficavam doentes quando moravam nas suas terras. A alimentação, como a sua principal prática espacial que beneficia a saúde, era defendida e venerada; a terra dava aquilo que era necessário e quem se alimentava da terra não ficava doente. Para os assentados do Brasil, a terra também está envenenada, o desenvolvimento tem trazido morte e doença. No final das contas, a saúde tem se enfraquecido porque a *'Madre Tierra'* não está sendo respeitada.

Referências

ACNUR. **Informe resumen de país - Colombia**. ENERO DE 2014. Disponível em: <http://www.acnur.org/index.php?id=837&tx_news_pi1%5Bnews%5D=7746&tx_news_pi1%5Bcontroller%5D=News&tx_news_pi1%5Baction%5D=detail&cHash=901345ea8769c947a53fc604a2f9553b>. Acesso: 14/02/2017.

BATISTA, P.N. **O Consenso De Washington: A Visão Neoliberal Dos Problemas Latino-Americanos**. São Paulo, Setembro de 1994. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>> Acesso em: 13/04/2017

BBC Mundo. **Esterilizadas a la fuerza en Perú, 25 de diciembre de 2011**. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/12/111206_peru_salud_esterilizaciones_rg.shtm> Acesso: 15/08/2016

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. CEPAL, 2010. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1235-panorama-social-america-latina-2010-documento-informativo>>. Acesso: 11/05/2015

_____. **Los Pueblos Indígenas en América Latina: Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos**. Santiago: Editorial Cepal, 2014. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/37050-pueblos-indigenas-america-latina-avances-ultimo-decenio-retos-pendientes-la>>. Acesso: 22/02/2015

COLÔMBIA. Constituição (1991). **Constitucion Política de Colombia: promulgación 6 de julio de 1991**. Organizado por la Corte Constitucional. Bogotá: Imprenta Nacional, 2015. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20politica%20de%20Colombia%20-%202015.pdf>> . Acesso: 30/04/2016

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Resolución Sobre Educación y Salud em el Campo**. 27 de Julio de 2010. Disponível em: <<http://www.cloc-viacampesina.net/congresos/educacion-y-salud-en-el-campo>>. Acesso: 14/07/2016

CORREA, R. L Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista cidades**, UNESP, v. 4, n. 6, p, 67-72, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570/601>> . Acesso:14/03/2017

CORTÉS, H. Titulación coletiva en comunidades negras del Pacífico narinense. In: CAMACHO, J.; RESTREPO, E. (Ed.). **De montes, ríos y ciudades: territorios e identidades de la gente negra en Colombia**. Santa Fé de Bogotá: F. Natura/Ecofondo/Instituto Colombiano de Antropología, 1999. p. 131-142.

CNA. **Declaración del Encuentro Interétnico Popular**. 2012. Disponível: <<http://www.oidhaco.org/uploaded/content/article/1382207255.pdf>>. Acesso: 10/06/2015

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). (2000). **Los grupos étnicos de Colombia en el censo de 1993**. Análisis de Resultados, Bogotá, Colombia, 2000.

DINIZ, C.C. A nova configuração urbano-industrial no Brasil. In: KON, A. (Org.) **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva. 2002

DUBOIS, A. **Un Concepto De Desarrollo Para El Siglo XXI**. Disponível em: <<https://www.institutodeestudiosglobales.org/resources/Un%20concepto%20de%20desarrollo%20para%20el%20siglo%2021..pdf>>. Acesso: 12/08/2015

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundacion Editorial El perro y La rana, 2007.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - movimento dos trabalhadores rurais sem terra no estado de São Paulo**. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

FERRANTI, D. et al. **Desigualdad en América Latina y el Caribe: ¿ruptura con la historia?** ESTUDIOS DEL BANCO MUNDIAL SOBRE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Washington: World Bank, 2003.

GALEANO, E. **Las Venas Abiertas De América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

GARCÍA-PELAYO. M. **La Teoría De La Sociedad En Lorenz Von Stein**. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-LaTeoriaDeLaSociedadEnLorenzVonStein-127673.pdf>> . Acesso: 13/08/2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006** - Brasil, grandes regiões da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em: 29 /07/ 2015.

INSTITUTO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO Y LA PAZ - INDEPAZ. **Situación De Los Pueblos Indígenas De Colombia**. Bogotá: Editor KAS Papers, 2009. Disponível: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_17956-544-4-30.pdf>. Acesso: 15/04/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 16/06/2017

LOZONCZY, Anne-Marrie. **Les saints et la forêt: rituel, société et figures de l'échange entre noirs et indiens Emberá (Chocó, Colombie)**. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 419 .

JARAMILLO, E. **Colombia: Terror en el Pacífico. Una radiografía en 10 puntos**. 24 de setembro 2008. Disponível em: <<https://www.servindi.org/actualidad/4556>> . Acesso em: 02/06/2017.

MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, v. 6(1-2): p. 1-25, jun, 1995.

MEU PARANÁ. **Fim das Sete Quedas.** 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1AOTm4qlzfg> Acesso em: 03/09/2016

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso: 23/04/2016

ORGANIZAÇÃO PAN – AMERICANA DE SAÚDE. Disponível em: <<http://www.paho.org/bra/>>. Acesso: 24/06/2016.

REVISTA FÓRUM. *Escritor cubano rebate repórter da Veja no Roda Viva*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/07/19/escritor-cubano-rebate-reporter-da-veja-no-roda-viva/>>. Acesso: 17/07/2017.

ROGERS, G. What is special about social exclusion approach? In: Rogers, G.; GORE, C.; F., J. (Orgs.). *Social exclusion: rethoric, reality, responses*. USA: International Institute for Labor Studies, 1995.

SEMILLAS EN PELIGRO. Produção de Victoria Solano. Colombia: Clementina Filmes, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kZWAqS-EI_g>. Acesso em: 03/09/2016

SOBREIRO FILHO, J. *O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses*. 2013. 547 folhas. Dissertação (mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. *A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal*. 1989. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

Sobre os autores

Julián Eduardo Medina-Naranjo – Graduação em Licenciatura em Psicologia e Pedagogia pela Universidade Pedagógica Nacional de Colômbia (UPN) (2007). Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP-IPPRI/ENFF, São Paulo, São Paulo. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-3262-8674>

Ana Lúcia de Jesus Almeida – Fisioterapeuta pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Doutorado em Geografia, com enfoque em Geografia da Saúde, na Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, campus de Presidente Prudente. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial

na América Latina e Caribe – UNESP-IPPRI/ENFF, São Paulo, São Paulo. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-5281-0676>

Como citar este artigo

MEDINA-NARANJO; Julián Eduardo; ALMEIDA, Ana Lúcia de Jesus. Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais. **Revista NERA**, vol. 21, n. 44, p. 122-146, dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Julián Eduardo Medina-Naranjo** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Ana Lúcia de Jesus Almeida**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e ambos, **Julián Eduardo Medina-Naranjo** e **Ana Lúcia de Jesus Almeida**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 05 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 19 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 16 de novembro de 2018.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14, n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16, n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÉREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15, n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre**

Lula y el MST. Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar corporativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoní; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Déric Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisal Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Gláucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã (bem viver)*.** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17, n. 24, p. 133-145, 2014.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI**. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel**. Ano 15, n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15, n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18, n. 27, p. 113-137.

2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay**. Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social**. Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação**. Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos**. Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade"**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa**. Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguayana.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18, n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)**. Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature**. Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil**. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio**. Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelмира Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p. 150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campeinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglia jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.**

Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em**

fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazonia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agrocológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestrutuação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.